

VIDA DO PRIMEIRO APÓSTOLO DE SERGIPE
PADRE GASPAR LOURENÇO

Recebido na Companhia de Jesus em 1553

Aluno do Colégio de Piratininga em 1554

– PELO –

PADRE AURÉLIO VASCONCELOS DE ALMEIDA

Apresentação e notas
LUIZ EDUARDO OLIVEIRA

Prefácio
IBARÊ DANTAS



THEYA



Criação Editora





VIDA DO PRIMEIRO APÓSTOLO DE SERGIPE

PADRE GASPAR LOURENÇO

Recebido na Companhia de Jesus em 1553

Aluno do Colégio de Piratininga em 1554

– PELO –

PADRE AURÉLIO VASCONCELOS DE ALMEIDA

Apresentação e notas
LUIZ EDUARDO OLIVEIRA

Prefácio
IBARÊ DANTAS

THEYA



Criação Editora

Aracaju, 2026



Copyright 2026 by E-pombal

Grafia atualizada segundo acordo ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto gráfico
Adilma Menezes

Catálogo na Fonte: Bibliotecária Claudia T. Stocker – CRB 5/1202

Vida do primeiro apóstolo de Sergipe: Padre Gaspar Lourenço. Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida. Apresentação e Notas: Luiz Eduardo Oliveira. Prefácio: Ibarê Dantas. Aracaju: Criação Editora; Portugal: Theya, 2026.

156 p., 2 Mb, 21 cm.

ISBN: 978-85-8413-781-7

Ebook

Publicado originalmente em 1951.

1. História de Sergipe 2. Padre Gaspar Lourenço (Vida Missionária). 3. Padre Gaspar Lourenço (Apostolado) 4. Companhia de Jesus. I. Título II. Aurélio Vasconcelos de Almeida (Pe.) III. Assunto. II. Título. III. Autor.

CDU 27-722.53:929 (813.7)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO.....	15
Nota sobre o padre Aurélio de Vasconcelos	
CAPÍTULO I.....	19
Princípios da Catequese Jesuítica no Brasil	
CAPÍTULO II.....	31
Gaspar Lourenço Ingressa na Companhia de Jesus (1553)	
CAPÍTULO III	41
Discípulo de Anchieta no Colégio de São Paulo (1554)	
CAPÍTULO IV	53
Apóstolo dos Índios	
CAPÍTULO V	83
Primeiro Apóstolo de Sergipe	
CAPÍTULO VI	105
O Calvário do Apóstolo	
CAPÍTULO VII.....	127
Pertransiit Benefaciendo	
NOTAS	133
BIBLIOGRAFIA.....	151



APRESENTAÇÃO

*Luiz Eduardo Oliveira*¹

É com imenso prazer que o selo E-Pomb@l, da Cátedra Marquês de Pombal (Camões, I.P./UFS), publica pela primeira vez em formato de livro o texto *Vida do Primeiro Apóstolo de Sergipe*: Padre Gaspar Lourenço, de autoria do Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida (1911-1999). Trata-se de uma obra originalmente publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 21, em 1951, e que agora se apresenta ao leitor em edição autônoma, revista e anotada.

A presente edição busca restituir ao leitor contemporâneo um texto significativo da tradição historiográfica e religiosa sergipana, reinscrevendo-o no campo mais amplo das reflexões sobre a colonização, a ação missionária e a construção das narrativas sobre o passado colonial no Brasil. Mais do que uma simples reedição, trata-se da recuperação de uma obra pioneira, que permanece, até hoje, como uma das primeiras tentativas sistemáticas de abordar o processo inicial de colonização de Sergipe a partir da missão liderada pelo Padre Gaspar Lourenço, em meados do século XVI, quando este teria chegado à região acompanhado do Irmão João Salônio e de mais vinte noviços, conforme registram as fontes.

1 Professor titular do Departamento de Letras Estrangeiras da Universidade Federal de Sergipe, onde atua também nos programas de pós-graduação em Educação e Letras. Bolsista PQ-2/CNPq, é editor-gerente da Revista de Estudos de Cultura (REVEC) e diretor da Cátedra Marquês de Pombal (Camões, I.P./UFS).

A importância do texto reside não apenas em seu caráter inaugural, mas também no fato de sistematizar um momento decisivo da história colonial, marcado simultaneamente pela expansão missionária e pela violência constitutiva do processo de ocupação, incluindo a desestruturação e o etnocídio das populações indígenas que habitavam o território do antigo Sergipe d'El Rei, então referido como o sertão do Rio Real. Nesse contexto, a figura de Padre Gaspar Lourenço, apresentada como “primeiro apóstolo de Sergipe”, insere-se numa tradição de escrita marcada pela valorização de personagens exemplares, frequentemente associados ao avanço da fé cristã e à consolidação da ordem colonial.

Tal perspectiva, característica da historiografia religiosa, articula-se a modelos narrativos que aproximam história e edificação moral, conferindo à biografia um caráter simultaneamente documental e exemplar. Nesse sentido, a obra de Aurélio Vasconcelos de Almeida deve ser lida tanto como fonte para a história das missões quanto como documento de uma determinada forma de representar o passado.

Chama a atenção, de modo particular, a amplitude e a variedade das fontes mobilizadas pelo autor. O texto revela um uso consistente das cartas jesuíticas então disponíveis — como as de Manuel da Nóbrega, José de Anchieta e Antônio Blásquez —, além do recurso a cronistas coloniais, como Simão de Vasconcelos, e a autores clássicos da historiografia brasileira, como Capistrano de Abreu. Trata-se, portanto, do resultado de um trabalho cuidadoso de pesquisa, que evidencia não apenas levantamento documental, mas também um esforço interpretativo diante de fontes fragmentárias e dispersas.

Com efeito, a elaboração da biografia de Gaspar Lourenço apresenta dificuldades particulares, dado o caráter lacunar das informações disponíveis, espalhadas em cartas, crônicas e re-

ferências indiretas. O autor se vê, assim, compelido a realizar não apenas um trabalho de coleta, mas também de exegese das fontes, articulando indícios e reconstruindo trajetórias a partir de registros esparsos. É precisamente nesse aspecto que reside uma das contribuições mais relevantes da obra.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que a escrita de Aurélio Vasconcelos de Almeida incorpora procedimentos próprios de sua época, incluindo o uso intensivo de citações extensas, especialmente de José de Anchieta, frequentemente inseridas no interior dos parágrafos e indicadas por meio de aspas e remissão a notas. Esse método, embora fiel às práticas historiográficas de então, pode afetar a fluidez da leitura e produzir, por vezes, uma sobreposição entre a voz do autor e a dos textos citados, particularmente da prosa anchietana, que se infiltra e modela a narrativa.

Longe de constituir um defeito a ser simplesmente corrigido, tal característica foi preservada nesta edição, por ser reveladora do modo como o autor se apropria das fontes e constrói sua narrativa. Nesse sentido, a obra também permite compreender práticas de leitura, citação e escrita historiográfica em meados do século XX, situando-se no cruzamento entre erudição, devoção e historiografia.

Diante disso, optou-se por manter o sistema de referências e a organização bibliográfica tal como concebidos pelo autor, evitando sua adaptação às normas contemporâneas, como as da ABNT, em respeito ao método original. Ao mesmo tempo, foram introduzidas notas editoriais com o objetivo de esclarecer termos, topônimos, expressões latinas e referências históricas, bem como indicar anacronismos, variações lexicais e problemas de interpretação.

A presente edição atualiza a ortografia do texto, adequando-a às normas vigentes da língua portuguesa, e corrige lapsos tipográficos evidentes, preservando, contudo, o vocabulário, a estrutura sintática e o estilo do autor, de modo a manter a fisionomia

original da obra. Especial atenção foi dedicada à dimensão filológica, considerando a presença de vocábulos arcaicos, formas híbridas e variantes gráficas, bem como a instabilidade na grafia de nomes indígenas e lugares, característica das fontes dos séculos XVI e XVII e dos processos de transliteração para o português.

A publicação desta obra responde, ainda, a uma lacuna na historiografia sergipana, uma vez que o trabalho de Aurélio Vasconcelos de Almeida não teve continuidade sistemática em estudos posteriores sobre o tema, o que reforça seu caráter pioneiro. Ao mesmo tempo, sua leitura, à luz de abordagens contemporâneas, abre novas possibilidades de investigação sobre o Brasil colonial, especialmente no que diz respeito às relações entre missão, linguagem, poder e formação cultural.

Cabe registrar, por fim, o reconhecimento à professora Beatriz Góis Dantas, cuja sugestão de publicação deste texto surgiu no contexto de uma longa conversa sobre a colonização e o século XVI; ao professor Ibarê Dantas, que gentilmente cedeu o texto que serve de prefácio a esta edição, no qual apresenta a trajetória intelectual de Aurélio Vasconcelos de Almeida; e à professora Tereza Cristina Cerqueira da Graça, editora-gerente da revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), que generosamente nos cedeu a publicação original, em PDF digitalizado, do texto do padre Aurélio Vasconcelos de Almeida.

Ao oferecermos esta obra, esperamos contribuir não apenas para a difusão de um texto relevante da memória sergipana, mas também para o aprofundamento dos estudos sobre a colonização, a ação missionária e os modos de construção do passado. Que este livro possa servir tanto ao leitor interessado na história de Sergipe quanto ao pesquisador dedicado à compreensão das formas de narrar e interpretar a experiência colonial no Brasil.

Aracaju, 18 de março de 2026



PREFÁCIO

NOTA SOBRE O PADRE AURÉLIO DE VASCONCELOS¹

*Ibarê Dantas*²

Os laços de pertencimento à terra natal costumam alimentar por toda vida uma afeição que se manifesta de conformidade com a personalidade, as possibilidades e as condições de atuação de cada um. Entre os que migram é comum encontrar sentimentos de nostalgia alimentados por viagens à terra natal. Em alguns de espírito elevado e maior preparo intelectual, as lembranças da terra, por vezes, são registradas em memórias ou em estudos sistemáticos que ampliam o conhecimento sobre aspectos específicos do torrão natal, como a Literatura, a Geografia ou a História.

Este foi o caso do padre Aurélio de Vasconcelos Almeida (16.06.1911 -29.01.1999). Natural de Santo Amaro das Brotas (SE), filho de José Balbino de Almeida e Anna Elias de Vasconcelos, conforme nos informa a professora Saline Abdo,³

-
- 1 Este texto foi produzido em 2011, por ocasião do centenário de nascimento do padre Aurélio, permaneceu inédito e agradeço ao professor Luiz Eduardo Oliveira a sua divulgação.
 - 2 Historiador, ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).
 - 3 Saline Abdo. Padre Aurélio de Vasconcelos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 32, p. 249-251, 1993-1999. Neste artigo, publicado por ocasião da morte do Pe. Aurélio, encontram-se dados de sua biografia aqui apresentada de forma resumida.

quando criança estudou em sua cidade e em Maruim. Ingressou no Seminário Diocesano de D. José, celebrou sua primeira missa em sua Santo Amaro (1934), atuou em Maruim e, por razões que ignoramos, foi para o interior de São Paulo. Desenvolveu sua pastoral em diversas paróquias das dioceses de Campinas, Botucatu e Limeira. Em 1951, assumiu a direção da paróquia de Nova Odessa, onde permaneceu até a véspera da morte em 1999.

Nos anos quarenta, prestou concurso para o serviço público no Ministério da Educação (MEC) e exerceu o cargo de inspetor federal de ensino. Mais tarde, graduou-se em Pedagogia, em Direito e chegou a ensinar Sociologia na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas.

Como um intelectual cada vez mais qualificado, continuou concentrando suas atenções na comunidade de Nova Odessa, onde desenvolveu extensa obra social. Construiu a igreja, criou instituições voltadas para ampliar o serviço missionário e afirmou-se como um grande benfeitor de sua população.

Não obstante os vínculos que construiu com sua nova terra, jamais esqueceu seu Sergipe. Seu amor à terra mãe encontrou na pesquisa a forma de expressão mais rica e duradoura. No conjunto, pelo que sabemos, deixou apenas três obras, mas todas marcantes.

- a) A Vida do 1º Apóstolo de Sergipe. Padre Gaspar Lourenço. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 21, p. 113-225, 1951-1954.
- b) Representação da Província de Sergipe D'El Rei no Parlamento Nacional. 1823-1889. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 20, p. 5-95, 1949-1950.
- c) *Esboço Biográfico de Inácio Barbosa* (3 v.). Aracaju: Ser-

core, 2000 e 2002; Aracaju: J. Andrade, 2003.

Embora o ensaio sobre o padre Gaspar Lourenço não tenha sido o primeiro a ser publicado, foi com ele que iniciou suas pesquisas.⁴

Apesar das dificuldades de encontrar informações em fontes do século XVI, pacientemente garimpou dados nos arquivos e bibliotecas do Sudeste, consultou numerosas cartas dos jesuítas, memórias, compêndios e construiu um dos mais meritórios trabalhos sobre os primórdios da colonização de Sergipe Del Rei.

Supondo que seja seu trabalho menos conhecido, procuraremos aqui fornecer algumas informações sobre o conteúdo do texto.

Revelou padre Aurélio Vasconcelos que padre Gaspar Lourenço nasceu na Vila Real de Traz os Montes (Portugal) e foi trazido para o Brasil como menino órfão nos anos cinquenta do século XVI. Incorporado à Companhia de Jesus, estudou e trabalhou na escola de S. Vicente, aprendeu a língua tupi e foi levado para a Bahia, onde foi ordenado padre em 1560 ou 1561. Esteve no sul da Bahia. Depois, acompanhado do irmão João Salônio, partiu em direção a Sergipe. Dirigiu a Aldeia Santo Antonio, próxima ao Rio Real, e criou a Aldeia São Tomé. Homem determinado, de fé inabalável, enfrentou diversas situações de risco de morte. Entretanto, firmado nos preceitos religiosos, sobreviveu a tudo e, com o dom da palavra anunciadora dos evangelhos, conquistou muitas almas.

Ao tempo em que difundia o evangelho de Cristo, abraçava a causa dos índios contra as ações dos homens brancos. Quando das violências contra os índios Caetés do Rio Real e do S.

4 Cf. Saline Abdo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 32, p. 252, 1993-1999.

Francisco, em face da morte de D. Pero Fernandes Sardinha (1496-1556), padre Gaspar Lourenço tomou a defesa dos índios e continuou expandindo sua ação missionária, alcançando grande repercussão. Um exemplo disso foi o convite do chefe *Surubi* para fazer igreja em sua tribo e assim foi varando o território além do Rio Real.

Em 29.07.1575, rezou a primeira missa na aldeia de *Cerigi*, às margens do Rio Sergipe e prosseguiu desenvolvendo suas atividades missionárias, visitando aldeias e pacificando os ânimos.

Mas suas ações foram se tornando inglórias. As incursões dos portugueses interessados em escravizar os índios e apoderar-se das riquezas, dentro do projeto do governador da Bahia Luiz de Brito, surtiram efeitos destruidores. O incentivo às invasões, a criação da cizânia entre os nativos, com o fim de gerar confusão para justificar a guerra justa, iam criando um quadro cada vez mais adverso às ações pacificadoras dos missionários. O próprio Gaspar Lourenço foi denunciado na Câmara da Bahia por Garcia D'Ávila por suas práticas de resistências às invasões dos brancos portugueses. Apesar das hostilidades cada vez mais intensas, o missionário permaneceu ao lado dos índios, morando na Aldeia de Surubi e atendendo às solicitações outras, entre as quais a assistência a Aldeia de Cerigi. Contudo, com saúde cada vez mais debilitada, acometido de tuberculose faleceu em 1581, aos 45 anos.

Depois, veio o massacre de 1590, liderado por Cristóvão de Barros, fato que costuma ser interpretado como o início da colonização de Sergipe em nome da civilização.

Concluído esse trabalho, que viria a lume anos depois, padre Aurélio projetou outra biografia. Dessa vez a figura escolhida foi de Inácio Joaquim Barbosa com o intuito de compreender

melhor o processo de mudança da capital de São Cristóvão para as areias de Aracaju.

Sendo um historiador sério que procurava conhecer a História dentro de um amplo contexto, antes dedicou-se a pesquisar sobre a *Representação da Província de Sergipe D'El Rei no Parlamento Nacional. 1823-1889*.⁵ Partindo da Assembleia Constituinte e Legislativa (1823), percorreu até a véspera da Proclamação da República, leu as intervenções dos delegados de Sergipe nos numerosos volumes dos Anais da Câmara dos Deputados e do Senado e empreendeu um resumo das partes consideradas mais importantes. Com esse trabalho, inteirou-se do clima da época, observou as manifestações dos parlamentares sergipanos, as questões discutidas, as relações dos debates com a dominação interna, as discordâncias que geraram o movimento armado, conhecido como Revolta de Santo Amaro, e elaborou um longo artigo de 90 páginas, publicado em 1950 na Revista n. 20 do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, que ficaria como uma das referências mais importantes da História Política do século XIX em Sergipe.

Com toda essa compreensão das intervenções dos parlamentares de Sergipe, o historiador concentrou-se em seu estudo sobre Inácio Joaquim Barbosa.⁶

O tema da mudança da capital recebeu o primeiro estudo de mérito na tese de José Calasans. *Aracaju, Contribuição à História da Capital de Sergipe* (1942), ao concorrer à cátedra do ensino estadual.⁷ Por ocasião do centenário, novas abordagens

5 Padre Aurélio de Vasconcelos Almeida. *Representação da Província de Sergipe D'El Rei no Parlamento Nacional. 1823-1889*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, n. 20, p. 5-95, 1949-1950.

6 Padre Aurélio de Vasconcelos Almeida. *Esboço Biográfico de Inácio Barbosa* (3 v.). Aracaju: Sercore, 2000 e 2002; Aracaju: J. Andrade, 2003.

7 José Calasans. *Aracaju, Contribuição à História da Capital de Sergipe*. Araca-

apareceram, destacando-se o livro de Sebrão Sobrinho, *Laudas da História do Aracaju*, na qual o autor se contrapôs às idéias defendidas por Calasans. De forma apaixonada, Sebrão tentou desfazer de Inácio Barbosa e enaltecer a figura do Barão de Maruim como grande responsável pela mudança.⁸

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe comemorou a efeméride do centenário com palestra importante de Bonifácio Fortes, que, de forma objetiva, mostrou as contradições e os exageros de Sebrão Sobrinho e assumiu com dados e sem subterfúgios uma posição mais sustentável.⁹

Aurélio Vasconcelos, que se correspondia com Epifânio Dória e acompanhava com interesse as publicações de Sergipe, conhecendo toda a literatura editada sobre o tema, concluiu seu longo trabalho em 1958 e tentou publicar. Seu amigo Epifânio Dória empenhou-se junto ao seu amplo círculo de relações, mas não obteve sucesso. O senador Jorge Maynard mobilizou sua influência junto ao MEC no ano de 1961, mas não foi atendido. Em 1999, com a morte do autor, a irmã doou ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe boa parte do acervo da biblioteca do padre Aurélio Vasconcelos, referente ao seu estado e enviou o manuscrito e várias centenas de documentos referentes às primeiras décadas do século XIX. Quando eu ocupava a vice-presidência, juntamente com a estagiária Vanessa dos Santos Oliveira, analisamos peça por peça e empreendemos a classificação desse material. Quanto ao manuscrito, a professora Maria Thetis Nunes, que ocupava a presidência do IHGSE, estabeleceu contato com o então prefeito Marcelo Déda e a prefeitura promoveu a publica-

ju: Regina, 1942.

8 Sebrão Sobrinho. *Laudas da História do Aracaju*. Trabalho Editado à Ordem da Prefeitura Municipal de Aracaju. Aracaju: 1955.

9 Ver Bonifácio Fortes. O governo Inácio Barbosa. Aracaju, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 22, p. 81-104, 1958.

ção dos três volumes no correr dos anos de 2000, 2002 e 2003.

A obra do padre Aurélio de Vasconcelos Almeida, *Esboço Biográfico de Inácio Barbosa*, pode ser considerada um clássico. Ninguém estudou a mudança da capital com tanta abrangência. O primeiro volume, embora dedicado à figura do biografado, trata na sua maior parte do processo político de Sergipe. Com a autoridade de quem estudou as manifestações dos parlamentares de Sergipe na Câmara dos Deputados, o autor reproduziu os debates que precederam à mudança da capital, fornecendo copiosos elementos sobre as tendências dos políticos e a inserção de Inácio Barbosa nas discussões. Vasconcelos enalteceu o papel do seu biografado, destacando o executivo hábil em desarmar trincheiras ativas, vencer resistências e avançar com visão de conjunto, objetivando modernizar Sergipe.

O segundo volume é o que se ateve mais à obra da mudança. Analisou a criação da Associação Sergipense, que teve papel importante na segurança do transporte fluvial e marítimo, e tentou rebater uma a uma das teses que procuram desmerecer as ações de Inácio Barbosa. Como trabalhou com ampla bibliografia, procurou defender suas hipóteses transcrevendo numerosas opiniões.

O terceiro volume completa a obra sobre alguns aspectos específicos da cidade nascente, a construção de duas igrejas e adoção da padroeira Imaculada Conceição, os tempos adversos das epidemias que pareciam inviabilizar a nova capital, o monumento ao seu criador Inácio Barbosa, uma das primeiras vítimas das febres, e mais alguns subsídios da primeira fase da cidade.

Em suma, o padre Aurélio de Vasconcelos Almeida, enquanto vivia longe do seu estado, acompanhava a produção literária e científica de seus conterrâneos e, com o sentimento de grati-

dão silenciosa em relação à sua terra, passou boa parte de sua vida investigando o passado de Sergipe, legando valiosa contribuição histórica como uma manifestação da lembrança afetiva inesquecível.



CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS DA CATEQUESE JESUÍTICA NO BRASIL

Portugal reconheceu, enfim, que estavam sendo infrutíferos os métodos de colonização que adotara no Brasil, deixando à iniciativa particular dos Donatários das Capitâneas hereditárias o aproveitamento da vastíssima possessão ultramarina. Urgia corrigir o erro administrativo de quase meio século, que relegara o Brasil ao olvido das atenções da Coroa inteiramente voltada para as Índias, cujo comércio atraía os portugueses.

A continuar assim, o Brasil passaria a mãos estranhas que já o apalpavam pelos corsários de outras nações europeias, contrabandeando o pau-brasil.

O desânimo abatera os poucos colonos que havia dispersos no imenso território, onde, às várias dificuldades do ambiente, acrescentaram-se as sérias desavenças surgidas entre os povoadores que viviam ao arbítrio dos donatários cumulados de excessivos poderes civil e criminal, nem sempre usados com a moderação, prudência e justiça devidas.

O indígena, por sua vez, que havia acolhido bem aos brancos, passa a ser molestado por estes e reage quanto e como lhes era possível.

As desordens se sucedem trazendo intranquilidade a todos e nenhum progresso se registra na colonização. Nada mais havia que esperar-se dela, pelo modo como vinha sendo tentada. Em tais condições, para “as terras novas de Santa Cruz, que é o nome que lhe deram os devotos descobridores e a cobiça hu-

mana o trocou em Brasil” (1), resolveu D. João III mandar um Governador Geral com jurisdição sobre os donatários de todas as Capitanias, conforme o prescrito no Regimento do novo sistema da administração brasileira.

A nomeação do primeiro Governador Geral recaiu sobre Tomé de Souza, varão honrado, da inteira confiança de El-Rei, Fidalgo da Casa Real e portador de muitos títulos honoríficos a que fazia jus pelos méritos dos grandes serviços prestados à pátria.

A sede do Governo devia ser onde o Rei dizia que resolvera “mandar fazer uma fortaleza e povoação grande e forte na Bahia de todos os Santos por ser para isso o mais conveniente lugar que há nas ditas terras do Brasil para dalí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar Justiça e prover nas cousas que cumprem ao meu serviço e aos negócios da minha fazenda e a bem das partes”.(2)

Aos 17 de Dezembro de 1548, foi passado o Regimento que Tomé de Souza trouxe para norma de seu Governo. Confiara-lhe o Rei, cumulativamente, a “mercê dos cargos de Capitão da povoação e terras da Baía de Todos os Santos e Governador Geral da dita Capitania e das outras Capitanias e terras da costa do Brasil por tempo de três anos e com 400\$000 de ordenado em cada ano”. (3)

Quanto ao alcance do novo regime de governo colonial dizia El-Rei que o “Serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as Capitanias e Povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para exaltamento da nossa santa fé e proveito dos meus Reinos e Senhorios e naturais dêles... para isso vá uma armada com gente, artilharia, armas e munições e tudo o mais que fôr necessário”. (4)

A consciência cristã de D. João III acentua qual a maior razão que o leva a mandar povoar o Brasil, depois de tantos anos tido em menosprezo pelo trono de Portugal, no artigo 24 do Regimento de Tomé de Souza: “a principal causa que me move a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi que a gente dela se convertesse à nossa Santa Fé”. (5)

Para realizar o que desejava sua caridade de príncipe cristão, convidou os missionários Jesuítas de Portugal, que acolheram com muito agrado a honra da preferência que S. Majestade lhes dispensara, já que os intuitos do Rei bem se harmonizavam com o lema da Companhia, recém-fundada por Santo Inácio de Loyola, *Ad Majorem Dei Gloriam*. Felicíssima escolha!

Do porto de Belém, a 1º de Fevereiro de 1549, partiu a armada de Tomé de Sousa, trazendo consigo o Pe. Manoel da Nóbrega e seus companheiros de apostolado, Padres Leonardo Nunes, Antônio Pires, João de Aspilcueta Navarro e os Irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome.

Depois de oito semanas de marinhagem, a 29 de Março seguinte, a armada ancora na Bahia de Todos os Santos, onde o Governador toma “posse da cerca que nela está, que fez Francisco Pereira Coutinho”. (6)

Fizeram “prospera viagem” e podiam dizer os recém-chegados, pela pena de Nóbrega: “A terra cá achamo-la boa e sã. Todos estamos de saúde, Deus seja louvado, mais sãos do que partimos”. (7)

De como foram recebidos, dá conta o Pe. Manoel da Nóbrega, Superior da Missão, ao Pe. Mestre Simão Rodrigues de Azevedo, escrevendo poucos dias depois de acomodados: “Achamos a terra de paz e quarenta ou cinquenta moradores na povoação que antes era; receberam-nos com grande alegria e achamos uma maneira de igreja, junto da qual logo nos aposentamos os Padres

e Irmãos em umas casas a par dela, que não foi pouca consolação para nós para dizermos missas e confessarmos”.(8)

Não perdem tempo e, apenas desembarcados, iniciam, arrojados, as múltiplas atividades missionárias, entre os cristãos encontrados e os gentios da terra.

Como dos primeiros trabalhos da catequese, destaca-se que o primeiro mestre-escola do Brasil, “o Irmão Franciscano Rodrigues ensina a doutrina aos meninos cada dia e também tem escola de ler e escrever”. (9)

A visão de Nóbrega achou “bom modo este para trazer os índios desta terra, os quais têm grande desejo de aprender e, perguntados se querem, mostram grandes desejos... e já um dos Principais deles aprende a ler e toma lição cada dia com grande cuidado e em dois dias soube o ABC todo” (10). Aí está um exemplo para os atuais cursos de alfabetização de Adultos, de que se tornaram, assim, precursores no Brasil, os Jesuítas.

Nem 15 dias, sequer, haviam chegado e já alargam a ação fecunda do apostolado incipiente por outras paragens, mandando-se o Pe. Leonardo Nunes “aos Ilhéus e Pôrto Seguro, a confessar aquela gente que tem nome de cristãos, porque me disseram de lá muitas misérias, e assim a saber o fruto que na terra se pode fazer... Leva por companheiro a Diogo Jácome, para ensinar a doutrina aos meninos, o que ele sabe bem fazer”.(11)

Messe abundante entrevista Nóbrega, alimentado de carinhoso otimismo desde os primeiros contatos com os aborígenes, vendo a docilidade deles aos estímulos da religião, pois “estão estes Negros (como a princípio chamavam os selvícolas) mui espantados de nossos ofícios. Estão na Igreja, sem ninguém lhes ensinar, mais devotos que os nossos cristãos”.(12)

Entretanto, quase nada encontraram de edificante por parte dos colonos, em quem logo perceberam os estorvos que trariam

à catequese com os desregramentos da vida que levavam, de escândalo para o gentio, de tal modo que o Pe. Nóbrega manifestou de pronto seus receios: “Somente temo o mau exemplo que o nosso cristianismo lhe dá, porque há homens que há sete e dez anos que se não confessam e parece-me que põem a felicidade em ter muitas mulheres”. (13)

Era lamentável a decadência moral dos civilizados encontrados na colônia, muitas vezes em inferioridade aos próprios selvagens, “de maneira que os primeiros escândalos são por causa dos cristãos, é certo que, (os índios) deixando os maus costumes que eram de seus avós, em muitas coisas fazem vantagem aos cristãos porque melhormente vivem e guardam melhor a lei da natureza”. (14)

A todos esses e a outros males, cumpria aos missionários remediar porquanto “cá há clérigos, mas é a escória que de lá vem; *omnes quoerunt quoe sua sunt*”. (15)

Daí alvitra o Pe. Nóbrega que “é muito necessário cá um Bispo... ou ao menos um Vigário Geral para castigar e emendar grandes males, que assim no eclesiástico como no secular se comete nesta costa, porque os seculares tomam exemplo dos sacerdotes e o Gentio de todos”. (16)

Urgia que do Reino viessem mais obreiros da civilização evangélica para acudir às tantas necessidades do gentilismo indígena, porque “esta terra é nossa empresa”.

Nesse sentido, é que Nóbrega, em Agosto de 1549, dirigindo-se por carta ao Geral da Companhia de Jesus, insta para que mande muitos missionários. Mas, não o faz apenas argumentando, senão também apostrofando e ironizando até: “E V. Reverendíssima não seja avarento dêsses Irmãos e mande muitos para socorrerem a tantas e tão grandes necessidades, que se perdem estas almas à míngua, *petentes panem et non est*

qui frangat eis. Lá bem abastam tantos Religiosos e pregadores, muitos Moisés e Profetas há lá. Esta terra é nossa empresa e o mais gentio do mundo. Não deixe lá V. R. mais que uns poucos para aprender, os mais venham. Tudo lá é miséria quanto se faz: quando muito ganha-se cem almas, posto que corram todo o Reino; cá é grande mancheia”. (17)

O apelo de Nóbrega começa a ser atendido com a vinda dos Padres Afonso Braz, Francisco Pires, Manuel Paiva e Salvador Rodrigues, no ano seguinte, que foi o de 50, além dos “7 meninos órfãos para ajudar na catequese”, adianta S. Leite. (Hist. I, p. 561). Depois chegou o Bispo, D. Pedro Fernandes Sardinha, em 1552. Mais 7 Jesuítas vieram em 53, entre os quais, Pe. Luiz da Grã e o Irmão José de Anchieta. Muitas expedições se sucederam daí por diante, de padres e irmãos procedentes da Europa.

Outro problema gravíssimo, pela sua natureza e pelas suas consequências para a catequese, era a prática do cativo dos índios, exercida cruelmente pelos portugueses, já há muitos anos. E esse foi o motivo porque os silvícolas a princípio acolheram bem aos brancos, passaram a hostilizá-los, depois, em retorsão.

O Rei tomara conhecimento da vergonhosa caçada humana que certos portugueses faziam no Brasil, com empresa montada para esse fim, em proveito de sua desordenada cobiça, e proíbe, pelo Regimento que passara a Tomé de Sousa, que salteiem os índios, a não ser em caso de levante dos mesmos, porém, com a devida licença do Governador Geral ou, em certas circunstâncias, dos Capitães das Capitánias.

Regulava a matéria sob máximo rigor o capítulo 28 do Regimento em que ordenava o Rei ao Governador Geral: “Eu sou informado de que nas terras e povoações do Brasil algumas pessoas têm navios e caravelas e andam neles de umas Capita-

nias para outras e que por todas as vias e maneiras que podem salteiam e roubam os gentios que estão de paz e enganosamente os metem nos ditos navios e os levam a vender a seus inimigos e a outras partes e que por isso os ditos gentios se levantam e fazem guerra aos Cristãos e que foi a principal causa dos danos que até agora são feitos e porque cumpre muito ao serviço de Deus e meu prover nisto de maneira que se evite, hei por bem que daqui por diante pessoa alguma de qualquer qualidade ou condição que seja não vá saltar nem fazer guerra aos gentios por terra nem por mar em seus navios ou outros alguns sem vossa licença ou do Capitão da Capitania de vossa jurisdição suposto que os tais gentios estão alevantados e de guerra, o qual Capitão não dará a dita licença senão nos tempos que lhe parecerem convenientes e a pessoa de que confio que farão o que devem e o que lhe ele o ordenar e mandar; e indo algumas das ditas pessoas sem a dita licença ou excedendo do modo que lhe o dito Capitão ordenar quando lhe der a dita licença incorrerão em pena de morte natural e perdimento de tôda a sua fazenda, a metade para a redenção dos cativos e a outra metade para quem o acusar e êste Capítulo fareis notificar e apregoar em tôdas as Capitanias e transladar nos livros das câmaras delas, com declaração de como se assim apregoou”. (18)

Em 1537, o Papa Paulo III já havia condenado o preconceito corrente entre os colonizadores do Novo Mundo de que os indígenas “hão de ser tratados e reduzidos a nosso serviço como animais brutos, a título de que são inábeis para a Fé Católica... Declaramos, acrescenta o Papa, que os ditos índios e todas as mais gentes que daqui por diante vierem à notícia dos Cristãos, ainda que estejam fora da fé de Cristo, não estão privados, nem deve sê-lo, de sua liberdade, nem do domínio de seus bens e que não devem ser reduzidos a servidão. Declaramos que os ditos

índios e as demais gentes não de ser atraídas e convidadas à dita Fé de Cristo, com a pregação da palavra divina e com o exemplo da boa vida”. (19)

Diante da palavra do Papa e da lei civil decretada pelo Rei contra o tratamento desumano infligido por cristãos ao gentio do Brasil, para os missionários não havia que escolher, senão reagir, denodadamente, às tamanhas iniquidades, impondo a todos acatamento e respeito à personalidade humana dos silvícolas.

Em Agosto de 1549, relata Nóbrega ao Provincial, a perfídia com que se costumava explorar a boa fé dos índios e a sua primeira interferência para libertá-los: “de maravilha se acha cá escravo que não fôsse tomado de salto e é desta maneira que fazem pazes com os Negros (índios) para lhes trazerem a vender o que têm e por engano enchem os navios deles e fogem com eles; alguns dizem que o pode fazer por os Negros terem já feito mal aos cristãos. O que, posto que sejam assim, foi depois de terem muitos escândalos recebidos de nós. De maravilha se achará cá na terra, onde os cristãos não fossem causa de guerra e dissensão... Entre outros saltos que nesta costa são feitos, um se fez há dois anos muito cruel, que foi irem uns navios a um gentio que chamam Carijós, que estão além de S. Vicente, o qual todos dizem que é o melhor gentio desta costa e mais aparelhado para se fazer fruto; ele somente tem duzentas léguas de terra; entre eles estavam convertidos e batizados muitos”. (20)

Esses índios cristianizados eram fruto da catequese de dois frades franciscanos espanhóis, Frei Bernardo de Armenta, Superior, e Frei Alonso Lebron, ambos aportados em Santa Catarina no ano de 1538 aproximadamente. (21)

Morrendo Frei Bernardo, seu companheiro sozinho continuou a missão que ia dando resultados espirituais consolado-

res, até fins de 1547, ou começos de 48, quando um desses navios empregados no infame comércio de assaltar os índios para vendê-los como escravos nas Capitânicas do Brasil aportaram a Mbiazá.*

Sequestraram o Padre, Frei Alonso, com alguns índios em um dos navios, ardilosamente, e quando largaram as velas para partir, os outros índios “que ficaram em terra vieram em paus a bordo do navio e (pediram) que levassem embora os Negros e que deixassem o seu Padre, e por não quererem os dos navios (atendê-los) tornaram a dizer que, pois levavam o seu Padre, que levassem também a eles e logo os recolheram e os trouxeram e o Padre puseram em terra e os Negros desembarcaram em uma Capitania para venderem alguns deles e todos se acolheram à Igreja, dizendo que eram cristãos e que sabiam as orações e ajudar a missa, pedindo misericórdia. Não lhes valeu (a alegação de serem cristãos e doutrinados), mas foram tirados e vendidos pelas capitânicas desta costa”. (22)

Esse fato teve larga repercussão na Colônia e na Corte, onde, talvez, tivesse servido de ensejo para o Rei decretar o capítulo 28 do Regimento de Tomé de Sousa, pelas circunstâncias que o agravaram, já que se tratava de Índios cristãos que viviam sob os cuidados paternais de um zeloso sacerdote, de cuja direção espiritual foram arrebatados, astuciosa e violentamente.

Por causa dessa ocorrência, surgiu entre Nóbrega e Tomé de Sousa a ideia de mandar-se o Pe. Leonardo Nunes residir em S. Vicente. Logo que o Pe. Manoel da Nóbrega e o Governador tiveram conhecimento disso, entraram em entendimentos para

* Nota do editor: *Mbiazá* (ou *Ybiazá*, *Ibiazá*, *Ybiaçá*) é um topônimo de origem guarani empregado nas fontes coloniais para designar a região costeira situada ao sul da Capitania de São Vicente, correspondente, de modo aproximado, ao atual litoral de Santa Catarina e a porções do litoral do Paraná.

providenciar a libertação desses índios e reconduzi-los à sua terra, onde passariam a contar com a assistência dos Jesuítas. “Agora temos assentado com o Governador que nos mande dar estes Negros, para os tornarmos à sua terra e ficar lá Leonardo Nunes para os ensinar”, escreveu Nóbrega.(22)

Na mesma carta, continuando o assunto, encarece ao Geral da Companhia a necessidade de obter-se no Reino uma provisão para se proceder criminalmente contra todos os casos semelhantes existentes, independente de parte ou queixa dos infelizes sacrificados que quase nunca sabiam procurar seus direitos, “pois disto depende tanto a paz e conversão deste gentio”.(23)

Pouco depois, antes da ida de Leonardo Nunes para S. Vicente, de quando deve ser a data da “Informação das Terras do Brasil”, portanto, escrita entre 24 de Agosto e 1º de Novembro de 49, Nóbrega reafirma a mesma história da recuperação dos carijós de S. Vicente, dizendo: “Este é um gentio melhor que nenhum desta costa. Os quais foram não há muitos anos dois Frades Castelhanos ensinar e tomaram tão bem sua doutrina que têm já casos de recolhimento para mulheres, como de Freiras e outras de homens, como de Frades. E isto durou muito tempo até que o diabo levou lá uma nau de salteadores e cativaram muitos deles. Trabalhamos por recolher os tomados e alguns temos já para os levar a sua terra, com os quais irá um Padre dos nossos”.(24)

É notável o terem esses frades conseguido a organização desses recolhimentos em que viviam homens e mulheres separadamente, sob o regime de comunidade religiosa, à maneira de conventos de frades e de freiras.

Por aí se vê a quanto se adiantara a catequese até 1547, entre os “Carijós, senhores do país existente ao sul do rio da Cananéia”(25), graças ao espírito missionário desses dois Franciscanos que deixaram excelentes frutos de seu apostolado nas

selvas do Brasil meridional, como precursores dos Jesuítas, aos quais prepararam os caminhos evangélicos, de modo a desejarem logo estabelecer-se entre eles.

Em fins de 1549, o Pe. Nóbrega mandou o Pe. Leonardo Nunes, acompanhado do Irmão Diogo Jácome, visitar os cristãos de S. Vicente, e, se achasse viável, “ficar com uma terra de gentios chamados Carijós, entre os quais se espera muito fruto, porque têm fama de serem os melhores gentios de toda aquela costa do Brasil”.(26)

Os dois, porém, permaneceram ocupados em S. Vicente, onde, já em Agosto de 1551, além de outros empreendimentos, “tem também feita uma grande casa, em que se hão de recolher e ensinar todos os meninos dos gentios novamente batizados. Dilatou-se sua ida aos Carijós por muitos respeitos, principalmente por não haver quem pudesse sustentar esta casa, e reger os meninos dela”.(27)

A interferência do Pe. Nóbrega com seus companheiros na libertação dos Carijós escravizados alcançou êxito cabal, conforme ele mesmo escreveu satisfeito, em 1552: “Acerta-se tão bem algumas vezes sermos causa de se forrarem Negros salteados... e principalmente os Carijós, que fizemos forrar por serem salteados, sendo cristão já na sua terra; e os pusemos no Espírito Santo casados os machos com as fêmeas em sua liberdade, e somente recolhi conosco dois moços para aprenderem conosco a serem bons cristãos”. (28)

Desde então, com a restituição desses Carijós ao pleno gozo de sua liberdade, os primeiros Jesuítas do Brasil começaram a atrair sôbre a Companhia de Jesus, as iras dos escravizadores de índios, sofridas durante dois séculos de lutas heroicas, sem esmorecimentos, até que os potentados conseguiram sua expulsão da Colônia em fins do século XVI (1575).

Souberam cumprir a todo custo “seu papel de missionários, de paladinos pela liberdade dos índios e de promotores dos princípios de moralidade e simpatia humana entre os caçadores de escravos. A defesa, pelos jesuítas, da raça indígena foi por eles levada até diante do trono, refletindo a legislação sobre a matéria as alternativas do seu maior prestígio ou da sua menor influência junto ao rei. A completa liberdade dos aborígenes, compreendendo sua plena admissão aos direitos civis, coincidiu com a expulsão da companhia, cujo nome permaneceu no entanto popular, ainda que o livre pensamento se insurja contra seus métodos de ensino e de disciplina mental, pretendendo rasgar à inteligência mais dilatados horizontes. Ninguém melhor do que eles compreendeu no entanto o espírito sem desenvolvimento do selvagem e a necessidade de adaptar a tal espírito a catequese com que só era possível incluir-lhe os rudimentos da civilização”. (29)

Como um bastião da fé e da liberdade dos índios, foi que o Pe. Leonardo Nunes em S. Vicente, sede da Capitania de Martim Afonso de Sousa, fundou juntamente com a casa para catequizar os meninos dos gentios, uma de formação religiosa cujas portas se abriram um dia de par em par, para a Companhia de Jesus, maternal, acolher, carinhosamente, o menino órfão Gaspar Lourenço, matriculando-o como estudante, candidato ao sacerdócio consagrado às missões do Brasil.



CAPÍTULO II

GASPAR LOURENÇO INGRESSA NA COMPANHIA DE JESUS (1553)

É o Pe. Nóbrega quem diz ter no dia de Todos os Santos de 1549, partindo da Bahia acompanhado do Pe. Leonardo Nunes e do Irmão catequista, Diogo Jácome, “com a armada que veio visitar a costa” (30), em direção a Ilhéus e Porto Seguro, para tomar “os pulsos à terra”. (31)

Ao alcançar Ilhéus, sentia-se “o Irmão Diogo Jácome doente de febre, mas, ligeiramente” (32). Daí prosseguiram juntos “até a fortaleza e guarnição de Porto Seguro” (33), onde, por algum tempo ainda, “ficaram o Pe. Leonardo Nunes e o Irmão Diogo Jácome, buscando crescer o fruto nas almas, começado antes por alguns Padres espanhoóis”. (34)

Dias depois, o Pe. Leonardo Nunes partiu para S. Vicente, levando consigo alguns dos Carijós salteados em 1547, que os Jesuítas, com Tomé de Sousa libertaram, sendo que “Diogo Jácome e eu, observa Nóbrega, ficamos neste Porto Seguro”. (35)

Desses índios, nessa viagem “para S. Vicente foram-se dez ou doze com o Padre Leonardo, não podendo ir mais por ser a embarcação pequena. Quando vier o Governador mandaremos os outros” (36), adianta Nóbrega.

Entre os últimos dias do ano de 1549 e os primeiros de 50, aportara o Pe. Leonardo Nunes em S. Vicente, sendo aí recebido pelos povoadores, “como anjo ou apóstolo de Deus”.

Encontrou uma ruína moral e social nessa povoação. Padeceu muitos trabalhos e perseguições para reabilitá-la, como ele mesmo narrou: “nesta terra entre outros havia um em os cris-

tãos mui arraigado e mau de arrancar por suas cobiças e interesses o qual era ter muitos índios injustamente cativos porque os iam saltar a outras terras e com manhas e enganos os cativavam. E trabalhando eu muito por isso para os tirar das mãos dos cristãos, pois sem pecado os não podiam ter, alguns por descargo de suas consciências os deixaram livres e nos entregaram e ordenou o Padre Nóbrega que eu os levasse a sua terra e assim me embarquei com eles e a primeira jornada desembarcamos em a capitania de Porto Seguro.... Todo o mais tempo que aqui estive, além de ter cuidado dos Irmãos, sempre me ocupei em confessar e pregar algumas vezes, acudindo quando podia a outras necessidades espirituais e exercitando-me em obras pias, buscando em tudo a salvação das almas e não com pouco trabalho, por ser só e pela perseguição de alguns deste porto, porque de uma parte fui perseguido de alguns amancebados por querer apartá-los do pecado e trabalhar que se emendassem e tornassem a Deus, e da outra era atribulado também dos que aqui tinham Negros Carijós cristãos cativos por os haver saltados, sem os querer deixar tendo-os injustamente, buscando eu muitos meios para deitar este mal fora da terra, o qual é bem mau de desarraigar, por que o têm mui arraigado nos corações, dos quais saem desordenada avareza e desejos insaciáveis de bens temporais, que em muitos reinam cá muito”. (37)

Contudo, a abnegada pobreza em que vivia o Pe. Leonardo, a paciente bondade, o inflamado zelo, a enérgica sensatez e demais virtudes que adornavam sua grande alma de Apóstolo, sobretudo sua abrasada caridade, conseguiram em pouco tempo regenerar os cristãos transviados.

Em Junho de 1551, já podia ele relatar, consolado, os frutos colhidos na seara imensa das almas, que lhe fora, providencialmente, confiada: “Apartaram-se muitos homens de pecados

públicos em que estavam, posto que há muitos endurecidos. Alguns dos que estavam amancebados com índias se casaram com elas, que são até 15 ou 16 e agora andam alguns 7 ou 8 para fazer o mesmo e outros que eram casados lá no Reino, se apartaram cá das mancebas e outros solteiros, depois de deixar as índias escravas, se casaram com filhas de homens brancos. Quanto aos saltos que os Cristãos faziam em os Gentios desta terra já cessaram, louvores a Nosso Senhor, de todo... Mas é tanta a perdição das almas que há muito que fazer”. (38)

Dos índios que se mostravam contrários aos brancos, diante dos maus tratos que lhes davam com os assaltos e cativoiro, anunciava essas alvíssaras de paz: “já louvores a Deus, o vão deixando de ser (contrários),... porque vêem que já os Cristãos não vão a salteá-los, nem os cativam, antes sabem que eu trabalho, muito, afirma Leonardo Nunes, para libertar seus índios que por mau título houveram os cristãos e têm muita notícia de mim e muito desejo de me ver”. (39)

O Irmão Pero Correa, em carta de 1551, dá seu testemunho da transformação que se operava na pequena povoação vicentina com a chegada do Pe. Leonardo Nunes: “Quando ele veio estávamos tão estragados de nossas almas como os índios, porque todos geralmente viviam em pecado mortal, mas, agora, louvores a N. Senhor, todos estão mui emendados. O Padre tem cá feito muitas almas cristãs e fizera toda esta geração em que começamos ou a maior parte dela se não viera a esta terra só, como veio, porque não quer batizar nem um até primeiro o não doutrinar”. (40)

Muitos anos depois, em 1584, também Anchieta rememora a feliz atuação desse grande missionário no meio dos cristãos paganizados de S. Vicente, onde “foi recebido dos Portugueses como anjo ou apóstolo de Deus e vivendo eles dantes tão mal

ou pior que os Brasis, fizeram tão grande mudança de vida que ainda agora se enxerga naquela terra um *nescio quid* de mais virtude, devoção e afeição à Companhia que em tôda a Costa, porque também a vida do Pe. Leonardo Nunes era mui exemplar e convertia mais com obras que com palavras”. (41)

Tão depressa chegou a S. Vicente, tão logo empreendeu várias diligências a um só tempo e com tal presteza, de causar admiração a todos, pelo que os índios passaram a chamá-lo de Abaré Bebê, Padre voador.

Em Agosto de 50, com menos de 8 meses de chegada a S. Vicente, já havia feito várias viagens, como a que fez logo a Porto Seguro a recambiar livres os índios salteados que encontrara cativos, injustamente, dos portugueses, visitou exercendo o ministério, a vila de Santos incursionou diversas aldeias do sertão, esteve “no campo 14 ou 15 léguas” de S. Vicente, onde “estava alguma gente cristã derramada e passava-se o ano sem ouvirem missa e sem confessarem e andavam em uma vida de selvagens” (42). Era o campo de Piratininga com o pessoal de João Ramalho. Foi mais adiante 4 ou 5 léguas, onde também com os índios deparou-se “ali com alguns homens brancos” e os juntou aos cristãos. (43)

Além disso, a custa de esmolos já havia feito uma casa tanto para sede da missão como “para poder também nela recolher e ensinar os filhos dos Gentios. Ao presente, dizia, estou nela com oito Irmãos que cá novamente recebemos... Agora, acrescentou, queremos emadeirar uma igreja que aqui temos feita; depois de acabada, o que será *presto*, determino sair por esta terra a dentro quase 200 léguas”. (44)

Em Junho de 1551, o Pe. Leonardo informava: “...acabamos a igreja e é a mais devota que agora há nesta costa. A capela é mui bem forrada e formosa, e um terço da igreja, por causa dos

altares é também forrado... Agora também fazemos uma grande casa afora esta em que estamos para aposento dos Padres que cá vieram, que com tanto desejo e necessidade esperamos”. (45)

A inauguração da igreja ter-se-ia dado a 1º de Janeiro de 51, dia do S.S. Nome de Jesus, ao que disse o irmão Diogo Jácome, creio que citando uma carta desconhecida: “da primeira missa que se nela disse que foi dia da mesma vocação que foi dia de Jesus, a qual foi com toda a música de canto, de órgão e flautas, como se lá pudera fazer. A igreja é muito bem feita e composta” com suas casas e pomar, com sua horta e laranjais, cidreiras e limoeiros e parreiras, que já deram aqui uma vez uvas.” (46)

O Pe. Nóbrega maravilhou-se quando viu em 1553, “a grande casa e muito boa igreja: ao menos em Portugal não a temos tão boa ainda” (47), disse ele realçando seu entusiasmo. A construção das casas de S. Vicente obedecia ao plano que Nóbrega traçara para que em cada uma das Capitânicas “se façam casas para se recolherem e ensinarem os moços dos Gentios e também dos Cristãos e para nelas recolhermos algumas línguas para este efeito”. (48)

Da mesma forma que na Bahia, ao chegarem os Jesuítas, “nesta capitania de S. Vicente o Padre Leonardo Nunes fez o mesmo, ajuntou muitos meninos da terra do Gentio, que se doutrinavam nesta casa e estavam de mistura com alguns Irmãos que êle recolheu nesta terra”. (49)

Em 53, Nóbrega aí encontrou “7 irmãos grandes e muitos meninos órfãos e outros filhos dos gentios”. (50)

Nessa Casa de S. Vicente, pertencente ‘a Companhia que foi a segunda que houve no Brasil... se entendeu mais de propósito na conversão do Gentio, o qual, como foi sempre muito amigo dos Portugueses, deram muitos deles de boa vontade seus filhos ao Padre para que fossem ensinados, dos quais ajuntou muitos

e os batizou, ensinando-os a falar Português, ler e escrever e sustentou do necessário para o corpo com grandíssimo trabalho... Este se pôde chamar o primeiro colégio dos catecúmenos que houve no Brasil, o qual o Padre Manuel da Nóbrega, indo àquela capitania no ano de 1553, levou por diante, ordenando que fosse confraria do Menino Jesus, juntando-lhe alguns dos moços órfãos que vieram de Portugal no tempo do Padre Domenico e alguns mestiços da terra, onde todos eram doutrinados: e os de Portugal aprendiam a língua da terra”. (51)

Era uma “espécie de Seminário ou Colégio” (52) em que “têm os meninos os seus exercícios bem ordenados. Aprendem a ler e escrever e vão muito avante; outros a cantar e tocar flautas, e outros, mamelucos, mais destros, aprendem gramática e ensina-a um mancebo Gramático de Coimbra que cá veio deportado. Têm suas práticas de Deus Nosso Senhor e modos com que o louvar... Estes que se criam hão de ser os verdadeiros (pregadores), pela muita esperança que nos dão os seus bons princípios”. (53)

Entre os promissores obreiros da catequese, que se iniciavam em São Vicente, incluem-se “alguns rapazes órfãos”, vindos de Portugal em 1550 e no ano seguinte, aos quais “se juntaram outros dos gentios e órfãos da terra, mestiços” (54), sendo que “nesta capitania de S. Vicente adquiriu o Padre Leonardo Nunes, naquele tempo, mais moços dos Índios, por seu mandado, diz Nóbrega, que em nenhuma outra parte”. (55)

Com as alusões aos meninos órfãos de Portugal e aos de cá da terra, de mistura com os mamelucos e índios, começa entre os historiadores a dificuldade para identificar o menino Gaspar Lourenço nesse meio.

O Pe. Simão de Vasconcelos nos informa o seguinte: “Para melhor ajuda dos Portugueses e para melhor acudir também aos

Índios, que pereciam em sua gentilidade, começou o Pe. Leonardo Nunes a receber alguns noviços, dos quais sabiam bem a língua brasílica, ou a podiam aprender facilmente. Admitiu em primeiro lugar a Pedro Correa e Manuel Chaves, homens principais, moradores da terra, de muitos anos do Brasil e muito grandes línguas; e iogo após estes, alguns moços pequenos, assim europeus, como mestiços. Entre estes, os que principalmente provaram, foram dois, Leonardo do Vale e Gaspar Lourenço”. (56)

Inspirando-se nessa informação, os historiadores continuaram atribuindo a Gaspar Lourenço naturalidade brasileira, como mameluco. Não faltou mesmo quem adiantasse afirmando que era “o Padre Gaspar Lourenço, natural de Santos, o primeiro índio do Brasil admitido na Companhia e probabilissimamente ela mesma família Lourenço, que, na mesma cidade de Santos, século e meio mais tarde, sob a proteção de outro grande Jesuíta, o V. P. Alexandre de Gusmão, se honrou com os dois nobilíssimos brasileiros Alexandre Lourenço, primeiro ministro de D. João V, e Bartolomeu Lourenço, inventor da navegação aérea”. (57)

O equívoco nasceu talvez da interpretação gramatical que deram ao “entre estes” de Simão de Vasconcelos, como se referindo aos “mestiços”. Agora, ao que parece, é lícito supor-se que o cronista se referia a “alguns moços pequenos”, porque já se sabe que nem Leonardo do Vale nem Gaspar Lourenço eram “mestiços”, mas, portugueses.

A revelação é feita pelo Pe. Serafim Leite na sua monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil*, em que diz que “o Padre Gaspar Lourenço, primeiro apóstolo de Sergipe, nasceu em Vila Real de Traz os Montes”, em Portugal, citando como fonte informativa, documentos de *Archivum Societatis Jesu Romanum*”. (58)

Quanto à sua idade de nascimento, Simão de Vasconcelos, vagamente, o aponta entre “os moços pequenos”.

Do mesmo modo, outros registros antigos são concordes em afirmar que Gaspar Lourenço “foi criado na Companhia de mui pequena idade” (59), que “criou-se de pequeno com os Padres da Companhia” (60), e que nela entrara em “1553, sendo de idade de 14 anos” (61). O último dado, porém, não se conforma com a idade canônica de 25 anos completos, pelo menos exigidos para o sacerdócio e que ele, indubitavelmente, deveria ter em Agosto de 1560, quando chegara à Bahia “para ordenar-se” (62), visto que a esse tempo, já vigorava o que a respeito legislara o Concílio de Trento, tanto para os padres seculares como regulares, pelo Capítulo XII, *Decretum Reformatione*, Sessão XIII, de 15 de Julho de 1543. (63)

Não há dúvida que no começo de 61 ele já era Padre. Se fosse exato o dado em apreço, ter-se-ia ordenado entre os 21 e 22 anos de idade, o que não é aceitável diante da legislação tridentina.

Entretanto, o que me parece é que Gaspar Lourenço não é outro senão aquele noo-sacerdote “língua”, que disse missa nova em uma Aldeia da Bahia, em Outubro de 1560, “moço dos primeiros órfãos que cá nos mandaram, muito boa cousa”. (64)

Aceitando-se essa referência do Pe. Antônio Pires, não se pode concluir que as referidas datas de “1553” e dos “14 anos” sejam destituídas de significação na vida de Gaspar Lourenço, nem que sejam inexatas nos catálogos da Companhia, reconstituídos muito posteriormente aos acontecimentos. Não. Essas datas são históricas na vida dele. Apenas se encontram mal conjugadas na reconstituição dos fatos e podem ser explicadas pela seguinte forma: Com 14 anos, Gaspar Lourenço veio de Lisboa como um .dos primeiros órfãos que, em número de sete, proce-

dentes do “Colégio de Jesus dos Meninos Orfãos”, chegaram à Bahia em 1550, trazidos pela segunda expedição dos Jesuítas que para cá vieram, a fim de serem confiados à Companhia “para todos remediar e dar a via”. (65)

Tais meninos eram dos menores abandonados tidos como delinquentes, “moços perdidos, ladrões e maus que aqui chamam patifes”, conforme deles se dizia, então, no Reino. (66)

Nóbrega, enxergando as boas qualidades desses pobrezinhos, transformou-os em instrumentos providenciais “para com eles ganhar os da terra e os ensinar e doutrinar”. (67)

Aqui, logo mostraram a injustiça da conta em que os tinham lá: “Os meninos órfãos que nos mandaram de Lisboa, com seus cantares atraem os filhos dos gentios e edificam muito os Cristãos”. (68)

Em 1584, Anchieta, num retrospecto informativo dos princípios da catequese jesuítica no Brasil, diz que ‘na Companhia “ficaram muitos destes órfãos que vieram de Portugal, e alguns dos de cá recolhidos, que foram e ainda são grandes obreiros nela, ocupando-se na conversão do gentio com a língua que sabem e o sacerdócio que receberam”. (69)

O ano de 1553, foi o em que Nóbrega levara, como lembra ainda Anchieta, para a casa de S. Vicente, “alguns dos moços órfãos que vieram de Portugal”, entre os quais deveriam estar incluídos Gaspar Lourenço e Leonardo do Vale, mencionados por Simão de Vasconcelos. Estes, revelando vocação para a vida missionária do Brasil, matricularam-se como estudantes e noviços em 1553, quando teriam sido recebidos na Companhia, propriamente dito, pelo Pe. Leonardo Nunes, então Diretor espiritual e temporal do Colégio de S. Vicente. Tão dignos demonstraram ser dos seus mestres e do ideal abraçado que mereceram depois, ser realçados entre os alunos do novel Semi-

nário, como “os que principalmente provaram” suas virtudes e dotes de inteligência.

Assim, o jovem Gaspar Lourenço, tomando-se como base para cálculo de sua idade, os 25 anos com que deveria ter sido ordenado em 1560, ao entrar na Companhia no ano de 1553 em S. Vicente, contava 17 anos de idade completos, prestes a completar 18, sendo que já havia três anos de convivência com os Jesuítas que o vinham educando na Bahia, desde 1550, quando chegara com 14 anos de idade, feitos, na iminência de arredondar os 15, no mesmo ano.

Consequentemente se deduz que o Padre Gaspar Lourenço nasceu em Vila Real de Traz os Montes, em Portugal, no ano de 1535.

Transcorre, neste ano da graça, de 1553, o IV centenário de sua entrada na Ordem da Companhia de Jesus, como noviço, para acabar depois como um santo e operosíssimo missionário Jesuíta na catequese do Brasil, a que prestara relevantíssimos serviços.



CAPÍTULO III

DISCÍPULO DE ANCHIETA NO COLÉGIO DE SÃO PAULO (1554)

Quando partiu Nóbrega da Bahia em 1553, juntamente “com o Governador Tomé de Souza, visitando as Capitânicas e os Irmãos delas, até chegar a esta de S. Vicente, que é a última” (70) da costa, na Bahia, “somente ficou um Padre na casa com um Irmão ou dois para ensinarem dois meninos e olharem por ela”.(71)

Os demais Padres e Irmãos se achavam espalhados pelo Brasil, apostolizando cristãos e gentios nas demais Capitânicas. Não se impressionou bem com as grandes dificuldades que observara nessa visita, mas, em S. Vicente, encontrou “algum pouco melhor aparelho para com o gentio entender, por achar aí Irmãos que entendiam a língua e o gentio menos escandalizado dos cristãos e me deixei ficar” (72) nessa Capitania, disse ele, apesar de “ser a mais pobre e mais mal provida de todas, por razão que a terra também foi até agora de todos muito esquecida, assim do senhor dela, como dos demais”.(73)

Com poucos dias de permanência em S. Vicente, mostra-se deseioso de centralizar aí as atividades da catequese, conforme o que escreveu a 12 de Fevereiro de 1553: “Desta Capitania se deve fazer mais fundamento que de nenhuma, porquanto por esta gentilidade nos poderemos estender pela terra a dentro, e, por isso, vindo Irmãos (de Portugal) a esta Capitania deveriam vir, porque nas outras já creio que se fará pouco mais que ensinar meninos”; e acrescentava resolutivo: “apronto-me com

alguns para assentar daqui a 100 léguas, onde mais conveniente for e mais fruto esperamos”. (74)

Perseverou firme com esse desejo muito tempo, sem o ter podido realizar por motivos alheios à sua vontade. Mas, como “pelo Campo, daqui a 12 léguas, se querem ajuntar três povoações numa, para melhor aprenderem a doutrina cristã e mostrar grande fervor e desejo de aprender e que lhes preguem”, resolvera ir até lá, onde, “com eles gostaríamos o tempo até vir o Irmão Pedro Correia, da Bahia, para entrarmos”, escrevera Nóbrega, de S. Vicente, a 15 de Junho de 1553. (75)

Em Agosto do mesmo ano de 53, acha-se Nóbrega tentando a realização do seu desejo de estabelecer-se nos confins do sertão da capitania, para os lados do Paraguai. Encontrava-se já nos Campos de Piratininga, onde já havia ido Leonardo Nunes, poucos anos antes, noticiando que “neste Campo está um João Ramalho, o mais antigo homem que está nesta terra. Tem muitos filhos e mui aparentados em todo este sertão. E o mais velho deles, levo agora comigo ao sertão por maior autorizar o nosso ministério. João Ramalho é muito conhecido e venerado entre os gentios e tem filhas casadas com os principais homens desta Capitania e todos estes filhos e filhas são de uma índia, filha dos maiores e mais principais desta terra. De maneira que, nele e nela e em seus filhos, esperamos ter grande meio para a conversão destes gentios. Este homem, para mais ajuda é parente do Padre Paiva e cá se conheceram. Quando veio da terra, que haverá 40 anos e mais, deixou a sua mulher lá, viva, e nunca mais soube dela, mas que lhe parece que deve ser morta, pois já vão tantos anos”. (76)

O Campo de Piratininga abria novas perspectivas às largas vistas do Pe. Manoel da Nóbrega, a quem os naturais do Campo haviam manifestado que “se querem ajuntar três povoações numa”, quando ele estava em S. Vicente.

Em Agosto, nesse núcleo-de povoação, começavam recentemente a se ajuntarem os índios das cercanias, colocando-se à parte os convertidos para a doutrinação. Foram aí lançados sob as bênçãos fecundas do Padre Nóbrega, “solenemente”, os alicerces da augusta metrópole de hoje, São Paulo, no dia 29 de Agosto de 1553, deste modo como ele escrevera no dia seguinte: “Ontem, que foi o da Degolação de S. João, vindo a uma Aldeia, onde se ajuntam novamente e apartam os que se convertem, e onde pus dois Irmãos para os doutrinar, fiz solenemente uns 50 catecúmenos, dos quais tenho boa esperança de que serão bons cristãos e merecerão o batismo e será mostrada por obras de fé que tomam agora”. (77)

Temos aí a origem, a fundação e a instalação daquela “povoação nova chamada Piratininga, que os índios faziam por ordem do mesmo Padre para receberem a fé” (78), ou seja, “esta Aldeia, em que está a casa de Piratininga, povoada de índios” (79), como a assinala o Pe. Luis da Grã, em 1557.

Os filhos desses índios dos Campos de Piratininga estavam até 1553, sendo doutrinados na casa de S. Vicente, pelo Padre Leonardo Nunes e o Irmão Diogo Jácome, e constituíam a maior parte dos meninos da terra mantidos naquela casa com inúmeras dificuldades, pois, “esta casa de S. Vicente é a mais pobre de todas e padecem os Irmãos e Padres e meninos muita fome e frio e é maravilha não fugirem para os seus pais... Nós vivemos de esmolas. E do que têm os meninos não usamos, antes lhes damos das nossas esmolas”. (80)

Nessas condições, bem se vê que a educação desses meninos, na verdade, “a todos era muito dificultosa e obrigava-mo-nos, esclarece o Pe. Nóbrega, as coisas que não eram de nosso Instituto, porque a manutenção dêles e na terra haver poucas esmolas para tanta gente, foi-me forçado, desde que a esta capitania

vim, a passar os meninos a uma povoação de seus pais em Piratininga, onde por sua contemplação fiz aquela casa, para que nós os doutrinássemos e seus pais os sustentassem e com eles ganhássemos a todos os mais” (81). Além disso, em S. Vicente, já “pouco aproveitava aos portugueses... a frequência dos Padres”. (82)

Para o maior bem da catequese, resolvera Nóbrega que à distância “do mar 10 léguas pouco mais os menos duas léguas de uma povoação de João Ramalho, que se chama Piratininga, onde Martim Afonso de Sousa primeiro povoou” (83), os Jesuítas se instalassem na casa que mandara lá construir pelos índios.

Entre outros motivos que levaram o Pe. Nóbrega a fundar a missão de Piratininga, estabelecendo nela a maior parte da Companhia, foi “por ser ela terra mais aparelhada para a conversão do gentio que nenhuma das outras, porque nunca tiveram guerra com os Cristãos e é por aqui a porta e caminho mais certo e seguro para entrar nas gerações do sertão” (84), segundo escreveu ele próprio a El-Rei D. João III.

Anchieta também confirma que entre as muitas causas que inspiraram a feliz resolução, essa foi a mais ponderável, dizendo: “maxime, finalmente, porque se patenteava por esta parte entrada a inúmeras nações, sujeitas ao jugo da razão”. (85)

Afinal, chegam os Jesuítas ao lugar determinado por Nóbrega, na casa que os índios construíram para instalação do novo Colégio conforme o depoimento testemunhal que Anchieta, como um dos fundadores, deixou escrito: “Assim, alguns dos Irmãos mandados para esta aldeia, que se chama Piratininga, chegamos a 25 de Janeiro do ano do Senhor de 1554, e celebramos em paupérrima e estreitíssima casinha a primeira missa, no dia da conversão do Apóstolo S. Paulo e, por isso, a ele dedicamos a nossa Casa”. (86)

Esses “alguns Irmãos” que participaram da solenidade da Fundação da Casa de S. Paulo, na Aldeia de Piratininga, vieram sob a direção do Pe. Manoel de Paiva, parente de João Ramalho, velho patriarca desses Campos.

O Colégio se instalou na povoação ou aldeia, em que Nóbrega ajuntara as três povoações vizinhas, no ano anterior, com a festa do catecumenado.

Logo abriram uma escola primária, “tendo por mestre o Irmão Antônio Rodrigues” (87), e um curso secundário, com “estudo de gramática” a cargo do Irmão José de Anchieta, porque o Pe. Nóbrega “também mandou alguns 12 Irmãos para que estudassem gramática e juntamente servissem de intérpretes para os índios, e assim que se começou o estudo da gramática de propósito e a conversão do Brasil”. (88)*

O estabelecimento em que abriram o colégio, consoante o descreve Anchieta, “uma pobre casinha feita de barro e paus coberta de palhas, tendo 14 passos de comprimento e apenas 10 de largura, onde estão ao mesmo tempo a escola, a enfermaria, o dormitório, o refeitório, a cozinha, a dispensa; todavia, não invejamos as espaçosas habitações de que gozam em outras partes nossos Irmãos, pois Nosso S. Jesus Cristo se colocou em mais estreito lugar e dignou-se nascer em pobre manjedoura entre dois brutos animais e morrer em altíssima cruz por nós. Os índios por si mesmos edificaram para nosso uso esta casa; mandamos agora fazer outra algum tanto maior, cujos arquitetos

* Nota do editor: aqui o autor incorre em anacronismo ao empregar as expressões *ensino primário*, *escola primária* e *ensino secundário*. Tais categorias escolares correspondem a uma organização do sistema educacional que se consolidou apenas em períodos posteriores. No século XVI, o ensino ministrado pelos jesuítas no Brasil não se estruturava segundo esses níveis, mas sobretudo em torno da instrução elementar (leitura, escrita e doutrina cristã) e do ensino de gramática latina.

seremos nós, com o suor do nosso rosto e o auxílio dos índios. Em tantas estreitezas nos achamos na verdade colocados, que é muitas vezes necessário aos Irmãos explicarem a lição de gramática no campo, e como ordinariamente o frio nos incomoda da parte de fora, e, dentro da casa, o fumo, preferimos sofrer o incômodo do frio de fora, do que o fumo de dentro. Já os meninos que frequentam a escola, cujo ânimo não se abala expostos ao vento e ao frio, agora também, aquecendo-se ao calor da fogueira, em paupérrima e antiquíssima, porém, de certo, feliz cabanazinha, vemos que se aplicam à lição”. (89)

Não se sabem ao certo os nomes de todos os Jesuítas que, a 25 de Janeiro de 1554, compareceram à solenidade inaugural dessa casa, nem os de todos os rapazes que aí passaram a estudar gramática com Anchieta, diante da omissão que há a respeito, tanto dos fundadores de S. Paulo, como principalmente dos primeiros alunos do Colégio, nos catálogos daquela época.

“Aqueles 12 ou 13, de que falam Anchieta e Vasconcelos, deviam ser todos os que saíram de S. Vicente para o Campo. Por onde se vê – sem menção explícita de nomes e com a dispersão que tiveram – a dificuldade, quase insuperável, de organizar a lista definitiva dos Fundadores... No dia 25 de Janeiro de 1554 estavam os Padres Manuel de Paiva, Afonso Rraz e o Irmão José de Anchieta. Estes são fundadores. Quem mais?... Uma coisa é certa – e não se pode esquecer – que a Nóbrega se deve, pessoalmente, a escolha do sítio, a primeira casa, os primeiros catequistas que ali colocou. E também, sob o ponto de vista de apostolado, se não teve as primícias do Campo (estas pertencem a Leonardo Nunes), realizou o primeiro e grande ato solene dos 50 catecúmenos de Piratininga, no dia 29 de Agosto de 1553, festa do Santo Precursor, sugestão litúrgica do próximo advento da civilização cristã nestas regiões. Por esses títulos

Nóbrega é, incontestavelmente, o primeiro e principal fundador de S. Paulo”. (90)

Eis, portanto, o que nos historia objetivamente o Pe Serafim Leite, a máxima autoridade contemporânea sobre o assunto. Ainda há pouco, 15 anos depois que escreveu essa página luminosa, o renomado historiador confirma o papel de Nóbrega na fundação de S. Paulo e dá em justos termos à significação histórica dessas datas referentes às origens de S. Paulo dos nossos dias: “... a 24 de Agosto de 1553, Nóbrega, escolhendo Piratininga para situar as três povoações, uniu os índios pelo vínculo solene do catecumenado “no melhor lugar que se podia escolher”. A fundação da Aldeia de Piratininga é a certidão de idade de S. Paulo; não ainda a do seu batismo, porque a nova povoação só “daí a alguns meses se batizaria”. A certidão de batismo é de 25 de Janeiro de 1554, em que a Casa-Colégio se inaugurou e dedicou a S. Paulo, nome que prevaleceu ao de Piratininga. Sucede com as terras o mesmo que com os homens, que umas vezes celebram o dia do nascimento, outras o do onomástico. S. Paulo comemora a data da fundação no dia do santo em que inaugurou o Colégio e assim a festa do Colégio ficou sendo – muito bem a da povoação”. (91)

Entretanto, Simão de Vasconcelos, escrevendo a “Vida do Venerável Padre José de Anchieta”, para esse fim consultou os manuscritos de Anchieta, posteriormente perdidos, e fornece preciosas informações colhidas nos autógrafos do Mestre de Gramática de Piratininga, quanto aos discípulos da “segunda classe de gramática que teve o Brasil” (92). Diz ele que “frequentavam-na 12 dos nossos (jesuítas) que com o mestre eram 13, qual outro colégio de Cristo e outro bom número de estudantes brancos e mamelucos, que acudiam das vilas já principiadas circunvizinhas”. (93)

Dos alunos Jesuítas uns já eram padres, outros, Irmãos e noviços e foram os seguintes, na ordem em que os enumera Simão de Vasconcelos: Irmão Pedro Correia, Irmão Manuel de Chaves, Irmão Gregório Serrão, Pe. Afonso Braz, Irmão Diogo Jácome, Leonardo do Vale, noviço, Gaspar Lourenço que igualmente seria noviço como este último, recebidos pelo Pe. Leonardo Nunes em S. Vicente, Irmão Vicente Rodrigues; o nono, décimo e undécimo discípulos não estavam mencionados por Anchieta nos seus papeis, mas Vasconcelos supõe terem sido o Padre Braz Lourenço e os Irmãos João Gonçalves e Antônio Blasques, o que contesta o Pe. Serafim Leite. Finalmente, “o último e duodécimo foi o Pe. Manuel de Paiva, de quem dá testemunho seu mestre, que acabou ali de estudar latim e ficou nele consumado, sendo juntamente superior dos mais”, como Reitor do Colégio, que o era. (94)

Assim, Simão de Vasconcelos, com tais informes tirados a Anchieta, nos dá a certeza de que Gaspar Lourenço fora discípulo de Anchieta em S. Paulo de Piratininga, como um dos alunos que iniciaram aquele curso, provavelmente desde “quando se fundou S. Paulo a que assistiu ou ali esteve nos primeiros dias”, conforme julga Serafim Leite. (95)

Nessa ocasião, deveria ter 18 anos de idade. No catálogo em que Anchieta relaciona em 1554 os Jesuítas existentes nas quatro povoações compreendidas em toda a Capitania de S. Vicente, omite os nomes de Leonardo do Vale e de Gaspar Lourenço. Atribuo a omissão não a lapso ou esquecimento e sim proposital, pelo fato de, então, serem ambos ainda noviços da Companhia, entrado nela há um ano apenas e não Irmãos propriamente, como se entrevê pelas referências que a eles faz Simão de Vasconcelos na *Chronica ...* e na *Vida de Anchieta*, já citadas.

Assim, o jovem Gaspar Lourenço, como discípulo do santo apóstolo de Piratininga, dessa “paupérrima e feliz cabanazinha” ajudou seu mestre a construir juntamente com seus discípulos e superiores, no mesmo local onde, em 1554, vai-se fazendo urna formosa povoação” (95), a futura grandiosa Metrópole que hoje se engalana pomposamente para celebrar com todo esplendor de sua opulência, o faustíssimo IV^o Centenário de fundação do memorável Colégio, a 25 de Janeiro de 1954.

As glórias todas, fulgentíssimas, que aureolam os nomes e a memória imortais dos construtores da civilização paulistana, hão de refletir a inestimável contribuição dos estudantes do Colégio de S. Paulo, manancial das luzes e das bênçãos que se derramaram pelos Campos em fora, cobrindo todo o território Paulista, “pois que esta região está ao cuidado do Senhor Onipotente”, como atesta Anchieta. (96)

No meio dos pequenos obreiros, vislumbra-se, estudioso, obediente, humilde, devoto, trabalhador, caridoso, bom e virtuoso, o aluno Gaspar Lourenço. Enquanto, como os outros, estudava, ao mesmo tempo trabalhava, porque viviam “com o trabalho das suas mãos”, rezava e ensinava catecismo aos meninos aborígenes do Campo. (97)

De par com a prosperidade do Colégio e da Povoação, nele floresciam a idade, a virtude e o saber requeridos para o Sacerdócio que pretendia receber mais tarde. Distinguiu-se nos conhecimentos da língua Tupi, de forma extraordinária, como uma especial “graça que o Senhor nesta parte lhe havia comunicado”. Já vinha se exercitando na prática da língua da terra desde que chegara à Bahia, com os *curumins* de lá e, depois, em S. Vicente, com os filhos do gentio que aí doutrinava.

Tão criterioso se mostrara, quão “língua” habilíssimo, que servira de intérprete aos Padres nas confissões dos índios, quan-

do estudante e Irmão, servindo também como pregador, antes mesmo de ordenar-se.

Por suas excelentes qualidades de catequista, foi escolhido pelo colateral de Nóbrega, Pe. Luis da Grã, para seu intérprete, como nos informa um seu contemporâneo: “O Pe. Gaspar, antes de ser sacerdote, serviu sempre de intérprete das confissões ao Pe. Luis da Grã e nisto e em pregar aos índios trazia-o S. Reverência tão bem exercitado que a todos dava motivo de louvar ao Senhor ver a graça que o Senhor nesta parte lhe havia comunicado”. (98)

Seu zelo e fervor pela salvação das almas gentias eram comparáveis aos que ilustravam seus apóstolos mestres e diretores espirituais e não os deixavam exceder-lhe no cultivo da caridade que se estendia às cabeceiras dos enfermos. Como exemplo disso, temo-lo confortando às portas da morte aquela velha de Piratininga, pacientemente, durante uma noite inteira indormida, no ambiente repugnante e asqueroso em que a moléstia mal tratada o transformara, preparando-lhe, solícito, os caminhos da eternidade, conforme se lê no testemunho de seu Mestre, Anchieta: “Visitavam-na muitas vezes os Irmãos, confortavam-na nas divinas palavras, principalmente, quando já no último, tendo corruptos os membros secretos, (esta era sua enfermidade, que é muito comum nestas mulheres do Brasil, ainda virgens), mas o Padre Afonso Braz e o Irmão Gaspar Lourenço, intérprete, tendo mais ânimo ao odor que sua alma havia de dar, venceram ao fedor que aos outros era intolerável, estiveram tôda a noite sem dormir, esforçando-a com divinas palavras, em que ela muito se deleitava, até que expirou com ditoso fim, como é de crer”. (99)

Quando Mem de Sá foi expulsar os franceses do Rio de Janeiro, em princípios de 1560, seguiu de S. Vicente um reforço

armado a que se juntou o Pe. Luís Fernando, acompanhado do Irmão Gaspar Lourenço como intérprete, “a rogos do Governador para que se ocupasse em confessar os soldados e ensinar aos índios que com eles haviam vindo. Voltou o Irmão mui doente de febres e câmaras de sangue*, pelo muito trabalho e frio que sofreu, mas, logo sarou pelo favor da Divina Bondade”.(100)

Para melhor aquilatar-se o quanto merece do Brasil de hoje a memória benemérita de Gaspar Lourenço, que arriscou a vida e sacrificou a saúde nessa luta para salvaguardar a unidade territorial, linguística e religiosa que possuímos, atendamos ao que nos diz Fernando de Azevedo: “A atividade dos jesuítas em apoio à campanha de Mem de Sá contra os franceses, ainda que inspirada sobretudo por motivos religiosos, teve um alcance político que nunca é demais encarecer: contribuiu para restabelecer a união entre os índios que os franceses dividiam e açulavam contra os portugueses, para impedir que se cortasse em duas a América portuguesa, e ainda, para resguardar, contra os perigos que a ameaçavam, a unidade de religião... Não fosse a energia de Nóbrega, e não somente, como diz Southey, “esta cidade que é hoje capital do Brasil seria francesa”, mas francesa seria também larga parte da região meridional e estaria também definitivamente comprometida a colonização portuguesa na sua tríplice unidade de língua, religião e território”. (101)

A esse tempo, já se achava o Irmão Gaspar Lourenço suficientemente preparado para o sacerdócio, tanto em letras, “com a doutrina e o necessário que se pode pregar, passado uma e muitas vezes pela lima dos letrados de cá”, visto que “não há

* Nota do editor: A expressão *câmaras de sangue*, frequente na literatura médica e cronística dos séculos XVI e XVII, refere-se à disenteria, isto é, à evacuação de fezes acompanhada de sangue, geralmente associada a infecções intestinais graves.

cá questões que disputar nem dúvidas sobre a Fé” (102) como em virtudes, porquanto “convém ser santo para ser Irmão da Companhia”. (103)

Em companhia de Mem de Sá, que regressava do sul triunfante com a vitória obtida sobre os franceses na Guanabara, onde Gaspar Lourenço exercera grandes atividades junto aos índios e portugueses combatentes, remediando-lhes as feridas da alma e do corpo, velejara para a Bahia o Pe. Luis da Grã, onde chegaram a 29 de Agosto de 1560, sendo que partiram de S. Vicente a 25 de Junho do mesmo ano.

Nessa viagem, escreve da Bahia o Pe. Rui Pereira, dizendo que o Pe. Grã “trouxe consigo quatro Irmãos línguas, *scilicet*: Gonçalo de Oliveira, Gaspar Lourenço, Antônio de Sousa, e outro irmão noviço, que se chama Baltasar Gonçalves, dos quais os três primeiros estão agora pera se ordenar, para que com ambos os talentos aproveitem melhor ao próximo”. (104)

Nesse caso já contava o Irmão Gaspar Lourenço com 25 anos de idade, como necessariamente deveria ter, segundo as exigências do Concílio Tridentino decretadas em 1543. Certamente teria recebido ordens, juntamente com os dois colegas outros, já que “Estão agora pera se ordenar”.



CAPÍTULO IV

APÓSTOLO DOS ÍNDIOS

De depois que o Governador Mem de Sá assumiu o Governo do Brasil (1557-1572), tomou novo incremento a catequese nos arredores da Bahia, onde até pouco tempo antes (1554), lamentava Nóbrega, que “não se entende agora com o gentio por falta de línguas que não temos”(105). Aí mandou Mem de Sá edificar as Aldeias de S. Paulo, S. João, E. Santo e, por último, Santiago, com igrejas, “e muitas mais se fizeram, se houvera Padres e Irmãos para nelas residirem; outras duas ou três juntas de índios, estão esperando por Padres para os doutrinarem; estas são visitadas de nós quando podemos por se deterem assim até serem socorridos”, informa o Pe. Nóbrega em 1559.(106)

Chegara então, muito oportunamente, o Irmão Gaspar Lourenço, para ordenar-se e ficar na Bahia, servindo na catequese que requeria grande número de “línguas”, formados no espírito de devotamento à causa da evangelização dos silvícolas.

Trazia ele consigo larga experiência de apostolado da civilização evangélica, adquirida desde a infância, sob a orientação dos primeiros missionários jesuítas do Brasil, seus egrégios mestres que o exercitaram excelentemente, durante vários anos, entre os índios do litoral de S. Vicente e do planalto dos Campos de Piratininga, sem contar os três anos de convivência com os *curumims* na Bahia ao chegar criança, de Portugal.

Mas Gaspar Lourenço não veio apenas como um “língua”, senão, principalmente, como orador sacro, ornado de excepcionais qualidades, cuja eloquência com que falava aos índios

em língua Tupi, que “sabe melhor que a Portuguesa”, mereceu os mais vivos encômios de seus contemporâneos, que o classificaram como “um cícero na língua brasílica”, um “príncipe da língua brasílica” (107), ou então um “rio de eloquência brasílica”. (108)

De seus dotes oratórios, nada mais é preciso dizer-se do que este atestado de um testemunho pessoal, o Pe. Antônio Blasquez, que assim definiu os méritos do esteta da palavra sagrada, pregada aos índios nas missões do Brasil: “Pregou o Padre Gaspar Lourenço aos Brasis, com tanto aplauso e gosto dos ouvintes, que ainda os que não entendiam a língua folgavam muito de se achar presente, vendo sua ação e graça que Deus nesta lhe tem comunicado mui particular”. (109)

A essa menção, comenta Afrânio Peixoto: “A poesia pura independe do sentido das palavras, como a oração em língua desconhecida ou até sem palavras. O Padre Gaspar Lourenço possuía o dom da eloquência pura”. (110)

Não haja réplica, entretanto, argumentando-se que nenhum ou pouco proveito teriam os silvícolas com os arroubos dos pregadores, por lhes faltarem inteligência e gosto concinatórios*.

Já Anchieta prevenia aos do Reino que os índios “não são tão boçais e rudes corno por lá se imagina”. Ao contrário disso, “fazem muito caso entre si, como os Romanos, de bons línguas e lhes chamam senhores da fala e um bom língua acaba com eles quanto quer e lhes fazem nas guerras que matem ou não

* O termo *concinatório* não se encontra registrado nos principais dicionários da língua portuguesa. Provavelmente resulta de formação erudita baseada no latim *concinmitas*, que significa “harmonia”, “elegância” ou “boa ordenação do discurso”, no vocabulário da retórica clássica. Em português registram-se formas relacionadas, como *concinmidade* (harmonia ou elegância de composição) e *concinamente* (de modo harmonioso). É possível que o autor pretendesse aludir ao apreço pela eloquência ou à harmonia retórica do discurso.

matem e que vão a uma parte ou a outra, e é senhor de vida e morte e ouvem-no toda uma noite e às vezes também o dia, sem dormir nem comer, e para experimentar se é bom língua e eloquente, se põem muitos com ele toda uma noite para o vencer e cansar, e se não o fazem, o têm por grande homem e língua. Por isso há pregadores entre eles muito estimados que os exortam a guerrear, matar homens e fazer outras façanhas desta sorte”. (111)

Destarte chega a Bahia o ex-aluno do Colégio de Piratininga, abroquelado na sua fé e armado com a espada flamante do verbo, para, como lidador intemerato, palmilhar caminhos ínvios, escalar montanhas, vadear as torrentes dos rios, desbravar sertões e iluminar as almas dos brasilíndios gentios, com a doutrina e a moral do Cristo Crucificado. Para tanto, faltava-lhe, apenas, ser elevado ao sacerdócio.

O segundo Bispo do Brasil, D. Pero Leitão, entre fins de Agosto e meados de Outubro de 1560, na Bahia, conferiu-lhe todas as ordens, menores e maiores, fazendo-o Padre. Sua Missa-Nova, parece-me que foi cantada solenemente na Aldeia do Espírito Santo, na Bahia, segundo depreendo dessa notícia que o Pe. Antônio Pires dá em carta de 22 de Outubro do mesmo ano de 60, escrita na Aldeia de Santiago, onde, então, se encontrava com o Provincial Pe. Grã, visitando aquelas igrejas: “estamos, de caminho para *Sancti Spiritus*², onde há de dizer um Padre Missa-Nova, o qual há de ficar ali por capelão, por ser língua; este é moço dos primeiros órfãos que cá nos mandaram, muito boa cousa”. (112)

As circunstâncias do momento e as demais características desses dizeres lembram logo o Pe. Gaspar Lourenço.

2 Capitania do Espírito Santo.

Diante do silêncio das cartas sobre outro possível, porém menos provável ordenando, nessa época, é de crer-se que a alusão a esse néo-sacerdote girasse em torno de um dos três que o Pe. Grã havia trazido para ordenar-se, já mencionados.

Gonçalo de Oliveira, no caso, está fora de cogitação, porque já havia partido da Bahia para Pernambuco a 14 de Outubro, recém-ordenado. (113)

Quanto a Antônio de Sousa, não se pode duvidar que seria “muito boa coisa”, desde que dera provas na Companhia, como atesta o ter sido escolhido para também ordenar-se. Mas, desse candidato à ordenação nada mais se conhece além dessa referência e a que o Pe. Serafim Leite dele encontrou no *Archivum Societatis Jesum Romanum*, como residente em S. Vicente no ano de 1562, na categoria de Irmão Estudante, suposto não tratar-se de um homônimo.

É possível que a ele tivesse acontecido o que se deu com o Pe. João Pereira que, “apesar de ser Padre era ainda estudante de Filosofia”. (115)

Visto que Antônio de Sousa passou a residir em S. Vicente, o mais provável é que teria ido à Bahia apenas para receber ordens e não para ficar como capelão do E. Santo, como estava indigitado o que ia lá celebrar missa-nova.

Aquele “por ser língua e muito boa coisa” parece traduzir certo entusiasmo de especial admiração do autor da carta, pela pessoa do jovem Padre, talvez comunicado pelo Padre Grã com as informações que dera ao Pe. Pires de seu antigo intérprete e auxiliar nas missões que realizara no Sul, o prestantíssimo Irmão estudante e catequista, Gaspar Lourenço.

Este já vinha se salientando pelos muitos serviços prestados à Companhia e à catequese nas terras de Martim Afonso de Sousa e, então, recentemente distinguido nos últimos e grandes

sucessos da Guanabara, como língua notável e sobretudo como enfermeiro, pela sua dedicação aos brancos e índios que compunham a milícia de Mem de Sá, e por outras mais qualidades que o assinalavam como “muito boa cousa”.

Também, de conformidade com as datas registradas nos arquivos e documentos da Companhia, analisados no capítulo II, seria dos primeiros órfãos de Lisboa, chegados à Bahia no ano de 1550. A Antônio de Sousa, pois, não me parece referir-se aquela menção, nem a outro, senão a Gaspar Lourenço.

Assim, o Pe. Gaspar Lourenço teria sido, por ocasião de sua Missa-Nova, ao mesmo tempo empossado na Capelania do Espírito Santo pelo próprio Provincial que tomara parte na solenidade, segundo se anunciava. Muito embora os documentos nada registrem claramente sobre tal, suponho que foi esse o primeiro encargo que o Pe. Gaspar recebeu de seus Superiores, depois de elevado ao Presbiterato, em substituição ao Pe. João Gonçalves, fundador da Igreja do E. Santo, juntamente com o Irmão Antônio Rodrigues.

Nessa Aldeia, deixou seu virtuoso fundador, falecido a 21 de Dezembro de 1558, uma escola com 150 moços e aí se “ajuntou mais gente que em nenhuma” no seu tempo. (116)

A permanência do Pe. Gaspar em *Sancti Spiritus*, teria sido somente até março de 61, quando assumiu a difícil incumbência de restaurar a Aldeia de S. João, cujos índios em 1560, “depois de fazerem uma solene procissão em dia de Ramos, se foram fugindo tão secretamente, que, estando com êles o Padre Leonardo do Vale, nunca sentiu a cousa senão depois de serem quase todos idos”. (117)

Tão difícil se tornara esse caso, que o Pe. Luís da Grã não se atreveu a resolvê-lo, imediatamente, após sua chegada à Bahia, naquela reunião que fez com os Padres, Irmãos e Principais

das Aldeias, “para com todos tratar algumas coisas necessárias acerca do modo de tratar com os índios e também para se informar e fazer informar ao Senhor Governador d’alguma feizeza e desordens que aconteceram em sua ausência entre o gentio por causa dos que ficaram em seu lugar governando a terra não guardarem o estilo e ordem que tinha dado acerca de como se havia de proceder com os índios; fê-lo ele com tanta diligência que logo tornou a pôr tudo na ordem em que o deixou, dizendo que fizéssemos o que fazíamos, sem ter conta com ninguém”, disse o cronista Pe. Rui Pereira, acrescentando: “Também começou a procurar como se tornasse a recobrar os da Igreja de S. João que acima disse haverem fugido”. (118)

Esse incidente mereceu mais detida ponderação do Provincial, pela sua gravidade, e impressionou vivamente tanto aos Padres como ao próprio Governador Mem de Sá, que era muito afeiçoado à catequese, causando-lhes decerto grande pesar o verem uma multidão de “370 almas cristãs, porque tantas havia nesta Igreja, andar na boca elo lobo”, errantes pelo sertão. (119)

A recuperação deles era trabalho difícilimo, tanto mais que “fugiam com medo dos brancos” (120). A árdua missão constituía objeto das preocupações do Pe. Luis da Grã, que, afinal “escolheu para a fundação da casa de S. João ao Padre Gaspar Lourenço e ao Padre Semeão Gonçalves, ambos criados na companhia de mui pequena idade”.

O Pe. Gaspar serviu sempre de intérprete das confissões do Pe. Luís da Grã e nisto e em pregar aos índios trazia-o S. Reverência tão exercitado que a todos dava motivo de louvar ao Senhor ver a graça que o Senhor nesta parte lhe havia comunicado. O Pe. Simão Gonçalves em idade mui tenra conheciam todos nele o amor que tinha ao Senhor e às virtudes, nas quais dando de si mui bom odor aos outros, foi sempre de dia em

dia crescendo até que o Senhor o tomou para ministro de tão grande ofício”.

Assim, informa o Padre Antônio Blasquez, por carta de 23 de Setembro de 1561, a cuja pena entregamos o resto da narração sobre as atividades desses dois jovens missionários, nas ruínas da Aldeia de S. João, dos quais, os fatos indicam que o Pe. Gaspar Lourenço ia como Superior: “Eleitos estes dois, continua Antônio Blasquez, o Padre Provincial, encomendando-os à Divina Providência, lhes deitou a sua bênção, dando-lhes esperanças que, passada a quaresma, seria logo com eles. Partiram estes Padres a 15 de Março de 1561 com muito fervor, e logo àquele dia foram à povoação de Santiago, onde reside o Padre Pero da Costa, o qual, por saber a graça que o Senhor tem comunicado ao Padre Gaspar Lourenço na língua brasílica, e juntos os índios lhes começou a falar de Deus, e entre outras cousas encomendando muito aos recém-casados em lei da graça a perseverança e amor que haviam de ter uns com os outros. Daqui fizeram seu caminho para a nova povoação de S. João, na qual começaram logo a exercitar o seu ofício, porque naquele mesmo dia, às Ave-Maria, estando juntos alguns índios, o Padre Gaspar Lourenço entrou, como é costume, com voz alta na aldeia, pregando e declarando-lhes a causa de sua vinda. E depois de dito o que haviam de fazer, se queriam que lhes ensinasse a doutrina e fé de Cristo, eles cada um por si respondiam ao que lhes propunham que estavam muito contentes e satisfeitos e que assim o fariam dizendo: “Agora estaremos seguros e nossos filhos serão outros; começaremos a aprender e viveremos do que até agora vivíamos”. Começaram logo os índios a pôr a mão à igreja e porque ao presente estavam ocupados em fazer roças e mantimentos, fizeram uma de palmas até que, como eles dizem, fizessem a verdadeira; acudia a gente

à doutrina com tão boa vontade como se houvera muito tempo que a acostumaram. Uma vez tocando-se para a doutrina um pouco tarde, vieram muitos homens e mulheres, e porque não parecesse ao Padre honesto ensinar-lhes, disse-lhes que se fossem com a paz de Deus, que aquele tempo não era para elas, senão para moços. Tomaram-no duramente e responderam-lhe: “Como? não queres tu que aprendamos? só os homens queres que saibam?”

Nesta povoação há grande quantidade de índios, porém ainda não estão todos juntos e portanto não se manda o número deles, porém são 13 ou 14 aldeias as que se hão de ajuntar em uma povoação. É para louvar ao Senhor como se gozam com a vida que se lhes propõe e com a doutrina que se lhes ensina. Costumam eles dizer que os da Companhia são seu *poçanga*, *id est*, a verdadeira medicina para todos, e nisto dizem eles a verdade, porque em suas enfermidades não têm outros físicos, e no espiritual mostram-lhes coração e entranhas mais que de pai. Há entre eles agora mui poucos que tenham duas mulheres, pelo que parece não haverá muito trabalho com eles. Costumam os que têm estado doentes-dizer aos outros que vêm enfermos: “Vai pedir a Deus saúde, porque eu quando estou mal disposto, logo vou à igreja e peço ao Senhor que me cure, e acho-me bem”. Assim que, provocados com isto, muitos correm à igreja, e prostrados de joelhos dizem a Deus: “Pai, cura-me, não me suceda mal, creio em ti, creio-te”. Perguntam ao Padre como hão de falar com Deus quando lhe pedirem alguma coisa, eles os instruem e ensinam.

Também ouvindo na estação como não hão de trabalhar aos domingos e dias santos, se avisam uns aos outros para a santificação e guarda destes dias. Aconteceu uma vez, indo um índio em um dia santo fora, que caísse um pau sobre sua cabeça e o

maltratou muito; começaram logo todos a dizer: “Este não quer ter ouvidos. Não nos dizem a nós outros que não trabalhemos nos dias santos? Pois, porque foi êle fora, hoje, que era dia santo, por isso o feriu o pau”.... Os meninos que continuam a doutrina nesta povoação e andam na escola são 100, e mais seriam; porém, por não estarem ainda reunidas todas as aldeias, não andam mais; quando se forem congregando, irá também crescendo o número deles. Aprendem muito bem, louvado o Senhor, e estão muito adiantados na doutrina e bons costumes. Vêm cada dia uma vez à escola, onde lhes ensina a doutrina e um diálogo onde está recopilado a suma da Fé, que o Padre Provincial ordenou e compôs para que, perguntando e respondendo, como maior facilidade lhe ficasse na cabeça. Além da doutrina da manhã e da tarde, que é a todos comum, têm estes meninos em especial outra, às Ave-Maria, onde, juntos, ensina um deles aos outros as orações e diálogo. Depois das Ave-Marias se toca outra vez a campainha, para que todos em suas casas, tanto homens como mulheres, meninos e velhos, louvem ao Senhor, e como ouvem o sinal, começam todos a dizer as orações como lhes está ordenado, que certo ouvi-lo e vê-lo é matéria de grande consolação, ouvindo o Senhor em tantas partes e de tantos ser louvado: de tudo seja glória e louvores à Sua Divina Majestade, de quem como de fonte se derivam e manam todos estes dons e graças... Estava um índio nesta povoação doente, e achou-se tão mal que a todos parecia que morria; falou-lhe o padre Gaspar Lourenço se queria ser cristão, ele secamente respondeu-lhe que não queria sê-lo. Tornou o Padre a replicar-lhe sôbre isto, pondo-lhe diante a glória do paraíso e as penas do inferno, e que mui breve ou ele se fazia filho de Deus e herdeiro da glória, ou servo perpétuo do Diabo e morador do inferno. Não aproveitou por então nada para fazer-se cristão, parecendo-lhe por

ventura (coisa mui comum entre êles) que com isto o matariam. Foi-se o Padre desconsolado avisando, todavia, a seus filhos (um dos quais é catecúmeno e outro cristão), a que olhassem por ele e o persuadissem para o batismo. Não pouco depois de ele ter ido, veio um filho seu chamar o Padre dizendo: “Vem acudir a meu pai que morre e pede o batizes”. Foi ele correndo e achou-o com um acidente, e depois de voltado a si, disse-lhe se era verdade que queria ser cristão? Respondeu que sim era, e que queria que o batizasse. “Pois (disse o Padre) como me dizias que não querias?” Desculpou-se o índio que não estava em si, repetindo: “Se meus filhos são cristãos, como não queres tu que também o seja? por isso batiza-me e faz que vá para o céu”. “Não – dizia o padre Gaspar Lourenço, que tu dizes agora isso com medo que te pus do inferno, onde te haviam de levar os demônios se não fosses batizado. Se te vierem melhores mostras e melhor vontade eu te batizarei, que nós outros não costumamos fazê-lo senão a quem o pede de coração.” Vendo-o assim o Padre, lhe declairou o que havia de crer e confessou-o e moveu-o a ter contrição de sua vida passada. Feito isto, tornou a perguntar o Padre se queria que o batizasse. Disse-lhe o índio: “Já te disse, há muito, que sim”. Disse-lhe: “Por amor de quem?” Disse: “Por amor de Deus”. “Para que?” “Para ir para o céu”. Estando nestas práticas, disse: “Batiza-me que me quero ir desta vida”, e os filhos estavam dizendo: “Padre, batiza-o e seja depressa, olha não morra sem batismo. Bem vêes que ele te pede de boa vontade”. O Padre batizou-o e, segundo ele me escreveu, com lhe fazer devoção à maneira com que pedia o batismo, viveu ainda depois um dia. Louvores ao Senhor, que de duros corações os torna brandos e moles. Morreu chamando por Jesus e enterrou-se com grande solenidade e procissão dos meninos da escola.

Outro índio, vindo de terras mui longínquas, já muito enfermo, tratava o Padre de o converter e fazê-lo cristão para que, pois estava tão próximo à morte, morrendo em Cristo regenerado, fosse a gozar da vida eterna; porém, ainda que ele nisto muito trabalhava, não podia acabar nada com ele, embora parecessem ao índio mui bem todas as razões que lhe dava o Padre, senão que quando lhe dizia se queria ir ver Deus, respondia que ainda não, porventura com mêdo que o batismo lhe causasse a morte; coisa que os feiticeiros ou o Diabo lhe têm metido na cabeça desde o princípio que os da Companhia conversam com eles. Não desistiu o Padre de lhe falar de Deus as vezes que ao pé dele passava, até que um dia, perpassando por ele, lhe disse: “Pois ainda não queres ser cristão?” Respondeu-lhe ele, já mudado em outro homem: “Batiza-me que conheço que não tenho de durar muito”. Respondeu-lhe ele: “Para que te tenho de batizar?” Disse-lhe o enfermo: “Para ir para o céu”. Replicou-lhe o Padre: “Como? não poderás ir para o céu se não fores batizá-lo?”. “Para lá não vão senão os que forem cristãos”. E pedia com grande instância e eficácia que o batizasse, dizendo ao Padre: “Senta-te e ensina-me agora muito bem, porque a minha vontade é que me batizes”. O Padre o ensinou e provocou a ter contrição de seus pecados, confessando-o na língua brasílica, que me parece sabe melhor que a portuguesa. Feito tudo isto, querendo se despedir, disse-lhe: “Amanhã que é domingo, te batizarei, porque hão de vir aqui Brancos a ouvir missa e serão teus padrinhos.” Disse ele então: “Lá vens tu!”. Deixava-o para o outro dia que era domingo; mas ele, não satisfeito com isso, querendo, segundo parece, estar antes seguro do que em perigo de morrer sem ser cristão, à meia-noite mandou um recado que se achava mal, que o batizasse. Foi o Padre depressa e achou-o ainda em todo o seu siso, e o índio

lhe falou muito alegre, mostrando-lhe grandes desejos do batismo; ao qual batizou o Padre, e, segundo diziam, deu a alma a Deus com o nome de Jesus na boca. Adoeceu nesta mesma aldeia um filho de um Principal, de febre mui grande, pelo que estavam pai e mãe mui tristes, posto que o Padre os consolava com a esperança de que seu filho sararia; mas eles em nenhuma cousa tinham alegria, de modo que, vendo-se desamparados de remédio humano, voltaram-se para o divino, levando seus pais o filho à igreja, e pedindo de joelhos ao Senhor lhe desse saúde. Um irmãozinho deste doente falava com Deus: “Pai, curai a meu irmão; meu Senhor, curai a meu irmão”. E não fazia senão importunar que lhe tomassem uma esmola que trazia a Deus, em troco (como eles dizem) da saúde de seu irmão. Prouve ao Senhor dar-lhe o que lhe pediam e assim é agora cristão com seus irmãos.

De outros muitos pudera dizer em os quais lhes mostra o Senhor as riquezas de sua misericórdia, amolecendo e abrandando os corações daqueles que parecia impossível poderem estes converter-se; porém estes bastarão.

Havia nesta aldeia grandes desejos da vinda do Padre Provincial, e esperavam-no com grande alvoroço, e corno souberam que se aproximava, era tanta a alegria e prazer que sentiam que não falavam em outra coisa.

Começaram logo os principais, como é costume, a pregar e convocar a gente a que fizessem o caminho para o Padre, e assim lhe fizeram um caminho de mais de uma légua e muito largo; foram esperá-lo e iam dizendo pelo caminho homens que ainda eram gentios: “Vamos buscar o nosso pai, que há de agora ordenar nossas vielas e afastar-nos do caminho do Demônio”. Como o encontraram, saudaram-no com suma alegria; primeiramente a gente anciã, depois vinham os meninos, com suas

grinaldas na cabeça, e, feita a sua reverência, saudavam-no, dizendo com as mãos levantadas: “Louvado seja Jesus Cristo”, e o Padre deitava-lhes a bênção. À entrada da povoação, saíram as meninas que seguem a doutrina, para que também lhes desse a sua bênção; finalmente puseram-no em casa com tanto gosto e alegria de todos, que era para louvar ao Senhor ver tanta demonstração de amor e benevolência em gente ainda não cristã, e que tão pouco tempo com eles se tratara. Em casa, era tanta gente que acudia a vê-lo que não davam lugar a que repousasse.

O espaço de tempo que ali esteve o Padre Provincial ocupou-se com dois Padres línguas a examinar e confessar os que se tinham de casar e batizar, porque sempre precede este exame para esses sacramentos, máxime nos batismos solenes. Assim que, aparelhados e feitos os catecismos com a solenidade e cerimônias costumadas, batizou o Padre Provincial desta primeira vez a cento e setenta e três almas e casou em lei de graça a doze casais, aos quais, quando dava estes sacramentos, declarava a vida que haviam de ter, encarecendo-lhes muito os sacramentos que recebiam, como tem de costume dos batismos solenes; ficaram todos muito contentes no estado e ordem de vida que tomaram, e nele, pela bondade do Senhor, vivem muito bem. o Padre Provincial, concluído nesta aldeia o que convinha para a salvação de suas almas, fez sua viagem para a povoação de Santo Antônio, e eles ficaram tão saudosos do Padre que, depois, vinham à casa e diziam: “Já se foi? já agora tudo está calado. Quando estava aqui, tudo estava alegre”. Louvores a Cristo, pois em Brasis se acha tanta ternura de coração e tanto sentimento por seus pais espirituais”. (121)

Com a presença do Pe. Gaspar Lourenço em S. João em breve se restabeleceu a confiança daquela gente e a Aldeia tornou-se florescente, de sorte que, em 1562, “era a que estava mais

próspera assim de gente como de mantimentos” (122), com população além de mil almas.

Nos fins de 62 para o ano de 63 assolaram as aldeias da Bahia, sucessivamente, duas grandes pestes, precedidas por uma rigorosa estiagem. Alastraram-se impiedosamente desde os Ilhéus a Pernambuco dizimando as povoações, terrivelmente, de maneira tal “que se não podiam enterrar uns aos outros e onde antes havia 500 homens de peleja, não havia agora 20... A peste, como diziam na Bahia, vai de cá e vem de Pernambuco” (123). Anchieta registrou que “foi tão grande a morte que deu neste gentio, que se dizia, que entre escravos e índios forros morreriam 30.000 no espaço de dois ou três meses”. (124)

Delas nos dá notícia o Pe. Blasquez, relatando as “duas grandes mortandades: a primeira teve origem e princípio de umas febres que segundo eles (os índios) diziam, lhes davam logo no coração, as quais mui rapidamente os derrubavam, sem lhes poder valer nem socorrer com auxílios humanos, salvo com os espirituais, como eram confissões e batismos, no que se houveram os Padres com muito fervor e caridade, usando com estes miseráveis do ofício de médico e enfermeiro tanto no espiritual como no corporal, por amor daquele Senhor que por nossa causa se sujeitou às nossas misérias... Neste tempo não se viam entre eles nem ouviam os bailes e regozijos costumados, tudo era choro e tristeza, vendo-se uns sem pais, outros sem filhos e muitas viúvas sem maridos de maneira que quem os via neste desamparo, recordando-se dos tempos passados e quão muitas eram então e quão poucos agora, e como dantes tinham o que comer e ao presente morriam de fome, e como antes viviam com liberdade e se viam, (agora) além da sua miséria, a cada passo assaltados e cativos à força pelos cristãos; considerada e ruminada esta súbita mudança, não podiam deixar de lasti-

mar-se e chorar muitas lágrimas de compaixão. Passada esta atribulação, já quando queriam erguer um pouco a cabeça, sobreveio-lhes outra doença muito pior que a outra, a qual eram umas varíolas ou bexigas, tão asquerosas e hediondas que não havia quem as pudesse suportar com a grande fetidez que delas saía e por essa causa morriam muitos ao desamparo comidos dos vermes que das chagas das bexigas nasciam e engendravam em seus corpos tanta abundância e tão grandes, que causavam um grande horror e espanto a quem os via e com isto resultava grande merecimento a quem os curava, que eram os nossos Padres e Irmãos; porque além de exercerem este ofício de caridade em suas aldeias, onde os nossos residem, era este nosso Colégio (Bahia) um como hospital deles, onde ganharam muito os nossos Padres e Irmãos com eles, nos serviços e ministérios que lhes faziam em lavar-lhes as chagas e tirar-lhes os bichos e gusanos que ferviam em seus corpos como formigas em formigueiros”. (125)

Espaço de ano e meio, aproximadamente, durou essa calamidade, e dizer-se que os brancos, civilizados e cristãos, valeiram-se da oportunidade para assaltar e cativar aqueles desgraçados seres humanos, em tão dura contingência!

Além dos índios que foram assaltados a mão armada para o cativeiro, também, acossados pela fome, “muitos se vendiam e se iam meter por casa. dos portugueses a se fazer escravos, vendendo-se por um prato de farinha e outros diziam que lhe pusesse ferretes, que queriam ser escravos”. (126)

Nessa mesma época a peste e a fome, inclementes, caíram “no gentio de Itapicuru e Rio Real, e sabendo os portugueses isto, acudiram logo para haver escravos e não se atrevendo ir lá sós, levavam consigo muitos índios das igrejas dos Padres para seu valhacouto; e como este gentio andava muito espalhado pelo mato buscando alguma cousa para comer, como fruta,

raízes e alguma outra cousa, davam os portugueses com os índios que levavam sobre eles, uns que a fome tinha consumido acabavam de matar, aos outros que tinham mais força traziam por escravos”. (127)

Nesses assaltos, os portugueses contavam com apoio legal da sentença com que Mem de Sá, em 1562, condenou os índios Caetés ao cativoiro, como punição por terem matado o 1º Bispo do Brasil em 1556, embora o gentio do Rio Real até o S. Francisco não tivesse responsabilidade naquela morte.

A Aldeia de S. João, em cuja direção se achava o Pe. Gaspar Lourenço com o máximo proveito para seus habitantes, também, foi, em 1563*, avassalada pelo tremendo flagelo e aí “de tal maneira lhe dá que quase em um mesmo tempo cai marido, mulher e filhos, genros e noras”. (128)

Não é necessário procurar salientar a assistência que o Pe. Gaspar teria dado aos que lhe estavam sob os cuidados pastorais, porque já nos falara o cronista contemporâneo aos fatos, dizendo o papel que os padres e Irmãos exerceram nas suas Aldeias, como médicos e enfermeiros, para termos a certeza de que ninguém o excedera nesses cuidados. Basta lembrar que o Pe. Gaspar deu várias vezes, antes e depois dessa ocasião, demonstração de hábil e caridoso enfermeiro ao lado dos doentes com sua habitual dedicação.

Em 1564, já havia cessado a epidemia, mas as Aldeias ficaram muito desfalcadas dos índios, porque os que escaparam à morte, ou se espalharam pelo sertão buscando recursos à vida, apavorados com a peste, ou resguardando-se dos assaltos com que os colonos lhes extremavam os padecimentos, “todavia com os que ficaram, que não foram poucos, se tem frutificado muito”

* Nota do editor: no original, o ano é 1583, data muito improvável quando se trata da doença que dizimou grande parte das populações indígenas.

(129), graças aos esforços ingentes do missionários que se dedicaram, afanosamente, à recuperação da primitiva prosperidade em que andavam as Aldeias missionadas. A. Aldeia de S. João foi das que primeiro se refizeram depois da calamidade geral.

Passada a Páscoa de 1564, “querendo o Pe. Provincial visitar a povoação de S. João, levou consigo o Padre João Pereira, para que pudesse ajudá-lo nas confissões dos que tinham de casar e receber o sacramento do batismo; porém para que se concluísse mais depressa e se desse melhor expediente, mandou chamar a outros padres que residem em outras povoações, de modo que em breve aparelharam uma boa mão para fazê-los cristãos, precedendo antes disso as confissões e perguntas costumadas, que com eles se usam antes de receberem o batismo. Assim que um domingo, feita a sua procissão mui solene, à qual vieram muitos índios de várias Aldeias, o Pe. Provincial batizou a 126 cristãos e deles casou a 96 casais em lei de graça. Haverá nesta aldeia passante de mil almas, nela reside o Padre Gaspar Lourenço ou para melhor dizer, um Cícero na língua brasílica; é seu companheiro o Padre Baltasar Alvares” (130). Seu primeiro auxiliar, Pe. Simão Gonçalves, já há algum tempo passou a dirigir a Aldeia de Santo Antônio, onde, então, se encontrava. O apostolado civilizador do Pe. Gaspar Lourenço não se circunscrevia, apenas, aos limites de sua Aldeia.

Frequentemente, deslocava-se de um a outro lugar, do norte ao sul da Bahia, até a capitania de Ilhéus, ajudando seus colegas nas solenidades extraordinárias da catequese, a convite deles, “porque como irmãos se ajudam, quando há batismos solenes, uns aos outros” (131), ou a mandado do Provincial a quem sempre acompanhava, por ser “língua” e pregador, nas muitas visitas que fazia às igrejas das Missões, espalhadas pela costa e pelo sertão baianos.

Nos fins do ano de 1561, em Novembro, Pe. Luis da Grã foi visitar uma povoação que se achava dez léguas da chamada Bom Jesus, fundada em Junho de 61 em Tatuapara, e levou consigo o Padre Antônio Rodrigues e, afora ele ia o Padre Gaspar Lourenço que é língua (132). Passaram aí alguns dias, resolvendo-se que em breve se faria uma igreja sob a invocação de S. Pedro.

Daí partiram para oito léguas adiante, ficando também resolvido que se faria outra igreja de S. André. Tudo isso era à instância dos principais dessas aldeias, que davam tréguas com solicitações insistentes do Provincial: “e são tantos sôbre o Padre... por se mostrarem ou falarem em cousas necessárias à fundação da casa e perguntas sobre a nova vida que se lhes prega, outros por se terem por honrados de falar com ele, que para satisfazer a todos lhe eram necessários três ou quatro línguas, se tantas tivesse”. (133)

Era o Pe. Gaspar Lourenço entretanto, sozinho, que a todos devia servir de intérprete, com sua natural paciência e bondade. Prosseguiram ainda “10 léguas além de S. André, onde por ser fronteira está a mais afamada Aldeia que há nesta costa, cujo principal se chama *Aracaen*, mui estimado e de grandíssima fama, mas por ser mui velho, que dizem será de 120 anos e não ser já para mandar nem fazer nada, tem um sobrinho que pode ser de 60, que manda a aldeia e chama-se *Capij*, os quais depois de muita prática que com o Padre tiveram, assentaram que ali se fizesse outra igreja”. (134)

Estes eram antigos e rancorosos inimigos dos de S. André, que afinal, nessa ocasião, fizeram as pazes por intermédio dos Padres. Trouxeram *Capij* para visitar a Bahia. Essa viagem foi muito proveitosa à catequese, principalmente com aquelas pazes feitas, “pelo caminho que com elas se abria para se dilatar a conversão” além do Itapicuru e do Real. (135)

A Aldeia de *Aracaen* ficava no Itapicuru, além do qual estavam os índios do Rio Real, sendo estes rancorosos inimigos daqueles, por isso que se considerava barreira intransponível essa região.

No ano seguinte de 62, novamente, viajou o incansável Provincial em novas visitas às aldeias do Sul da Bahia, chegando até os Ilhéus, tendo como companheiro de sempre, o não menos infatigável Pe. Gaspar Lourenço. Partiram depois da oitava de Pentecostes desse ano, passaram em Itaparica, em cuja igreja se detiveram até o dia de *Corpus Christi* e aí se batizaram 108 pessoas e se fizeram 103 casais em lei de graça”. (136)

Daí continuaram até S. Miguel, onde, também “se batizaram 897 almas e se fizeram 106 casais em lei de graça e muito em lei de natureza”(137), prosseguindo até N. Senhora da Assunção em Camamu, próximo de Ilhéus. Dessa feita no mês de Junho, no decurso de 9 dias se batizaram em três vezes, 1088 pessoas e se celebraram 137 casamentos. (138)

Nos últimos dias de Junho de 62, chegavam em Salvador, de retorno dessa longa caminhada a pé, depois de terem passado frio, fome, chuva e muitos perigos.

O Provincial Luís da Grã, quase teria perdido a vida se não fosse a destreza e dedicação de seu companheiro Pe. Gaspar Lourenço, na volta dessa estafante viagem.

Às margens de um braço de mar que deveriam atravessar para a ilha de Itaparica, esperaram uma noite inteira ao relento sob a chuva e ainda grande parte do dia, sem terem o que comer e sem que lhes aparecesse o barco que fazia essa passagem. Resolveu o Provincial fazer a travessia em uma jangada “e acertou de correr então o mar que o levava pela barra afora e foi dar a jangada no rolo do mar, onde correu tanto perigo que foi necessário o Padre Gaspar Lourenço lançar-se ao mar com os índios

que levavam e assim quis Nosso Senhor que sustentaram a jan-
gada e escaparam do perigo”. “E com quanto chegaram, assim
ele como o Padre Gaspar Lourenço, que com ele fora, cansados
com os muitos trabalhos que, passava de cinco semanas, sofriam
assim em caminhar como no aperceber dos que se batizam, que
sem dúvida parece quase insofrível a forças humanas, pela gente
ser muita e ter necessidade de grande instrução para de raiz de
testar e aborrecer a má vida passada e conhecer tão alta mercê
como o Senhor lhes faz em os ajuntar a seu povo fiel”.

Encontrara o Provincial, em casa, recado da Aldeia do E.
Santo, há uma hora antes recebido, ao anoitecer, com a notícia
de que o Padre Antônio de Pina, Diretor daquela Missão, adoe-
cera. Não havia outro meio senão acudir-se ao enfermo e para
isso deveria ser o Pe. Gaspar Lourenço que era enfermeiro e
sangrador. Como era noite e não parecer grave a doença, man-
dou o Pe. Grã que seu companheiro de viagens se dirigisse na
madrugada seguinte ao E. Santo, “assim para sangrar o Padre
se fosse necessário, como para dizer missa à gente e suprir em
tudo por ele”. (139)

Restabelecido o Pe. Pina, voltou o Pe. Gaspar Lourenço para
S. João, a levar o conforto e a bênção de sua presença laboriosa
a seus diletos filhos espirituais.

Resolvera o Provincial, que o Jubileu do ano de 1564 fosse
celebrado no dia de Pentecostes, na Aldeia do E. Santo e por ser
o primeiro, quis o Padre que se solenizasse com grande aparato
e festa”. (140)

Afluiu muita gente para ganhar essas indulgências, de todas
aquelas vizinhanças e até mesmo de Salvador, grande núme-
ro de colonos notáveis. Compareceram 16 Padres e muitos Ir-
mãos, procedentes da cidade e das Missões. Foi a maior festa
que empolgou os habitantes daquela região, naqueles tempos,

com todo esplendor litúrgico, como somente na Capital da Colônia se conhecia.

À tarde do sábado, véspera de Pentecostes, na Aldeia do Espírito Santo, narra o Pe. Blasquez que participou dos festejos, “a nossa igreja se armou o mais luzida e polidamente que os nossos Irmãos puderam e souberam, porque nestas coisas, assim para a glória do Senhor, como para a edificação dos próximos, soem eles por toda a diligência. Cantaram-se as vésperas mui solenemente e tanto que se maravilharam os que nos conheciam, parecendo-lhes que entre nós não haveria quem fosse para isso. Acabadas as vésperas, que foram de canto de órgão, o Pe Provincial mandou que só os meninos das aldeias dissessem a Salve cantada, a qual disseram com tanto aire e graça, que não foi pequeno motivo de louvar ao Senhor. Pouco depois de dita a Salve, já quase noite, estando os Padres confessando na igreja, chegou o Padre Baltazar Alves com uma grande multidão de meninos que trazia da sua Aldeia de S. João, que estará algumas cinco léguas desta, os quais vinham em procissão cantando a ladainha, espetáculo na verdade com que todos nos alegramos e consolamos; máxime a gente de fora toma daí matéria para deitar-lhe mil bênçãos”.

O Pe. Gaspar Lourenço já se encontrava lá, ajudando nos trabalhos e esperando o agradável momento de ver as crianças de sua igreja darem a nota brilhante de sua entrada piedosamente festiva na Aldeia engalanada. Passaram os Padres confessando a noite inteira, aos cristãos, brancos e índios batizados, desejosos de lucrarem as indulgências proclamadas.

No dia seguinte, Domingo do Espírito Santo, padroeiro da Aldeia, pela manhã, “antes de dizer a missa se fez uma procissão mui grande por esta Aldeia e precederam-na grande número de meninos todos cristãos, com suas palmas nas mãos e

suas grinaldas cheias de cruces na cabeça; após eles se seguia grande esquadrão de gente anciã e de dias e no meio deles muitos dançarinos e bailadores, que à sua guisa e modo faziam a coisa mais solene. Junto a estes ia o coro dos Irmãos cantando *Te Deum laudamus e Laudate Dominum omnes gentes*, e logo vinham o diácono e subdiácono revestidos com dalmáticos de brocado... Com esta ordem se andou pela aldeia louvando ao Senhor; iam quatro cruces, uma de S. Antônio, outra de S. João, outra de Santiago e a última do Espírito Santo, precedendo os rapazes por sua ordem, seguindo a sua cruz e freguezia”. O espetáculo tornara-se magnificante àquelas almas e servia de grande consolação para os zelosos catequistas e de inspiração à eloquência do Pe. Gaspar Lourenço que, momentos depois, iria do púlpito sagrado, para maior brilho da festa, arrebatá-la a todos os ouvintes, na língua brasílica.

“Acabada a procissão, se começou a missa cantada e nela pregou o Padre Reitor e depois dêle o Padre Gaspar Lourenço aos Brasis, com tanto aplauso e gosto dos ouvintes, que ainda os que não entendiam a língua, folgavam muito de se achar presente, vendo sua ação e graça que Deus nesta parte lhe tem comunicado mui particular”. (141)

Estava, pois, consagrado o orador, o antecipado Vieira das selvas brasílicas. Tempos depois, foi o Pe. Gaspar transferido para a Aldeia de Santo Antônio sem que se saiba ao certo, até quando permaneceu na de S. João.

Todavia, como era ele o homem providencial nas horas de perigos, presumo que começou dirigir a Aldeia de S. Antônio no ano de 1568, quando se deu um levante dos índios escravos contra a escravidão que os oprimia. Mataram alguns portugueses, seus senhores, incendiaram fazendas e fugiram para suas terras no sertão do Rio Real.

Para a Aldeia de S. Antônio que era a mais próxima do Rio Real e que por isso oferecia menos segurança no momento, teria sido enviado então, o Pe. Gaspar Lourenço, visando-se com essa medida prevenir outras consequências mais graves, dada a respeitosa estima e grande força moral que esse missionário desfrutava junto aos índios. Em S. Antônio, o Pe. Gaspar Lourenço seria como um fiador da paz e da tranquilidade daquela região, cujos habitantes ficaram sobressaltados e receosos de novos imprevistos deploráveis.

Em 1571, porém, é indubitável que ele dirigia a Igreja de Santo Antônio, conforme se lê no “Treslado de um auto feito a requerimento do Padre Antônio Pires, Provincial da Companhia de Jesus”, quando, segundo Anchieta que esse “Auto” transcreve, “na dita era de 1571 se levantou um rebuliço na Aldeia de S. João”.(142)

Foi causador desse “rebuliço” o Fazendeiro Fernão Cabral, morador na cidade, porque “tomara por força e mandara tomar seis índios forros, entre machos e fêmeas, da Aldeia e Igreja de S. João”.

Havia nesse tempo uma regulamentação autorizando aos Padres das aldeias, para prevenir e reprimir os abusos que se sucederam, “que nas aldeias se não dessem escravos fugidos de que houvesse dúvida sem primeiro se determinar por justiça”.

Tendo aparecido em uma das aldeias missionadas, uma índia que aquele fazendeiro dizia ser sua escrava, os Padres a encaminharam “à petição do dito Fernão Cabral” ao Ouvidor geral, para a competente averiguação. Marcada audiência e notificado o fazendeiro, seu sogro propôs ao Ouvidor Geral que esperasse até uma quinta feira e se porventura não comparecessem, nem ele nem seu genro, que a libertasse. “O dito Ouvidor Geral a teve na cadeia até a dita quinta-feira e mais oito dias, sem o dito

Fernão Cabral vir ... e por não haver quem lhe desse na cadeia de comer a mandou soltar e tornar à aldeia de Santo Antônio, donde a dita índia era”.

Diante disso, a índia passou a ser forra de pleno direito. Entretanto, Fernão Cabral, ao saber que a sua ex-escrava se encontrava em S. Antônio, escreveu ao Pe. Gaspar Lourenço pedindo-lhe a devolução dela.

Como de razão, o Pe. Gaspar recusou-se a satisfazer a descabida pretensão. Em represália, Fernão Cabral respondeu-lhe “dizendo que pois lhe não mandava a dita sua escrava, que ele se integraria nos índios de S. João e Santiago”. Se mal prometera, pior cumprira, porque, logo encontrando índios forros da aldeia de S. João, “o dito F. Cabral os salteou e tomou forçosamente e os embarcou no seu barco e levou para sua fazenda, dizendo que não tinha que ver com os Padres, nem com o Governador, que maior era seu poder que tôdas as justiças”.

Feito isto, os Padres reclamaram a liberdade daqueles índios salteados ilicitamente, obtendo como resposta do desabusado fazendeiro “que não havia de mandar os ditos índios, até lhe não mandarem a sua” índia, ex-escrava, que se achava em S. Antônio. Os padres, então, sendo F. Cabral reincidente nestes assaltos aos índios daquelas aldeias, recorreram à justiça, resolvidos a deixar de uma vez as missões, se em má hora a lei não se cumprisse.

O provincial, que no momento era o Pe. Antônio Pires em substituição ao Pe. Nóbrega, falecido no ano anterior, mandara dizer ao Governador “que se não viesse fazer justiça sobre este caso, ele encamparia as ditas povoações e aldeias, como de fato encampava, e que havia de mandar vir aos Padres e Irmãos que nelas estavam mui escandalizado de não verem a restituição de seus parentes, que Fernão Cabral tinha tomado e que haviam

(?) medo que pela dita causa os índios fizessem algum desmancho e se levantassem.”

Imediatamente, o Governador Mem de Sá disse que “estava mui prestes para fazer justiça e fazer tornar os índios” e mandou diligenciar devassa pelo Ouvidor Geral, apelando para o Provincial não rescindir o contrato do encargo daquelas aldeias da Bahia, pois, do contrário, ele encamparia “a capitania e todo o Brasil e que eles (Jesuítas) dêem conta disso a Deus e a S. Alteza, por quão necessárias as aldeias são nesta terra e estarem eles Padres nelas e as governarem e sustentarem, assim para dali se fazer diligência para as guerras, como é notório que às que se fizeram no Brasil foi tão necessária a ajuda dos índios como dos portugueses e para nos sustentarem e defenderem dos índios nossos contrários como cada dia fazem”.

Reconheceu assim, oficialmente, o Governo Colonial, em pé de igualdade com a dos portugueses, a utilidade dos índios aldeados pelos missionários Jesuítas, para a paz, bem-estar social e segurança da terra.

Mas o Padre Provincial permaneceu firme no seu propósito com os demais Jesuítas, respondendo que “esperava alguns dias, até este caso acabar, pelas ditas razões”.

Abrindo a devassa, lavrou-se auto “em os nove dias de Setembro nesta cidade do Salvador nas pousadas do Senhor Governador Geral Mem de Sá”, do ano de 1571. (143)

Esperou o Provincial a conclusão do processo para cumprir sua resolução de renunciar a catequese das Aldeias do Brasil, quando, enfim, “a justiça houve os índios assim salteados e os mandou para sua povoação e com isto se aquietaram os mais”. (144)

Desta forma, o poderoso Fazendeiro F. Cabral teve de se submeter às prescrições legais, servindo de exemplo para todos os mais, enquanto que se avultava maior a confiança e estima que

os índios aldeados devotavam aos Padres, porque ficou mais uma vez patente que os Jesuítas não se resignavam diante dos desígnios inconfessáveis dos potentados coloniais, silenciosos às arbitrariedades perpetradas contra os índios que eles civilizavam pela catequese.

Como seus demais colegas, o Pe. Gaspar Lourenço abraçou, nesse incidente que quase modificava toda a história da catequese do Brasil, a causa da justa defesa dos índios, como sempre fazia em semelhantes conjunturas, ainda mais tratando-se de quem lhe estava diretamente sob os cuidados e amparo. Esse notável missionário dos primeiros tempos da catequese brasileira olhava os aborígenes e por eles velava, com os mais delicados sentimentos de pai, como o chamavam seus índios. Não somente aos indígenas o Pe. Gaspar Lourenço favorecia com sua grande caridade de apóstolo, mas, a todos os homens de qualquer qualidade e condição.

Em 1573, como exemplo edificante, vemo-lo, depois de ter passado os trabalhos de preparação e de realização de batismos e casamentos solenes na vizinha aldeia de S. João, ajudando os colegas, quando deveria repousar das fadigas do dia, tendo notícia de que perto da praia, a dez léguas de distância de onde se achava, soçobrara uma nau, imediatamente partiu para socorrer aos naufragos. Tratava-se da nau Sta. Clara que largara velas na Bahia em direção à Índia, quando pelas alturas do Arembepe, foi açoitada por forte vendaval que a arrebenhou nos arrecifes, próximo à aldeia de Santo Antônio, em uma noite do mês de Julho. Iam a bordo cerca de 400 pessoas. “Era noite”, conta o Pe. Sachino, e saíram o Padre e seu companheiro de Aldeia, pelas terras seguidos de índios e assim foram ao lugar do sinistro. A luz da manhã veio iluminar um miserando espetáculo - homens mortos, não poucos moços e crianças: os

vivos acabados de frio, feridos, nus, desesperados e mais mortos que vivos. O Pe. Gaspar e o Irmão Estevam Fernandes dão sepultura aos mortos, trazem os vivos e os índios carregam os enfermos, curam-nos, lavam-nos e dão-lhes com edificante caridade tudo quanto tinham. Chegam com os naufragos à cidade, onde os Padres os recebem, agasalham e procuram-lhes vestidos e também salvam do naufrágio o que podem. Serviu-lhes isto de muito para acreditar e dar nome à Companhia”. (145)

Dos viajantes, apenas escaparam 120 pessoas, morrendo todos os mais, inclusive o comandante da nau, Luiz Aller de Andrade. (146)

A magnanimidade do Pe. Gaspar foi muitas vezes provada, heroicamente, em momentos de perigo. Pouco lhe importavam o repouso, a saúde, nem a própria vida, desde que se apresentava a oportunidade de a tudo renunciar para socorrer o próximo aflito e angustiado, como um dever de solidariedade humana, em nome da caridade cristã de que era ele um exemplar completo.

Toda a sua vida é cheia dessas demonstrações do bondoso coração, como bem se enxerga nele assistindo àquela velha agonizante em Piratininga, salvando de morrer afogado seu Provincial, Pe. Luís da Grã, acudindo seu irmão de hábito enfermo, Pe. Pina, curando os índios variolosos no tempo da epidemia, enfrentando os poderosos da terra para defender os índios, querendo levar às costas uma velha índia de mais 100 anos em êxodo penoso e triste, e, não sei mais quantas ocasiões em que nos dá a conhecer a virtude da caridade evangélica ornamentando-lhe a alma santa.

O infatigável sacerdote não se poupava em fazer o bem, sempre pronto a atender a tudo quanto fosse útil e benéfico à catequese.

A seus múltiplos labores acrescenta-se também o de professor da língua indígena. Quando o Pe. Grã veio de S. Vicente para a Bahia em 1560, introduziu, obrigatoriamente, na casa de Salvador o aprendizado da língua da terra para os Padres e Irmãos. Ele próprio, sem embargo de não falar a língua Tupi, ensinava-a aos da Companhia: “ordenou em casa que houvesse cada dia uma hora de lição da língua brasílica, que cá chamamos grego; e êle é o mestre dela por a saber e entender explicar suas regras melhor que todos, posto que sejam mui boas línguas”. (147)

O Pe. Pires confirma a informação, acrescentando que a inovação “era coisa que até ali ninguém havia feito” (148) a não ser facultativamente. Dantes, os Jesuítas aprendiam a língua da terra no trato pessoal com os naturais dela. Esse curso persistiu no Colégio da Bahia pelo processo teórico, indireto, até 1574, quando se transferiu para as Aldeias, conforme documentadamente historia o Pe. Serafim Leite: “A experiência mostrou que o sistema direto do começo era ainda o mais profícuo. Sobre tudo porque a Arte do Pe. Anchietã não tinha grandes qualidades didáticas: “confusa, como nós todos experimentamos”, diz o Pe. Manuel Cardoso. Mais didática seria a do Pe. Figueira.

De qualquer forma, a aprendizagem nas Aldeias tinha a vantagem do duplo emprego do tempo. Enquanto se aprendia a língua, podia-se fazer a catequese. A partir de 1574, o curso do Colégio transferiu-se para as aldeias. Inaugurou-o o Pe. Gaspar Lourenço na sua de S. Antônio”, que, desse modo, “transformou-se numa espécie de seminário para a língua tupi, sendo ele o mestre”. (149)

Todavia, já há 10 anos antes, essa prática do ensino direto da língua Tupi vinha sendo exercitada na Aldeia de S. João, onde se encontrava com o Pe. Gaspar Lourenço “seu companheiro o Pe. Baltasar Alvares o qual tem este ano muito aproveitado na

língua brasílica e a apanhou melhor que todos os seus companheiros”. (150)

Denota-se daí que ao intuito da companhia e ajuda que os Padres e Irmãos davam ao Pe. Gaspar Lourenço nas Aldeias dele, também se ajuntava o interesse daquela aprendizagem sob a *proficiência* do “Cícero na língua brasílica”, mesmo anteriormente àquela medida. Certamente que foram muitos os Jesuítas que, com o Pe. Gaspar, aprenderam a Língua Geral no Brasil quinhentista.

Merece louvor, portanto, a contribuição que esse grande obreiro da evangelização dos nossos aborígenes, tanto pelo cultivo como pelo ensino da língua da terra, prestou ao alargamento da “área onde se falou, e ainda fala a Língua Geral”, fato que também muito influiu na construção da atual unidade nacional brasileira, no vastíssimo território, como observa o Pe. Serafim Leite: “A tal unidade de língua, que concorreu, sem dúvida para a unidade brasileira, recebeu dos Jesuítas extraordinário vigor, pela feição culta, que lhe deram, fixando as suas formas gramaticais e vocabulares”. (151)

Ainda que o Pe. Gaspar Lourenço nada tivesse deixado escrito em Tupi, contudo, sua contribuição literária nessa língua foi ponderável pelo que dela versou na eloquência de seus sermões e práticas doutrinárias, imprimindo-lhe feição culta.

A literatura oral é não menos decisiva que a escrita para a formação, difusão e fixação da cultura de uma nacionalidade nos seus vários aspectos, embora que dela às vezes não se conserve a forma, seus efeitos, porém, sempre se projetam influenciando vivamente na educação dos espíritos.

Deste modo, o Pe. Gaspar Lourenço deve ser considerado também como um mestre da língua Tupi, além do grande educador que foi das crianças, jovens e adultos indígenas, como zeloso catequista e fervoroso missionário.



CAPÍTULO V

PRIMEIRO APÓSTOLO DE SERGIPE

No tempo do Governador Duarte da Costa, indo para o Reino o primeiro Bispo do Brasil, D. Pedro Fernandes Sardinha, acompanhado de alguns eclesiásticos e funcionários outros da Coroa e várias famílias, a nau soçobrou à foz do Coruripe, além do rio S. Francisco, e foram aí quase todos os náufragos, inclusive o Bispo, devorados pelos Caetés, povoadores daquela região.

O funesto acontecimento que se deu a 16 de Junho de 1556 impressionou profundamente a Colônia, e exasperou nos portugueses que não estimavam os índios o ódio mortal que lhes votavam e tornou-se geral o clamor de vingança.

Dadas as dificuldades em que o Governo Colonial se encontrava com as incursões dos franceses na costa do Brasil, a punição daqueles índios foi se protelando, até que no ano de 1562, Mem de Sá, não podendo ainda guerreá-los, “pronunciou sentença contra o dito gentio Caeté, que fossem escravos, onde quer que fossem achados sem fazer exceção nenhuma, nem advertir no mal que podia vir à terra” (152), com essa indiscriminação, “porque nas igrejas dos Padres havia muito gentio que procedia daquele, mas criados e nascidos nesta parte da Bahia, que não viram nem foram a tais mortes”.(153)

Com tal sentença, os portugueses passaram a cativar todos os índios originários dos Caetés, sem excetuar sequer os que já eram cristãos nas igrejas do Recôncavo, “porque por *fas e nefas** tra-

* Nota do editor: *Por fas e nefas* (do latim *per fas et nefas*) é uma locução de origem latina que significa agir por todos os meios possíveis, lícitos ou ilícitos,

balhavam muitos desalmados fartar sua sede e encher-se de peças, não perdoando a pagãos nem a cristãos”. (154).

Como consequência, “vendo o gentio que lhe levavam suas mulheres e filhos, irmãs e irmãos, e salteados em suas aldeias e pelos caminhos por onde andavam, e sendo nascidos e naturais da terra se viam levar cativos sem nenhum remédio, por dizerem os portugueses que eles também eram homicidas naquelas mortes”, arribaram das aldeias dos missionários para escapar a escravidão, “tanto que em breves dias se despovoou toda a terra” (155) de 12.000 almas, ficaram nas aldeias apenas 1.000, aproximadamente. Entretanto, esses índios da Bahia nada tinham a ver com os Caetés do outro lado do rio S. Francisco, no território de Alagoas, porque entre uns e outros, havia os índios do território de Sergipe, que eram inimigos dos da Bahia, de tal sorte que quase nenhuma comunicação podia haver entre estes e os de Coruripe, como faz notar Anchieta: “entre este gentio da Bahia e o que matou o Bispo havia outro gentio contrário deste da Bahia, que se metia no meio e tinha pouco comércio um com o outro”. (156)

A instância dos Padres, o Governador logo se convenceu dos muitos abusos e males que resultaram daquela sentença, pois, “que pagavam os inocentes pelos culpados e que a terra se destruíra em tão pouco espaço de tempo, revogou a sentença” quanto aos Caetés que residissem nas aldeias missionadas. (157)

Nem por isso os assaltos cessaram sobre os índios do sertão, indistintamente, a quem os portugueses continuavam perseguindo com outras manhas “e faziam com eles que se vendes-

justos ou injustos, a fim de alcançar determinado objetivo. Na tradição clássica, *fas* designa aquilo que é permitido ou conforme à lei divina, enquanto *nefas* indica o que é proibido, ilícito ou contrário à ordem moral ou religiosa. A expressão passou a significar, de modo geral, agir “por bem ou por mal”, sem considerar limites morais ou legais.

sem uns aos outros, dizendo que eram Caetés, isto tanto montava que fossem das igrejas que se despovoaram, como fossem dos outros”. (158)

Os sertões do Rio Real foram preferidos para essa inominável caçada humana, onde tola sorte de crueldade se praticou contra aquelas infelizes criaturas que além de batidos da fome e da peste que houve nessa época, eram ainda agrilhoados pelo cativoiro, quando não os matavam por lá ao serem julgados imprestáveis para esse fim. O trato desumano e bárbaro, quase canibalesco, que os civilizados deram aos naturais do Rio Real, não diferia muito do que estes costumavam dar a seus inimigos. Quando muito, havia equivalência nas crueldades que uns e outros praticavam, senão, mais exacerbadas, as daqueles colonos que haviam perdido a noção de consciência cristã e os derradeiros resquícios de humanidade para com os silvícolas.

Em virtude desse tratamento, os índios do Rio Real e de todo o território sergipano até o S. Francisco ficaram muito mal dispostos com os portugueses, seus algozes, enquanto que com os franceses mantiveram por muito tempo, comércio amistoso (159). Daí, resultou que a civilização desse gentio e a colonização de Sergipe se protelaram por muito mais tempo além do que era necessário, com grande prejuízo para a Colônia e para a Coroa, por ficarem aquelas terras abandonadas com todas suas riquezas, além de impedido o caminho terrestre que ligava a Capitania da Bahia à de Pernambuco.

Dos índios que em 62 se retiraram das Aldeias do Recôncavo baiano e daqueles da escravaria dos portugueses que se revoltaram em 1568, a maior parte se refugiara no Rio Real, de onde eram naturais.

Desta segunda vez em que “se levantaram, puseram a terra em balanço de se perder e mataram alguns portugueses, se não

temeram os índios das povoações e igrejas se houberam de levantar os escravos”(160). Tais escravos foram daqueles índios “ilicitamente resgatados, os quais, depois que souberam, que coisa é ser escravo, pelo terem bem experimentado em si, vendo que já não tinha remédio, imaginaram que lhes vinha falar um santo, o qual lhes mandava que se fossem para suas terras e com isto se levantaram”.(161)

Sem embargo dos males inauditos que os colonos lhes faziam, notavam e guardavam os índios o bem que os missionários lhes dispensavam à alma e ao corpo. Eram-lhes gratos e reconhecidos, pelo que os estimavam e respeitavam, sinceramente. Tiveram muitas vezes ocasião de ver que os Jesuítas eram estrênuos defensores de sua liberdade e que lutavam advogando-lhes os direitos de pessoa humana diante do Governador Geral, do Ouvidor Geral e até mesmo diante dos Reis que sempre se mostraram magnânimos com os nossos indígenas. Por essas e outras demonstrações de leal amizade dos catequistas, os índios confiavam neles, dos quais nunca esperavam nenhum mal, senão, bem. Até mesmo aos que com eles não mantinham contato pessoal, era levada a notícia da caridosa dedicação com que os padres tratavam os silvícolas.

Em 1562, “vieram novas ao Padre Provincial que o gentio do grande Rio S. Francisco, pelas novas que tinham do que ele por cá fazia, o desejavam ver e ouvir sua fala e esperando de com sua ida deixarem seus costumes e matanças e para isso queriam que fizesse pazes entre eles e seus contrários com quem se comiam... Em passando a Páscoa, se partiu levando consigo dois Padres línguas e um homem de fora honrado e dos línguas que mais autoridade tem entre o gentio, porque nada faltasse para se efetuar tão boa obra. E tendo andado perto ele 40 léguas ao longo da Costa, com muito trabalho ·pela falta ele

mantimentos que, ou pelo descuido do gentio, ou por permissão Divina, este ano há entre ele, e por ser informado quanto mais fossem adiante tanto mais fome havia, pelo que os índios andavam pelos matos espalhados à fruta, com parecer da companhia determinou tornar-se e deixar a ida para outro tempo, porque pela gente que levava consigo, como alguns principais necessários para o fazer elas pazes e outros, fora impossível caminhar com tanta esterilidade”.(161)

É provável que o Pe. Luís da Grã tivesse nessas 40 léguas pisado em terras de Sergipe e que um dos companheiros Padres tivesse sido o Pe. Gaspar Lourenço, que então andava, invariavelmente, acompanhando o Provincial nessas incursões difíceis e arriscadas.

Foi essa a primeira tentativa de aproximação pacífica com os indígenas do outro lado do Rio Real, frustrada pela crise de mantimentos, ocasionada pela grande seca que em 1562 precedeu as epidemias. A ocasião, porém, de os missionários entrarem em novo entendimento com aquele gentio, não mais se deu no provincial ato do Pe. Grã, mas somente em 1575, quando era Provincial dos Jesuitas o Pe. Inácio de Tolosa.

No ano de 1574, muitos principais das aldeias comarcãs do Rio Real foram à Bahia pedir ao Pe. Tolosa para lhes mandar “padres que lhes ensinassem as cousas de sua salvação”. (163)

Queriam já levá-los consigo, todavia, “como era gente que antes estava de guerra sem ter comércio com os brancos”, e mostrava-se essa gentildade muito magoada “com os portugueses pelos saltos e agravos que lhe tinham feito” (164), achou o Provincial de bom alvitre aguardar mais uns meses para melhor se certificar das boas intenções que os moveram a esse empenho.

Como estágio probatório, em que se devia experimentar a firmeza de seus bons propósitos”, ficou a comitiva hospedada

nas igrejas das missões da Bahia, até que decorridos alguns meses, e ao Pe. Tolosa, “constando claramente que Deus os trazia, pareceu serviço de Deus aceitar esta empresa”.

Resolveu o Provincial nomear para a árdua tarefa “o Pe. Gaspar Lourenço que é grande língua entre eles muito afamado” e, ao mesmo tempo, “que tinha bom nome no Brasil”, juntamente com o Irmão João Salônio.(165)

Valendo-se da oportunidade, “enviou também o governador Luís de Brito um capitão, com alguns homens brancos, com desejo de haver lá alguma povoação” e demarcar uma sesmaria onde lhe conviesse, “porque diziam ter ele ali 10 léguas de terra” que El-Rei lhe doara.(166)

Segundo Gabriel Soares, o Capitão era Garcia D’Avila, rico fazendeiro do Tatuapara. No mês de Fevereiro de 1575, partiram os missionários da Aldeia de Santo Antônio, de que era Diretor há muitos anos o Pe. Gaspar Lourenço, a caminho do Rio Real. Grande consternação pesou sobre a Aldeia de Sto. Antônio quando seu muito querido Pe. Lourenço dela se despediu; “todos os desta Aldeia se puseram em pranto, sentindo muito apartar-se deles o Padre, de suas almas, como diziam; e grandes e pequenos subiram com ele boa parte do caminho e se não se pusera número na gente que havia de levar, quase todos queriam ir com ele, mas não foram mais de vinte. Pelo Caminho a ocupação daquele padre foi ensinar a doutrina aos índios e brancos que iam em sua companhia. Pela manhã, antes de começar a jornada, diziam todos juntos as ladainhas, pedindo a Deus que desse próspera viagem. Já à noite, no fim de sua jornada, faziam o mesmo. E como todo aquele caminho é despovoado, recolhiam-se em algumas choças que os índios faziam, onde com muita caridade repartiam com eles a pesca que tomavam e o padre provia também os necessitados. E sempre

foram assim e muitas vezes descalços pelas muitas águas que haviam de passar, mas todos foram com grande paz e alegria, até o Rio Real. Chegaram todos com boa disposição ao Rio Real a 28 de Fevereiro e deixando o Padre o Capitão aposentado em lugar apto, passou a visitar uma aldeia de índios seis léguas daí”.(167)

Nessa primeira aldeia foram o Pe. Gaspar e o Irmão Salônio, bem como os vinte neófitos de Sto. Antônio que os acompanhavam, recebidos carinhosamente, na forma do ritual que usavam nessas recepções: “Sabendo os da aldeia que vinham, saíram todos com grande alegria a recebê-los, com grandes choros, como costumam fazer, trazendo cada um algum presente ao Padre conforme sua pobreza, como farinha, batatas e cousas semelhantes”.

Um principal da terra, que suponho ter sido *Tepitã*², avocou a si a honra de hospedar o Padre Gaspar e o Irmão João Salônio em sua casa, e acomodou os índios da comitiva “repartindo-os por todas as casas” de sua Aldeia.

Este principal pregava pela Aldeia que havia sido causa que se perdesse a gente que em tempo passado fugiu das aldeias, e, por isto, fazia esta festa ao Padre e o abraçando apenas, o levou para sua casa”.

Certamente, mostrava-se arrependido de ter influído para que os índios aldeados nas igrejas da Bahia abandonassem as igrejas como fizeram e se acolhessem no Rio Real, ou então, se referisse àqueles seis índios de Santo Antônio que com suas mulheres, sem que o Pe. Gaspar Lourenço soubesse, partiram adiante dele para o Real a esperá-lo, mas, que aí chegando, “al-

2 Grafado como *Typita* na carta de Tolosa e como *Pepita* na transcrição de Felisbello Freire em sua *História de Sergipe*, *Tepitã*, ou *Tipita*, emerge como um dos principais que, diante do clima de suspeita e rumores que circulavam entre os indígenas, assume um papel decisivo na manutenção da aliança com os missionários.

guns índios pouco afeiçoados à igreja os mataram, comeram e tomaram suas mulheres por mancebas”.

O Pe. Gaspar que não havia dado licença a eles irem à sua dianteira, de nada sabia e surpreendeu-se, “vendo as mulheres que pouco antes havia casado e perguntou: que é de vossos maridos? Responderam chorando estas índias: mataram”.

O Padre Lourenço, diante de alguns Principais que estavam presentes, reprovou-lhes o gesto criminoso e os censurou por terem com aquela maldade cometido também uma afronta à sua pessoa, já que eram aqueles índios seus filhos espirituais e entretanto os mataram sabendo que ele estava a caminho para o Real em visita cordial a seus habitantes.

“Os que não tinham culpa escusavam-se, mas o Padre dissimulou o melhor que pôde, dizendo que nem aquilo havia de ser bastante para deixá-los, tomou as mulheres aos índios que as tinham e deu cuidado delas a um índio de Santo Antônio” para levá-las de volta e perdoou a ignorância daquela gente. De qualquer sorte, aquele Principal penitenciava-se de alguma falta em que julgava ter incorrido, fazendo agora, com a chegada do Pe. Gaspar Lourenço, reparação pública.

No dia seguinte, talvez a 1º de Março, o Pe. Gaspar seguindo o protocolo usual, inicia seu trabalho: “pela manhã começou o Padre a dar razão aos Principais da Aldeia, de sua vinda dizendo que vinha manifestar-lhes a lei de Deus e ensinar-lhes o caminho de sua salvação e livrá-los da cegueira em que estavam e começou logo a fazer uma maneira de igreja para dizer missa e ensinar-lhes a doutrina, mas era tanta gente que vinha a visitar o Padre, assim daquela Aldeia como das outras, que quase todo o dia gastava em trabalhos a consolá-los e assim no dia seguinte se acabou a igreja, onde se disse missa e ensinaram a doutrina com grande consolo de todos”.

A primeira missa teria sido celebrada lá para o dia 3 de Março, nessa igreja provisória feita de pindoba (168).

Chama-se a Igreja de S. Tomé, o Apóstolo, e fizeram junto dela casa em que morassem e pudessem ter concerto religioso e de ali a poucos dias levantaram uma Cruz de alguns oitenta palmos, e que ficou toda a gente espantada com ver a veneração com que a haviam lavantado”.

Achava-se, dessa forma, auspiciosamente instalad, a missão do Rio Real, na Aldeia que tomou o nome da igrejainha de palha, S. Tomé. O lábaro sagrado da redenção erguia-se bem alto com os braços estendidos convidando à confraternização que a todos inspirava aquele símbolo da paz.

As alvíssaras da terra confirmavam ao Pe. Gaspar Lourenço a “esperança de grande conversão naquela parte, pelo muito gentio que havia”, animado de boa disposição para receber a boa nova do Evangelho.(169)

“O principal daquela Aldeia, quando se viu com igreja, levantou as mãos para o céu, dizendo: Bendito Sr. Deus que vejo já em inteira glória, isto é o que desejava. Peza-me do tempo passado”.(170)

O programa da missão foi distribuído em três horários por dia, para as pregações doutrinárias: “pela manhã, à tarde e à noite”.

Para reunir a gente, antes de começar as pregações, “um índio de nossas aldeias ia tangendo a campainha por toda a Aldeia e assim acudiam muitos diante da casa, de onde o Padre os ensinava as coisas de nossa santa fé”. Nesses exercícios religiosos, o “Cícero brasílico” pregava aos adultos a doutrina de ordem geral. Os jovens e as crianças, porém, necessitavam também da palavra divina de forma especial, acomodada à sua mentalidade em formação.

Neles se punham as melhores e mais fundamentadas esperanças da futura civilização. Por isso que a educação dos menores, iluminada pela luz salvífica do Evangelho, não poderia ser esquecida pelo prudente e experimentado missionário.

Imediatamente, o Pe. Gaspar Lourenço abriu na Aldeia de S. Tomé uma escola para crianças. Foi a primeira que houve em Sergipe e chamou-se “Escola de S. Sebastião”. Como primeiro mestre, o Irmão João Salônio “tomou cargo da escola dos moços, que foram a princípio 50 e depois chegaram até cem”. Belo número de matrícula!

Como atestado da eficiência didática do devotado professor da Escola de S. Sebastião e do elevado grau da inteligência de seus alunos, temos que estes “em breve tempo sabiam as orações”.

O ensino em Sergipe começou, portanto, pelo conhecimento de Deus e do supremo destino do homem.

Glória, pois, ao primeiro mestre-escola do Estado de Sergipe, o Jesuíta, Irmão João Salônio!

O Pe. Gaspar Lourenço, ao nomeá-lo para esse cargo e ao empossá-lo no magistério dessa escola, representava, então, o papel de primeira autoridade escolar de Sergipe. É uma felicidade, por certo, terem tido a administração escolar, o professorado e os estudantes sergipanos de hoje, tão dignos precursores na obra excelsa da educação da infância e da juventude.

Certa vez, passando nove dias ausente de S. Tomé o Pe. Gaspar, acompanhado do Irmão, a serviço do ministério sacerdotal em que se ocupava com os brancos que se achavam no acampamento, “consolando-os com dizer-lhes missa e confessando-os”, ao regressar, tiveram a confortadora surpresa de encontrar “uma moça da Escola de S. Sebastião ensinando a doutrina aos meninos da aldeia e depois os fazia persignar por si a cada um e isto todo o tempo que estiveram ausentes”.

Embora que essa moça não tivesse sido designada para substituir o Irmão Salônio no exercício de sua cadeira durante os dias em que ele se ausentara de S. Tomé, porque apenas, “o Padre havia deixado para que vigiasse pelas casas” a jovem índia, todavia, ela, espontaneamente, assumiu a regência da Escola e passou a ensinar às crianças da Aldeia, em lugar do mestre.

Não teria sido, por conseguinte, essa índia de S. Tomé, a primeira sergipana, quiçá a primeira brasileira, que exerceu a honrosa e nobilitante função de mestra das patrícias, como precursora do professorado feminino do Brasil? Não lhe caberá, na verdade, a glória de ter sido a primeira professora brasileira do magistério nacional?

A notícia da felicidade que reinava na Aldeia de S. Tomé espalhou-se pelo sertão a dentro, repercutindo até o Rio S. Francisco, de onde muitos principais, bem como de outros lugares, vieram conhecer de perto o Pe. Gaspar Lourenço: “todos vinham pedir ao Padre que os fosse visitar e fazer igrejas em suas aldeias”.

Dentre os mais importantes *moribuxabas* que queriam o missionário, destacava-se “*Surubi* que era o principal de toda aquela terra, muito nomeado e temido entre os portugueses”. (171) Quando os desalmados predadores de índios deram-se, de 62 por diante, a caçar supostos Caetés nessas paragens, encontraram a mais violenta repulsa na gente de Surubi. Em virtude do destemor e bravura com que Surubi repeliu as agressões dos portugueses, tornou-se “o principal de todos... Do qual todos se temiam, porque em os tempos passados tinha morto alguns brancos e nunca havia podido aceitar sua amizade”.

Essas mortes infligidas aos portugueses foram “em sua defesa” naqueles “saltos e agravos que lhe tinham feito”, como nos conta Anchieta, “em os tempos passados”. (172)

Surubi, ouvindo a fama do missionário de S. Tomé, mandou até lá um seu irmão com credenciais bastantes para, em seu nome, alcançar do Pe. Gaspar Lourenço, “com muita instância, que fosse residir em sua Aldeia” porque, argumentava o embaixador, “não era bom estar com aquela ruim gente; isto dizia porque de mil almas que havia naquela Aldeia de S. Tomé, as quinhentas eram escravas que em tempos passados foram de seus senhores portugueses dos quais escaparam no levante que fizeram em 68.

Grato e surpreendente fora o amistoso convite feito ao Pe. Gaspar, de certo, mas o emissário de Surubi, que veio prevenido “para que o levasse em urna rede” confortavelmente, retornou sem o Padre, porém com a esperançosa promessa de sua visita dentro em breve. Não era ainda oportuno ausentar-se o Pe. Gaspar da Aldeia de S. Tomé, para não interromper os trabalhos da catequese que prosperava, satisfatoriamente.

Mais tarde, “depois de haver o Padre convertido à Aldeia de S. Tomé e a gente pacífica, passou a visitar as aldeias comarcãs, onde por tanto tempo havia que o desejavam”.

O Pe. Gaspar Lourenço e o Irmão João Salônio, sem mais ninguém, tomaram o rumo do Vaza-Barris, com algum frugalíssimo viático de bananas, caranguejos, farinha de mandioca e pimenta, levando às costas o necessário para celebrar missas. A arma que empunhavam era o Crucifixo. Com ele deveriam conquistar a gente indômita que não tinha podido aceitar a amizade dos brancos. “Foi esta partida mui contra a vontade dos índios desta Aldeia (de S. Tomé) e com grande sentimento, todos a uma boca diziam e pregavam pela Aldeia: vai o Padre a morrer, preparemo-nos para vingar a morte; isto diziam pelo temor que tinham de Surubi, mas o Padre, confiando na graça de Deus, começou seu caminho sem querer levar ninguém da

Aldeia, senão só seu companheiro, o que foi maior espanto”.

Na viagem, os dois humildes peregrinos “passaram em estes caminhos grandes trabalhos, por ser montanhas em terras muito fragosas. Passaram por algumas partes que aservas cortavam as pernas e não podiam andar calçados por haver muitas águas e atoleiros. Acontecia-lhes ir mais de meia légua por um arroio que dava água às vêzes no joelho, acrescentava-se a isto a falta de mantimentos especialmente que a quaresma os obrigava a jejuar, a comida não era mais que bananas e farinha molhada na água, pimenta, e, por frutas tinham alguns caranguejos, que os índios traziam seis léguas dali”.

Vencida a penosa jornada, o Pe. Gaspar Lourenço atinge as margens do Vaza-Barris. “A primeira Aldeia onde entrou foi a de Surubi, que está dez ou doze léguas de S. Tomé, por ruim caminho”, juntamente com o Irmão Salônio. “Foram mui bem recebidos e apresentados em casa do Surubi e os Padres estiveram um grande espaço em pé diante dele, que estava deitado em sua rede sem falar-lhes uma só palavra... Depois mandou (que) lhes dessem alguma coisa para comer e foram quatro espigas de milho; parece que aguardava que o Padre começasse a prática”, dando o motivo de sua vinda, na forma do protocolo das selvas.

Reunidos os habitantes da Aldeia de Surubi, publicou-lhes o Pe. Gaspar a razão de sua visita e fez “uma prática por grande espaço, com tanta eloquência e fervor que deitou o índio espantado a não saber que responder”.

No dia seguinte, “começou pela manhã a pregar-lhes as coisas de sua salvação, e como vinha a dar remédio às suas almas e acabou depois do meio-dia”.

Presumo que foi nessa ocasião o primeiro contato pessoal que teve o Pe. Gaspar com os índios das aldeias vizinhas de Su-

rubi, que afluíram a ver o missionário. Entre esses, muita gente “não havia entrado na Aldeia com boa intenção, sim com desejo de quebrar a cabeça do Padre diante de todos, e havia alguns que estavam esperando: agora será, agora será”.

Entretanto, a “tanta ‘eloquência e fervor” com que lhes falara o apóstolo, deixou esse grupo mal intencionado “tão confundido e tão atado de pés e mãos” que não consumaram o atentado planejado.

Ao ouvirem o Pe. Gaspar Lourenço, “ficaram contentes e todos a uma vez disseram que folgavam muito com sua vinda e que queriam igreja. E assim logo ao outro dia começaram a cortar madeira para ela, e os mais honrados eram os primeiros a carregá-la e trazê-la às costas, até o mesmo Surubi, e, em breve tempo a acabaram, porque a cobertura era de palha que há muita por aquelas partes”. Foi dedicada essa igreja à “invocação do glorioso S. Inácio”. (173)

Também, Aldeia de Sto. Inácio, ficou sendo chamada a de Surubi, em virtude da invocação da igreja e contava com “mais de mil almas”.

Nos primeiros dias, “como não tinham costume de ver brancos em suas aldeias, estavam todos atônitos em vê-los, (como) se fora coisa vinda do céu... E perguntavam se os Padres eram gente com quem se podia conversar e habitar”.

A conquista caridosa, amiga e pacífica do terror daqueles sertões, que era o famoso Surubi, estava feita pela eloquente generosidade do Pe. Gaspar Lourenço. Nem pelouros, nem flechas foram desferidos em nenhum peito humano. Ninguém perdeu a liberdade, nem a vida, mas todos se irmanaram nas estreitezas de uma igrejinha de pindoba, bendizendo a paz cristã que os cumulava de alegria. Equivalia isto a alta demonstração de nobreza moral daqueles indígenas que assim perdoaram as

injúrias e agravos recebidos dos brancos, graças ao milagre da bondade comunicativa do coração missionário.

As pazes entre índios e reinos, gentios e cristãos, estavam celebradas. Para confirmá-las, promoveu o Pe. Gaspar Lourenço que o cacique Surubi mandasse à cidade uma embaixada visitar o Governador Luís de Brito.

Chefiou a legação, composta de alguns índios, o irmão de Surubi, que já dera provas de seu tato diplomático quando foi convidar o Pe. Gaspar Lourenço em S. Tomé, para ir ao Vaza-Barris.

Entrevistaram o Governador na Bahia e visitaram as Aldeias e Igrejas das missões do Recôncavo. “Foram bem recebidos e o governador lhes mandou dar de vestir e algumas ferramentas”, como brinde à amizade confirmada.

Regressaram “todos mui contentes” e ficaram bem impressionados, “vendo o conceito que tinham os cristãos de nossas Aldeias” catequizadas.

“Depois de deixar o Padre mui quietos e animados os desta Aldeia de Santo Inácio, passou a visitar as demais aldeias, bem contra a vontade de Surubi, porque dizia ao Padre: antes que nos fartes nos deixas! Mais tempo estiveste na Aldeia de S. Tomé do que na minha; mas o Padre consolou-os dizendo que também era necessário dar as boas novas do Evangelho às outras gentes”.

Assim, partiu de Sto. Inácio, “o bom Padre Lourenço” (174) levando e deixando saudades, na companhia de seu digno auxiliar, o Irmão Salônio, em busca de outras almas que se espalhavam pelo sertão adentro, longe do mar.

“Ao segundo dia de jornada encontraram com uns principais que os vinham esperar ao caminho, abrindo-lhes os caminhos

por onde haviam de passar, porque todos estavam cerrados com árvores”. Esse gesto era a maior honra que eles tributavam aos amigos. “Foi grande a alegria que tiveram em este encontro, assim os nossos, como os índios e logo repartiram com o Padre o que traziam, com caridade e fizeram uma choça em que repousaram esta noite e depois foram a sua Aldeia onde foram recebidos de toda gente com tão grandes mostras de amor, como se fora muito tempo que se conversaram; e aí esteve o Padre alguns dias ensinando-lhes as coisas de sua salvação.

Daí passou a outras aldeias; em algumas foi bem recebido, em outras não lhes faziam bom rosto, temendo que os iam ajuntar para seu mal e assim diziam porque estavam muito escandalizados dos tempos passados, em que os brancos lhes tinham feito grandes danos. Uns se queixavam que lhes haviam tomado suas mulheres, outros, seus filhos; o Padre respondia que ao passado não sabia dar remédio, que também eles tinham morto muitos brancos, mas que se eles queriam ser cristãos e amigos dos brancos que tivessem por certo que não seriam agravados”.

Em certa aldeia, uma grave ameaça pesou sobre as vidas do Pe. Gaspar e do Irmão Salônio quando “um principal estrangeiro começou a falar contra os Padres, dizendo que lhes havia de quebrar a cabeça, que não tinha que ver com os brancos. Alguns dos índios que iam com os Padres estavam atemorizados” ante a iminência do perigo.

Tendo-lhe chegado ao conhecimento esse mau intento, o Pe. Gaspar Lourenço recorre ao Principal, Senhor da Aldeia em que se encontrava, valendo-se da hospitalidade a que estavam entregues, ele e seu companheiro “e perguntou-lhe se estavam ali seguros”, obtendo esta resposta tranquilizadora: “bem podeis dormir com sono de pousada, que não haverá em minha aldeia quem se atreva a fazer-te mal, pois, entrastes em minha

casa; onde morreres tu, eu morrerei com a minha gente; folgo muito ele ver-te, porque há muito tempo te conheço por fama e que não dizias senão muito bem”.

Assim, dormiram sossegados, sono de pousada, sem que ninguém os incomodasse. No dia seguinte, aquele principal estrangeiro ameaçador veio a visitar o missionário e penitenciar-se “do que tinha dito e pediu ao Padre que fosse também a sua aldeia, mas os índios aconselharam que não se fiasse nele”.

Pretendia, ainda, o missionário “ir visitar outra aldeia que póstera de tôdas em busca de um principal, que tinha prometido vir à Igreja de S. Tomé, mas o demônio o tinha outra vez pervertido e estava com mais desejo de comer o Padre, do que de se fazer cristão. Creio que se trata de Aperipê, chefe dessa última aldeia do sertão, “póstera de todas”.

Ignorava o Padre Gaspar Lourenço o descaminho por que desandara esse Principal, após ter manifestado os bons propósitos que antes o animaram.

Felizmente, em tempo, “um índio daquela Aldeia enviou um filho seu ao Padre, mui depressa, já de noite, dizendo que de nenhuma maneira entrasse na Aldeia, porque o Principal estava determinado de quebrar-lhe a cabeça, e que, para isso, tinha iá se reunido com ele”, concertando o plano sinistro.

Não obstante o Pe. Gaspar ter recebido esse aviso, em vez de acautelar-se, queria a todo custo ir até lá, mas os índios que o hospedavam não o permitiram e reuniram logo alguns de outras aldeias comarcãs para defender o Padre, porque os caminhos já se achavam tomados de inimigos à sua espreita.

Custodiado por numeroso grupo de índios amigos, seguiu viagem, salvo de perigos e, “dando a volta para a Aldeia de Sto. Inácio, trouxeram gente de duas ou três aldeias, para ajuntá-los em uma igreja junto do mar e assim o fizeram com muita alegria

dos índios e logo levantaram uma Cruz e fizeram uma igreja de invocação de S. Paulo, porque chegaram à véspera de S. Pedro e S. Paulo e no dia seguinte disseram missa e ensinaram a doutrina e pregaram.

Essa Igreja de S. Paulo “junto do mar” onde a localiza o Pe. Tolosa, sem nomear-lhe o Principal, mas, segundo Anchieta, sabe-se que ficava na Aldeia de *Serigi*³ e o Padre a levantou “para os ir visitar algumas vezes e os que quisessem ouvir as coisas de sua salvação o pudessem fazer”. (175)

O Pe. Gaspar Lourenço rezou a primeira missa que se disse nas margens do Rio Sergipe, onde se situava a Aldeia de *Serigi*, a 29 de Julho de 1575.

“Ficaram os índios muito consolados e fazendo já as casas para sua habitação”. Entretanto, o Pe. Gaspar Lourenço, pela necessidade que havia de atender outros lugares, ficou aí, somente, “pouco tempo com eles, que causou neles não pouca tristeza; mas o Padre consolou-os dizendo que procurava acudir a todos as partes e assim resolve a visitar as outras igrejas e foi recebido de todos com grande caridade e alguns pediram o batismo”.

Nessa incursão, visitou o Pe. Gaspar umas 28 ou 30 aldeias. A primeira coisa que fazia ao entrar nelas era saber se havia enfermos para batizá-los *in extremis*, como fez com algumas crianças e adultos, sendo que deles faleceram uns após o batismo. “Estas foram as primícias do Rio e estas me parece não de ser os patronos daquela cristandade”, dizia, confiante, o Provincial.

* Nota do editor: O termo *Serigy*, com suas múltiplas variantes — *Serigi*, *Serigipe*, *Cirigi*, *Cirigype*, *Ciriripe*, entre outras — constitui forma aportuguesada de *Ciry-gy-pe*, expressão de origem tupi que significa “rio dos siris”. Nos séculos XVI e XVII, o topônimo aparece nas fontes sob diversas grafias, até consolidar-se na forma Sergipe d’El Rey, processo que evidencia a transliteração e a adaptação dos sons das línguas indígenas ao sistema gráfico do português.

Chegaram afinal o piedoso missionário e seu dedicado companheiro, sãos e salvos, novamente a S. Tomé, anunciando a paz que traziam das demais aldeias longínquas. Estando em S. Tomé, “vieram alguns índios de outras aldeias a falar com o Padre e a pedir-lhe para fazer-lhes igrejas em suas terras, especialmente um, que antes havia ameaçado os Padres, veio tão manso como um cordeiro, dizendo que só o Padre era seu irmão e o Padre perguntou-lhe qual era sua determinação, ele respondeu-lhe que era coisa tão importante que não era bom determinar-lhe debaixo de casa alheia, que fosse à sua Aldeia que se lhe diria. Prometeu o Padre de ir a ela e assim o fez daí a poucos dias. Estava a três léguas de S. Tomé”.

O Pe. Gaspar e o Irmão, aí “foram de todos recebidos com grande louvor e depois de haver o Padre falado, responderam que faziam o que ele quisesse e que passariam a aldeias, onde o Senhor (principal dessa Aldeia em que se achavam) mandasse e assim a passaram junto do mar para poder ser melhor visitada”.

Não diz o Pe. Tolosa, na carta de 7 de Setembro de 1575, se o Pe. Gaspar nessa última Aldeia que formou pela reunião de outras, fez ou não Igreja. Contudo, como era de praxe fazer o Pe. Gaspar Igrejas nas Aldeias que fundava para melhor e mais facilmente poder visitar os índios, acredito que ele aí fizesse a Igreja de Nossa Senhora da Graça, mencionada em carta de Agosto do ano seguinte de 76, pelo Pe. Tolosa, e que os cronistas posteriormente a denominaram como N. Sra. da Esperança, N. Sra. da Conceição.

O fato de não ter sido nomeada essa Igreja pelo Pe. Tolosa durante a estadia do Pe. Luís da Grã em Sergipe, mas somente mais tarde, não importa em que ela não já tivesse sido erguida pelo Pe. Gaspar, quando fundou essa última Aldeia junto do mar a três léguas de distância de S. Tomé, onde deve ser lo-

calizada a Igreja de N. Sra. da Graça, como a denomina o Pe. Tolosa.

Visto que o Provincial a ela se refere intitulado-a N. Sra. da Graça logo no ano seguinte à sua edificação, como o primeiro a anunciá-la, este deve ser o título certo da invocação a que foi dedicada a mencionada Igreja, de duração, aliás, brevíssima, e não como passaram a denominá-la, diversamente, outros cronistas anos depois.

O Pe. Sachino atribui sua fundação ao Pe. Grã, mas Anchieta afirma que foi o Pe. Gaspar Lourenço, o que me parece exato. Essa Aldeia organizada para a visita frequente do Pe. Gaspar sugere ao mesmo tempo a edificação de uma Igreja.

Não foi, como pretende Sachino, a Igreja de N. Sra. feita em substituição à de S. Tomé, porque o Pe. Tolosa, noticiando os acontecimentos do Rio Real, menciona distintamente a Igreja de S. Tomé e a outra Igreja de N. Sra. da Graça, com existência e serventia simultâneas. (176)

A Aldeia de S. Tomé continuou sendo o centro das primeiras atividades missionárias no território sergipano, com ares de metrópole improvisada na floresta, como se fora a primeira capital histórica do Estado de Sergipe, levantada pelo seu primeiro Apóstolo.

“E no tempo em que o Padre (Gaspar Lourenço) residiu nesta aldeia, se fizeram algumas procissões solenes, enramando a Igreja e as casas, e algumas vezes tinham disciplina todos os cristãos, por bom espaço pela conversão dos gentios”.(177)

Depois da instalação da nova Aldeia de N. Sra. da Graça, o Pe. Gaspar seguiu para o acampamento, na foz do Rio Real, a visitar o Capitão e os homens que com ele vieram, a fim de prestar-lhes mais uma vez assistência espiritual, tendo deixado em paz, toda a terra percorrida e assinalada com a Cruz de

Cristo, que sobre todos derramava as esperanças consoladoras do Evangelho anunciado àquela gente que mostrou ser de boa vontade, com acentuada vocação cristã.



CAPÍTULO VI

O CALVÁRIO DO APÓSTOLO

O esforço heróico do Pe. Gaspar Lourenço aplicado na obra civilizadora de Sergipe alcançou êxito cabal no que dizia respeito às suas relações pessoais e de seu fraterno companheiro, Irmão João Salônio, com os naturais daquela região, ainda selvagens e canibais.

A sementeira da evangelização que esse apóstolo lançara nas almas daqueles silvícolas germinara, florescera e frutificara, exuberantemente, como não se havia de esperar tão auspicioso resultado em poucos meses de esmerado trabalho.

Da eloquência persuasiva do Pe. Lourenço, de sua bondade contagiante e de seu abnegado amor aos índios, surgiu o admirável milagre da conquista incruenta daquela gente que aos reinos parecia indômita e perigosa.

O que não conseguiram eles a ferro e fogo, o Pe. Gaspar Lourenço obteve pacientemente, com a benignidade de seu coração, abrindo naqueles sertões o Evangelho e apontando aos rudes povoadores a Cruz da redenção humana.

A paz cristã congraçara os índios entre si e extirpara de seus corações o ódio mortal que os civilizados lhes infundiram com as atrocidades que lhes vinham infligindo, até há pouco tempo passado.

Tanto os silvícolas aldeados em S. Tomé, como os das Aldeias de Surubi e de Serigi, com as igrejas de Santo Inácio e a de S. Paulo, respectivamente, achavam-se na mais completa ordem, confiantes em melhores dias futuros.

Agora, já se podia viajar por terra da Bahia a Pernambuco, atravessando o território de Sergipe sem receios de hostilidades.

Os catequistas podiam também continuar sua missão tranquilamente, porquanto as primícias de seu apostolado prenunciavam a conversão em massa daquela gentildade ao cristianismo, sem maiores dificuldades daí por diante.

Era um fato notável na história da catequese brasileira a conquista feita pelo Pe. Gaspar Lourenço, pacificamente, da terra e da gente do Rio Real ao S. Francisco, talvez, porquanto “é crível que o Pe. Gaspar Lourenço, nas suas largas correrias pelo sertão sergipano, pisasse território de Alagoas” também, ao que presume o Pe. Serafim Leite. (178)

Sem embargo do alcançado na sua peregrinação apostolar, o Pe. Lourenço, depois de ter enfrentado e vencido habilmente todos os perigos próprios de tal feito, deparou-se, entretanto, com um mundo de dificuldades insuperáveis, criadas pelos civilizados, enquanto o apóstolo, ausente de S. Tomé, palmilhava o sertão, plantando nos corações indígenas a semente do bem.

As consolações hauridas no trato com aquela gentildade, em quem o generoso missionário encontrou sempre a compreensão de seu devotamento, transformaram-se em amargos sabores e profundos desgostos. Os brancos que acompanharam o Pe. Lourenço até a foz do Rio Real, onde se instalaram com o propósito de iniciar a colonização daquelas paragens, a mando do Governador Luís de Brito e Almeida, refletindo a desordenada ambição dos colonos e seus habituais escândalos contra os índios, embaraçaram os trabalhos pacificadores do Pe. Lourenço nessas missões, até destruir os bons efeitos de seus ingentes sacrifícios.

A princípio, uma série de incidentes de pequena monta foi superada pelo hábil catequista, enquanto partida dos indígenas apenas, desconfiados das atitudes suspeitas daquela expedição.

Mas, depois que os colonos passaram a provocar calculada e ostensivamente os índios, lançando entre eles a cizânia, as circunstâncias se agravaram de tal modo que não houve mais conselhos nem apelos, nem súplicas nem argumentos que evitassem a perturbação da ordem até então reinante nas missões do Rio Real.

O intuito deles, já que o Pe. Gaspar Lourenço não lhes permitia que recapturassem os escravos que lhes fugiram, há uns sete anos passados, era alvoroçar os índios para motivar-se uma “guerra justa” contra eles, a fim de escravizarem os vencidos, conforme autorizava a legislação vigente sobre o assunto.

O pretexto que invocavam era a necessidade de levar-se a guerra ao cacique Aperipê, que se recusara a entrar em contato com os brancos, nem mesmo mediante os bons ofícios do Pe. Gaspar Lourenço.

Escreveu o Pe. Tolosa que um dos escravos que se livraram do cativoiro com o levante que fizeram nas aldeias da Bahia em 1568, voltando para suas terras no Rio Real, “começou a pregar que os nossos (missionários jesuítas) tinham por costume ajuntar os índios, fazer-lhes alegria e depois cativá-los e entregá-los aos brancos. Outro escravo que fugiu dos brancos foi-lhes dar as mesmas novas, dizendo que bem lhes haviam dito e que não se fiassergiem nos brancos e que havia já chegado um barco com artilharia para seu senhor e lhe mandou que o ajudasse a atirar, mas eu não quis, disse ele, e assim, breve, vereis como dão em nós e sereis todos presos e cativos”.

Anchieta informa os mesmos acontecimentos do seguinte modo: “Estava o gentio de Serigi todo quieto com a paz que lhe o Padre (Gaspar Lourenço) tinha dado, e com a igreja que lhe tinha feito: tomou o Demônio para instrumento do que pretendia a um mameluco o qual se foi a algumas das ditas aldeias,

dizendo-lhes que olhassem o que faziam, o Padre os enganava, que não cressem o que lhes o Padre dizia, que os ajuntava para serem escravos, que já no mar tinha alguma gente junta para os irem amarrar. Isto dizia o mameluco pelos portugueses que estavam na barra do Rio, que foram com o Padre, e como esta gente facilmente crê o que lhe dizem, principalmente se é coisa de medo e eles sabiam bem como os portugueses tinham tratado a todos os vizinhos e viam que no mar estavam portugueses, como lhes o mameluco dizia, levantaram-se todos e parte dos da igreja de S. Paulo, ficando alguns para verem o fim da coisa e foi quererem os portugueses ir dar guerra a um principal, que estava no sertão; que chamavam Aperipê e segundo se entendeu depois, mais foi esta guerra com desejo de resolver os que estavam de paz, para que mais facilmente houvessem escravos, que por outro respeito”. (179)

Acrescentou-se ainda para maior confusão do ambiente, o que uma índia afirmara ter ouvido de alguns índios reunidos em conjura de guerra: “Se os brancos não derem guerra, mataremos nós outros primeiro”.

Tendo isto ouvido, essa índia “fez-se a um índio principal que morava com o padre e disse-lhe: os índios estão em concerto de matá-los nesta noite e o Surubi entra neste efeito”.

A circunstância de ter sido denunciado Surubi como um dos participantes desse plano, colocou-o como suspeito diante dos portugueses, contribuindo também isto para custar-lhe, depois, o ataque injusto de que foi vítima.

Tão logo o principal de S. Tomé, amigo do Padre Lourenço, que certamente era o que se chamava Tepitã, comunicou-lhe a notícia que se espalhou imediatamente na Aldeia, os índios ficaram sobressaltados, quase todos armados e divididos em dois partidos. Uns se mostravam confiantes de que se os brancos

viesses sobre eles, entrariam na Igreja de S. Tomé e lhes alegrariam como defesa de sua liberdade e de suas vidas que já eram todos cristãos e filhos de Deus; outros, receosos do que lhes haveria de acontecer, se os brancos lhes atacassem de surpresa, mostravam-se inclinados a apoiar qualquer reação armada, conforme se propalava achar-se iminente, de outros índios mais exaltados com os boatos.

O temor a todos afligia. Somente o missionário se mostrava imperturbável, de consciência serena, juntamente com seu companheiro, em meio a tamanha agitação do momento. “O Padre como viu os índios com aqueles medos e enganados com mentiras, chamou os principais e disse-lhes: esta fama aí que nos quereis matar se isto é assim, seja esta noite antes da manhã; isto é o que desejamos, para isso viemos e eles então descobriram a verdade: que aqueles escravos lhes haviam dado aquelas más novas, mas que não tinham propósito de fazer mal a ninguém, que bem sabiam que eram mentiras e com isto se despediram do Padre. Mas aquela noite foi muito trabalhosa, assim para os índios, como para os brancos pelo medo que todos tinham da morte”.

Em S. Tomé, soube-se que um português que estava com o Pe. Lourenço havia fugido nessa noite de pânico e, também, o Padre. A notícia causou pesar aos índios que muito o estimavam e “algumas gentes suas devotas ajuntaram-se muito sentidas a consultar o que havia. Uns diziam: vamos em sua busca, não o deixemos ir. O Principal desta aldeia chamado Tepitã (180) disse à sua mulher: se o Padre fugiu, tomemos nossas redes e vamos com ele. Outros vieram à noite ver se os Padres estavam em as redes e quando os viram ficaram muito alegres. Outros diziam: durmamos junto dos padres, se alguns os vierem matar morreremos também com eles. Também desta vez ficou o de-

mônio burlado, porque os índios ficaram mais confirmados na paz e entenderam que o que o Padre pregava era a verdade e o que os escravos diziam era mentira”.

Contudo, foram momentos difíceis os que o Pe. Gaspar Lourenço e o Irmão Salônio passaram nessa noite tenebrosa, sendo que “Para tranquilizar os índios, excitados por emissários de outros mais hostis, passou o Padre trabalhos e perigos de morte, só comparáveis aos que padeceram Nóbrega e Anchieta em Iperoig. Mas também, como lá, achou fiéis defensores, extremado-se na dedicação um principal chamado Tepitã e o próprio Surubi”.(181)

Nesse ínterim, o branco que havia fugido de S. Tomé, apavorado com o alvoroço daquela noite, “foi dar rebate ao capitão que estava seis léguas dali, dizendo que os índios estavam levantados e queriam matar os padres”.

Por sua vez, do acampamento transmitem imediatamente à Bahia notícia do que se passava em S. Tomé, mas, “como em essas novas comumente se acrescenta”, exageraram as ocorrências, adiantando-se que os missionários já se achavam amarrados para serem devorados pelos índios. Toda a cidade abalou-se compungida com o horrendo boato, até que em breve se restabeleceu a verdade dos fatos, com notícias mais precisas.

Entretanto, o que mais ferira o bondoso coração e a alma do ilibado sacerdote “nasceu dos próprios brancos que o padre levou em sua companhia” para o Rio Real, por ordem do Governador. Estes, sentindo-se contrariados nos seus intuítos desordenados, pelo Padre Gaspar Lourenço que lhes impunha respeito à pessoa do índio e de suas famílias, não lhes permitindo que negociassem “resgates injustos, enganando os índios, fazendo-os vender seus filhos e parentes como também lhes estorva os pecados que entre eles fazem, como é tomar-lhes suas

mulheres e filhas por mancebas”, acabaram por caluniá-lo miseravelmente. Tentaram conspurcar-lhe a honra sacerdotal e desacreditá-lo diante do Governador, da Câmara da Bahia e da Companhia, para que o virtuoso missionário fosse afastado das missões do Rio Real e, assim, livres de sua vigilância, pudessem perpetrar suas atrocidades contra aqueles indefesos aborígenes que só contavam com o paternal amparo e o abnegado apóstolo.

Era mau vespo dos colonos, insinuarem-se nas missões dos jesuítas, sob a especiosa alegação de promoverem a colonização para remediar sua pobreza por meios lícitos e transformá-los depois, em atentados criminosos contra os índios, conforme lhes inspiravam a cobiça e a luxúria.

Tão obstinados e cegos de paixão estavam os comandados de Garcia D’Ávila, que não se pejaram de, na denúncia que fizeram de Gaspar Lourenço à Câmara da Bahia, confessarem o despeito que lhes ia nas almas avaras, de não poderem enriquecer-se impudentemente, à custa da escravização dos índios, escrevendo nas várias cartas aos camaristas essa sentida queixa: “vós outros sois causa, por que nós outros somos pobres”, porquanto “que os padres eram impedimento que os escravos não voltassem aos seus senhores”.

Os pretensos escravos desses brancos têm sua história, segundo Anchieta nos conta: “No ano de 1568, na semana santa, se levantou alguma da escravaria dos portugueses, a saber, de Jacacé, Parnamirim e outras fazendas, fugindo para o sertão, na qual fugida mataram alguns portugueses, pondo fogo a algumas fazendas, roubando o que podiam. Eram estes escravos daquele gentio, que os portugueses houveram no tempo da fome, e daquela doença grande que veio, assim das nossas igrejas, e da sua comarca e do Rio Real, como acima vai dito, ilicitamente

resgatados, os quais, depois que souberam, que cousa é ser escravo, pelo terem bem experimentado em si, vendo que já não tinham nenhum remédio imaginaram, que lhes vinham falar um santo, o qual lhes mandava, que se fossem para suas terras, e com isto se levantaram, como tenho dito.

Os que de toda esta gente se puderam salvar dos portugueses e índios das igrejas dos Padres, que foram após eles, tomaram muitos, se foram meter com o gentio do Rio Real por serem dali naturais; e sendo isto na era de 1568, estiveram seis ou sete anos sem seus senhores os irem buscar, nem pedirem aos governadores lhes dessem licença para isso, nem os quererem haver por guerra nem por paz; e indo o Padre Gaspar Lourenço fazer aquelas três igrejas, como fica dito, achou lá estes escravos, e vendo seus senhores que a terra estava de paz com a entrada do Padre nela, começaram a resolver os índios, assim forros como os escravos”.(182)

A recapturação desses índios à força, não era empresa fácil aos reinos, por muito dispendiosa e arriscada, sem a ajuda oficial do governo, por isso que seus antigos senhores mostraram-se desinteressados deles durante tantos anos.

Essa foi a ocasião que acharam oportuna os que tinham escravos foragidos, para reavê-los. Com seus queixumes, insinuaram à Câmara da Bahia que o único meio de os favorecer em seu enriquecimento ominoso era obter-se o afastamento dos missionários do Rio Real e para ter-se matéria que justificasse essa medida trataram de “escrever ao Governador muitas coisas contra os padres que não cabiam neles”, além do que escreveram aos camaristas.

Tão graves e impressionantes eram aquelas acusações e “deu-se a isto tanto crédito que não faltou quem dissesse que enviasse logo a chamar o Padre Gaspar Lourenço, porque havia coisas porcas, que ele merecia ser cozido em uma caldeira”.

O Provincial dos Jesuítas, Pe. Inácio Tolosa, porque bem conhecia as virtudes do Pe. Lourenço, de há vários anos provadas no labor da seara evangélica, sem que nenhuma mácula, a mais mínima que fosse, lhe afeiasse a honra da fé de ofício, nem a vida exemplar que levava, não se mostrou escandalizado com aquelas nefandas invencionices. Pelo contrário, percebendo claramente as manhas com que “o demônio não desejava outra coisa senão ver os padres fora” daquelas missões, respondeu aos acusadores do Pe. Lourenço, “dizendo que costumava sempre dar uma orelha aos padres”, portanto, que mandaria pres-tes o austero Pe. Luís da Grã para ajudar aquela cristandade com a incumbência também de apurar a verdade sobre o que se passava no Rio Real. Mas com tudo isto como a obra é de Deus, confiança tínhamos que nos defendesse”, afiançou o Pe. Provincial. Levou o Pe. Grã por companheiro o Irmão Francisco Pinto, que era “língua”. Procedido o inquérito em S. Tomé, escreveu o Pe. Luís da Grã ao Pe. Tolosa estas palavras no seu relatório: “Todos certificam o contrário do que se escreveu do Pe. Gaspar Lourenço”. Contudo, comentou alguém, o Pe. Luís da Grã teria encontrado, lamentavelmente, algo que requeria reforma urgente na vida do primeiro apóstolo de Sergipe e que havia escapado aos olhares maliciosos de seus caluniadores: era a reforma de seus sapatos rotos, de sua sotaina em farrapos, de sua pobreza comovedora e de sua saúde sacrificada pelo excesso de trabalho em bem das almas do gentio.

Achava-se já o Provincial inteirado das falsidades arguidas contra o Pe. Gaspar Lourenço, quando a Câmara da Bahia dirigiu-se incorporada ao Pe. Tolosa, apresentando-lhe as queixas que havia contra os catequistas das missões do Real, alegando que, lá, “os padres impediam as coisas do serviço de Deus”, ao tempo em que impunham ao Provincial “que pusesse remédio a isto”.

Os nobres membros do Senado da Câmara da Bahia, tão zelosos se mostraram do serviço de Deus que, ameaçando o Provincial, deram a entender que dariam guerra àquela terra e que ia pôr os padres em perigo de vida”. Aliás, isto não constituía novidade na história da catequese brasileira, “porque onde quer que os Padres foram pregar a lei de Deus entre o gentio, assim nesta Bahia, como nas capitanias onde o houve, tiveram contra si os portugueses”.(183)

Não foi difícil ao Pe. Tolosa revelar aos Camaristas a má-fé dos caluniadores do Pe. Lourenço, à vista dos documentos que tinha em mãos, resultantes do inquérito que mandara proceder a respeito, pelo Pe. Grã, podendo, assim, desassombradamente, relatar o Provincial: “claramente mostrei-lhes que o que haviam escrito era falso”. Ao chegar nas missões do Rio Real, “viu logo o Pe. Grã o nenhum fundamento das acusações e não só não retirou os Jesuítas das Aldeias, mas, de tal maneira, informou, à sua volta, o Provincial que este enviou-lhes novo reforço com o Pe. João Pereira e o Irmão Pero Leitão”.(184)

Ficaram residindo em S. Tomé o Pe. Pereira com o Irmão Salônio e em Santo Inácio, Aldeia de Surubi, com o Irmão Leitão, o Pe. Gaspar Lourenço que também atendia a igreja de S. Paulo na Aldeia de Serigi. Antes disso, a “estas três igrejas andava o Padre (Gaspar Lourenço) visitando com muita consolação e quietação dos índios, até que Nosso Senhor desse outro remédio” (Anch. p. 372)*, como efetivamente deu com a chegada de mais dois colegas. Em consequência, a figura impoluta do digno missionário Pe. Gaspar Lourenço salientou-se mais brilhante aos olhos de seus superiores e confrades da Companhia,

* Nota do editor: Neste trecho, o autor utiliza uma forma distinta de citação do autor entre parênteses. Optou-se por preservar essa variação, por corresponder ao modo de referência empregado no texto original.

além de confirmada ante os indígenas e os próprios colonos, a fama que lhe competia, gloriosamente, de “Paí dos índios”, nobre título com que a figura inexcelsível desse apóstolo avultou-se engrandecida na história da catequese e da civilização brasileira.

O Governador Luís de Brito, de certo modo, contribuiu para fomentar a audácia dos pérfidos acusadores do Pe. Lourenço, acreditando neles que ousaram desmentir o Padre quanto a uma informação que dera sobre as terras daquela região em que o Governador pretendia demarcar uma sesmaria com que El-Rei D. Sebastião o amerceara, ao mandá-lo para o Brasil, por uma “doação de 12 léguas de terra nas ditas partes do Brasil, ao longo da costa dela, onde as ele Luís de Brito nomear e declarar que as quer, assim e da maneira que as têm os Capitães das Capitánias das ditas partes e isto não sendo terras de que tenha feito mercê a outra alguma pessoa, a qual mercê lh’a aí faço deste dia para todo o sempre para ele e seus filhos e herdeiros e sucessores”.(185)

Quando o Pe. Gaspar Lourenço seguiu para o Rio Real, “levava encomendado do Governador, que lhe escrevesse que terra era aquela, o Padre lhe escreveu na verdade, porque tudo era areais e terra inútil, porque os índios que nela residiam, estavam no sertão, mas como os portugueses tinham outro intento, escreveram o contrário do que o Padre escrevia, que começou alvoroçar o ânimo de muitos que dali esperavam seu proveito. Entravam nisto alguns homens que lá tinham escravos fugidos”...(186)

No *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, vem confirmada a informação que o Pe. Gaspar Lourenço havia dado, lealmente, ao Governador sobre a qualidade dessas terras: “Da ponta de Sto. Antônio para o Norte a treze léguas está a torre

de Garcia D'Ávila, e toda aquela costa é de areais brancos a que chamam de lençóis; tem algumas malhas de terras boas para currais de gados e para mantimentos desta torre; até o rio Real toda a terra é fraca, tirado o rio Itapicuru”(187). Deste rio, ao longo da costa, até o Vaa-Barris, estendem-se “desmedidos areais sem o mais exíguo regato”, como modernamente descreve Euclides da Cunha.(188)

Todavia, o Governador, não satisfeito com a informação objetiva do Pe. Gaspar Lourenço, preferiu dar ouvidos aos interessados em pintar-lhe uma Canaã naquela região e, enfim, cedendo à pressão dos colonos e contrariando os conselhos dos missionários, “o Governador Luís de Brito quis ir ver com grande aparato de guerra, umas dez léguas de terra que lá tinha”, pondo-se assim, imprudentemente, a caminho de S. Tomé, quando os índios já se achavam novamente de paz, quietos e desfeitas aquelas intrigas.(189)

O pretexto com que alardearam essa expedição “foi quere-rem os portugueses ir dar guerra a um principal que estava no sertão, que chamavam Aperipê, e segundo se entendeu depois, mais foi esta guerra com desejo de resolver os que estavam de paz para que mais facilmente houvessem escravo, que por outro respeito”.(190)

O Governador interessado em localizar sua sesmaria e a Câmara da Bahia em atender aos apelos de seus apaniguados, queixosos de serem pobres porque o Padre Gaspar Lourenço não lhes permitia escravizar os índios do Real ao Serigi, encontraram meio fácil de entenderem-se para decretar uma guerra justa contra o Cacique Aperipê. Em vão os Padres ponderaram ao Governador a inconveniência dessa atitude, visto que aqueles índios “estavam quietos e se aparelhavam para serem cristãos. Confiados no amparo das igrejas, que tinham, e que,

com isso, ficava a costa segura para irem e virem por terra da Baía para Pernambuco, porque tinham já feito pazes com outras trinta Aldeias do Cerigi, e que, se fosse daquela maneira, haviam de fugir com medo ...” (191)

Quanto mais se aproximavam as forças comandadas pelo próprio Governador Luís de Brito, tanto maiores desconfianças convulsionavam as Aldeias que o Pe. Lourenço havia ajuntado com tanto labor e sacrifício. E indo os da guerra já de caminho, mandaram quatro índios das igrejas dos Padres (das Aldeias da Bahia) que fossem diante às aldeias apelidar* gente. Os índios do Serigi, como estavam já pervertidos com as palavras do mameluco, as quais viam ser verdadeiras, cuidaram que aqueles quatro índios iam por espias e mataram logo dois deles e esta foi a ocasião de todas aquelas 28 aldeias se levantarem, tendo custado muito trabalho ao Padre Gaspar Lourenço fazer aquelas pazes, porque todos tiveram para si, que os portugueses iam à guerra a eles, e não a Aperipê, não sem causa suspeitaram isto, pois o mameluco lhes o tinha dito.

Depois disto, como o Demônio não cessava de buscar manhas para destruir aquela obra, que se ali começava a fazer nas almas do gentio daquelas igrejas, tornou-as a cometer mais abertamente e nasceu também doutros mamelucos, os quais, sabendo que o Governador estava de caminho para ir à guerra ao Aperipê, lhes foram persuadir que a guerra era contra eles, porque os portugueses vinham buscar escravos; e que o Padre lhes não havia de valer que não tinha armas, nem tinha ninguém de sua parte, e que se aparelhassem que não havia o Governador

* Nota do editor: O verbo *apelidar* significa atribuir a alguém um apelido ou alcunha. Em usos antigos da língua, o termo também pode aparecer com o sentido de chamar ou convocar, relacionado etimologicamente ao latim *appellitare*, derivado de *appellare* (“chamar”, “nomear”). Entre seus sinônimos encontram-se *alcunhar*, *cognominar*, *denominar* e *intitular*.

de tardar muito. A isto se ajuntaram feros*, que lhes faziam alguns portugueses, que andavam entre eles daqueles que estavam na barra do rio, dizendo: “Vivam nossos parentes e nós nos vingaremos”. Subitamente se alvoroçou toda aquela gente de S. Tomé e andava tão revolta que parecia andar o Demônio entre eles. Pregavam pelas ruas: vamo-nos, vamo-nos antes que venham estes portugueses. Vendo o Pe. Gaspar Lourenço tal alvoroço, fê-los ajuntar, falando com eles, dando-lhes a entender quão mal faziam em deixar a igreja por mentiras que lhes diziam, e eles chorando respondiam: “Não fugimos da igreja nem de tua companhia, porque se tu quiseses ir conosco, viveremos contigo no meio desses matos ou sertão, que bem vemos que a lei de Deus é boa, mas estes portugueses não nos deixam estar quietos e se tu vês que tão poucos que aqui andam entre nós tomam nossos irmãos, que podemos esperar, quando os mais virem, senão que a nós e as mulheres e filhos farão escravos?” mostrando alguns deles os pingos** e açoites que em casa dos portugueses tinham recebido, e isto diziam com muitas lágrimas e sentimento”.

Contudo, o Pe. Lourenço conseguiu restabelecer mais outra vez a calma em S. Tomé, aconselhando e consolando os índios. Mas, “estando eles desta maneira mui quietos, foi um mameluco à aldeia de Surubi, que era de Sto. Inácio e tomou uma índia,

* Nota do editor: O adjetivo *feros* pode significar “ferozes”, “selvagens”, “cruéis” ou “violentos”, sendo empregado para descrever animais, ventos ou comportamentos impetuosos. Em registros do português arcaico e do galego, contudo, o termo também pode referir-se a angústias, aflições, penas ou tormentos. No contexto do texto, o vocábulo parece aproximar-se deste segundo sentido.

** Nota do editor: O termo *pingos* aparece aqui em sentido figurado, comum no português antigo, designando pequenas manifestações, sinais ou ocorrências que se repetem gradualmente, por analogia às gotas que caem uma a uma. No contexto do texto, a palavra parece indicar atos ou ocorrências sucessivas de pequena intensidade, que, pela repetição, acabam produzindo efeito mais amplo.

mulher de um principal, que diziam ser escrava de um português e levou-a escondidamente; logo se levantou toda aquela aldeia dizendo: Vamo-nos todos e não esperemos mais, se um mameluco tem poder para nos fazer isto dentro em nossas casas, que fará o governador, quando vier”?

Diante disto, atemorizado com a aproximação do Governador e de seu exército, “o qual já a êste tempo estava muito perto, foi-se este principal com sua gente para outro lugar mais dentro do sertão, por onde alguns queriam dizer não irem fugidos, mas que se afastavam até ver a chegada do Governador para ver como se havia com eles, porque além disto acontecer, tinha este Surubi mortos alguns portugueses, mas em sua defesa, em tempo que os iam saltar... e temia-se ainda, porque depois que tinha igreja, não tratara ainda com portugueses, posto que já tinha mandado um seu irmão a visitar o Governador e a confirmar a paz que o Padre tinha feito”. (192)

Pela narração de Anchieta, infere-se que, nessa ocasião em que o mameluco levou a mulher de um principal, talvez a do próprio Surubi, e em que o Cacique de Sto. Inácio ausentara-se cautelosamente, com sua gente para o sertão, o Pe. Gaspar Lourenço se encontrava em S. Tomé, onde teve de acalmar seus moradores, que se alvoroçaram com os boatos nascidos com a marcha do Governador sobre o Rio Real. Foi nessa ocasião que antigos escravos mostraram ao Pe. Gaspar os pingos e açoites que receberam outrora em casa de seus senhores. Parece equivocar-se Sachino quando diz que esta passagem se dera com Luís da Grã. Decerto, sabendo-se naquelas aldeias que o Governador “já a esse tempo estava muito perto”, o Pe. Gaspar Lourenço teria ido de Sto. Inácio, onde então residindo, para S. Tomé, a fim de homenagear a maior autoridade política do norte da Colônia, como era de seu dever e ao mesmo tempo

interpor meios de minorar os males que antevia cairem sobre aquelas aldeias com a inoportuna visita.

Afinal, Luís de Brito, que partira da Bahia a 25 de Novembro de 1575, acompanhado de muitos portugueses, índios escravos e das aldeias da Bahia, requisitados a contragosto dos Jesuítas, chegava ao acampamento da foz do Rio Real a 18 de Dezembro. Três dias depois, a 21, dia do Apóstolo S. Tomé, na Aldeia do mesmo nome, o Governador com sua tropa assistiram a missa que celebrou o Pe. João Pereira, então novo Director dessa Aldeia, tendo nessa ocasião muita gente comungado. Fez-se também uma procissão rogatória no mesmo dia. (193)

Porque Surubi se retirara de sua Aldeia de Sto. Inácio para o sertão, receoso das intenções dos colonos, baseado nas amargas experiências que deles tinha, interpretaram seu gesto como sinal de inimizade e, por isso, no dia 22 de Dezembro, o Governador “mandou logo após êle gente de guerra, o qual acharam com sua gente em um mato assentado e sentindo ele que os portugueses iam em sua busca, fez cerca de ramos, que eles costumam fazer, quando andou por terras de contrários: houve alguma escaramuça de flechas e ali foi morto por desastre o Surubi com pelouro de uma espingarda”. (194)

Assim, tragicamente, o famoso cacique do Vaza-Barris, lutando pela sua liberdade e de sua gente, finou-se persuadido, certamente, de que tinha razão em não confiar naqueles homens.

A sorte de seu povo foi dura e cruel, com a rendição de seus companheiros às mãos de seus inimigos, “ainda que não faltam homens de boas consciências, que digam que os tais se entregaram debaixo da palavra do capitão, dizendo que se entregassem por paz e que os trariam para as igrejas, não lhes nomeando serem escravos e com isto se entregaram, por onde os trouxeram todos cativos e chegando à igreja de S. Tomé o Governador fez

cárcere dela, em que mandou recolher toda aquela gente que traziam dali serem repartidos guardando-os sempre sem o Padre (Gaspar Lourenço) lhe o poder impedir; e tal ficou a igreja depois, que para nela dizerem missa foi necessário cavá-la um palmo, tirar o mau cheiro e sujidade dela”. (195)

As hostes de Luís de Brito, com baixa de dois escravos apenas (196), completaram sua malsinada vitória sobre Surubi, “queimando-lhe as aldeias, matando e cativando a muitas. E, porque outro chamado Aperipê fugiu com sua gente, o seguiu 50 léguas pelo sertão sem lhe poder dar alcance” (197). Destarte, Aperipê conseguiu escapar com vida e com a liberdade garantidas. Quero crer que o mesmo tivesse acontecido a Serigi, ao contrário do que afirma Porto Seguro (198), porquanto as crônicas dos antigos não o mencionam entre os mortos em tais sucessos, nem mesmo entre os prisioneiros, e Anchieta, escrevendo em 1583 que “os índios de Cerigi ficaram de guerra até agora”, dá lugar a presumir-se a sobrevivência dele, com liberdade.

Partilhado o produto dessa caçada humana em S. Tomé, retornou o Governador para seu palácio em Salvador, tendo deixado ordens ao Pe. Gaspar Lourenço para levar os índios das Aldeias de S. Tomé e de Nossa Senhora e distribuí-los entre as igrejas dirigidas, pelos Jesuítas ao norte da Bahia.

Embora a guerra fosse levada contra Surubi e Aperipê, contudo, “não se podem dizer os agravos e medos que foram feitos aos índios de S. Tomé e de Nossa Senhora da Esperança em todo o tempo que o governador e mais portugueses ali estiveram, porque não ficou mantimento nem legumes, nem galinha, nem coisa alguma que não destruíssem, até lhes tomarem suas contas que é toda sua riqueza, nem lhes ficava machado nem foice, que lhes não tornassem”. (199)

Tal foi o vandalismo com que os civilizados trataram aque-

les infelizes aborígenes que tão cruamente pagaram o crime de confiar neles, supondo-os amigos que lhes traziam a paz. Bem se vê que tanto a guerra contra Surubi, como a contra Aperipê, não passavam de um pretexto ridículo para em vão coonestar a cobiça dos colonos gananciosos, sob a especiosa declaração de guerra justa, por isso que “no Reino foi julgada esta guerra por injusta e que pusessem em liberdade os cativos”. (200)

Consumada a destruição das missões do Rio Real ao rio Sergipe, iniciadas e incrementadas sob os melhores augúrios, à custa de tamanhos sacrifícios do Pe. Gaspar Lourenço, que acabava de sofrer, assim, o mais rude golpe de sua vida missionária, nesse calvário de dor, vendo seus filhos espirituais arrastados pelo cativoiro, quando não libertados pela mão da morte, arrasadas suas aldeias, demolidas suas igrejas, deixaram apenas um deserto encharcado de sangue e juncado de cadáveres à flor da terra, daqueles mártires da incompreensão de seus algozes.

Não se tem ao certo o número dos que foram escravizados. “Da parte do Governador, censura Felisbelo Freire, devera haver mais tino, para não consentir na precipitação de uma tentativa que levada a jeito, não teria inutilizado o trabalho de pacificação, já tão bem incetado pelos religiosos, podendo alcançar a conquista, sem as cenas de carnificina que selaram esse feito de Luís de Brito”. (201)

Nada mais restava daquelas missões senão a dolorosa recordação que ficava com os da Aldeia do Sirigi e a angustiante expectativa das 1.200 almas que o Pe. Gaspar Lourenço conduzia para as igrejas da Bahia, além de um espectro assombroso cobrindo em epitáfio o rescaldo das ruínas fumegantes do Vaza-Barris, cujas águas de sangue e cinzas pareciam murmurar:

Ó glória de matar, cruel, brutal, ferina!
De sangue, ó sede atroz, que não há lei que dome!
Sede malditos vós, das vítimas em nome,
Ante o estúpido horror desta carnificina!

Como se deu o êxodo dos que partiram forçados, das suas para estranhas terras, registrou o Pe. Tolosa em carta de 31 de Agosto de 1576, que o Pe. Serafim Leite, recentemente, descobriu nos arquivos inéditos da Companhia: “... Depois que o Governador foi dar guerra naquelas partes, se desfizeram as três igrejas, que estavam edificadas, e... Trouxeram os Padres a gente das duas Aldeias de Nossa Senhora da Graça e de S. Tomé, para as Aldeias da Bahia, que seriam, por todas, mil e duzentas almas pouco mais ou menos. Uma destas Aldeias se assentou na Aldeia de Santiago, outra na do Espírito Santo. Os trabalhos que com eles passaram no caminho foram muito grandes. Vinham em sua companhia o Pe. Gaspar Lourenço e o Pe. João Pereira com dois Irmãos (Pero Leitão e João Salônio); e era-lhes necessário não se separar um momento desses, porque diante dos seus olhos os tomavam os brancos e amarravam e escondiam pelos matos, para servir-se deles como de escravos. Outros queriam voltar com o trabalho do caminho e falta de mantimentos, mas os Padres a todos animavam e consolavam e proviam do sustento.

Pelo caminho, os pais e mães traziam os filhos às costas, os novos traziam os velhos, e isto por espaço de 50 léguas. Uma destas era cega velha de mais de 100 anos, consumida já de velhice, que não podia já ter-se nos pés, que parece não vinha mais que a ser batizada. Ela, vendo o trabalho, que dava aos Padres no caminho, dizia ao Pe. Gaspar Lourenço: deixe-me aqui acabar nestes caminhos. Mas o Padre dizia-lhe que não a havia de deixar, ainda que fosse necessário trazê-la às costas”. (202)

Nessa atribulada jornada, o Pe. Gaspar Lourenço viu-se obrigado a tresdobrar sua vigilância sobre os ardilosos reinos que regressavam juntamente com os desterrados, pois “alguns portugueses se deixavam ficar pelo caminho e amarravam alguns índios dos ditos, porque o Padre ora vinha atrás, ora adiante, por acudir a todas as partes, e chegou a coisa a tanto que os índios, vendo-se tão perseguidos, amarraram um português e o tiveram desta maneira até que o Padre chegou e mandou desamarrar; nem isto bastava para terem algum comedimento”. (203)

Nas Aldeias da Bahia foram os exilados, acolhidos pelos índios cristãos que lá residiam, com a maior cordialidade, sendo muito deles inimigos de outrora, agora confraternizados nessa amarga contingência “sem nenhum sinal de ódio, antes aqueles que não tinham hóspedes se queixaram aos Padres, tanto era o desejo, que tinham, de tratar de caridade com eles”. (204)

Para exacerbação do infortúnio, grande parte daqueles índios morreram em breve na Bahia, vitimados por doenças epidêmicas, sarampão e varíola. E nada mais ficou digna de memória, senão aquela odisseia de caridade, de que deram tio alto exemplo os Padres e índios cristãos”. (205)

Anchieta conclui neste laconismo que traduz o grande pesar que lhe ia na alma de Apóstolo dos índios do Brasil, ao evocar essa triste história: “e nisto parou aquela grande conversão, que se aparelhava naquela terra, e os índios de Cerigi ficaram de guerra até agora”. (206)

De nada aproveitou a Coroa, nem muito menos a Colônia, com a lamentável imprudência do Governador Luís de Brito e Almeida, cujo “resultado foi negativo, pois somente anos mais tarde pôde se estender a colonização para Sergipe” (207), conforme sentença Capistrano de Abreu. “Os portugueses foram causa daquilo não ir por diante, e da guerra que se fez; porque

pretendendo seu interesse, que são escravos, com enganos resolveram tudo”. (208)

Todavia, sirva-nos de consolo a certeza de que a convivência benéfica, verdadeiramente amiga e paternal do Pe. Gaspar Lourenço, durante quase um ano, com aqueles aborígenes, causou-lhes tão profunda impressão que, “não obstante a contrariedade de 1576, o prestígio dos Padres, perante os índios, permaneceu intacto”, e perenemente abençoado o nome do Primeiro Apóstolo de Sergipe. (209)



CAPÍTULO VII

PERTRANSIIT BENEFACIENDO*

Depois dos sucessos do Rio Real, o Pe. Gaspar Lourenço passou a exercer suas atividades nas Aldeias da Bahia, certamente com residência na sua igreja de Sto. Antônio, a que dirigia com seu conhecido zelo, antes de ir para as missões do território sergipano. As antigas crônicas escasseiam em informações sobre os derradeiros anos da frutuosa existência do operoso missionário, mas, bem se pode ver ainda que o lutador não desanimara de fazer o bem, ante os rudes golpes das adversidades que sofrera naquela empresa.

Às Aldeias da Bahia, para onde foram levados os índios do Rio Real, diz Anchieta, “vieram duas grandes doenças, bexigas e sarampão”, de tal forma que .as despovoaram quase totalmente, e para não registrar-se um hiato na catequese e na civilização dos silvícolas, urgia refazerem-se aquelas povoações, “as quais já de todo foram acabadas, se os Padres não andaram sobre elas, porque por algumas vezes com parecer dos governadores mandaram os Padres índios das igrejas, e foram eles em pessoa ao sertão a descer gente para as fornecer, por se não acabar o gentio delas, como foi na era de 1562. Veio *Morrangão* ** e outros principais para as igrejas; depois disto foi o Pa-

* Nota do editor: *Pertransiit benefaciendo* é uma expressão latina de tradição cristã que significa “passou fazendo o bem”, frequentemente empregada para caracterizar a vida de figuras consideradas exemplares ou virtuosas.

** Nota do editor: A personagem *Mirangaoba* aparece nas fontes quinhentistas sob diferentes grafias, como *Miranga* (Varnhagen, 1877), *Mirãgaoba* ou *Mirangaoba* (Nóbrega, 1886) e *Morrangao* (Anchieta, 1933), o que evidencia a instabilidade na transcrição de nomes indígenas nas fontes coloniais. A referência mais antiga conhecida data de carta de 1559, na qual é mencionada como obstáculo à missão. Na tradição historiográfica e missionária, sua figura

dre Gaspar Lourenço ao Orobó, e trouxe outro golpe de gente; depois disso foi o Padre Diogo Nunes à serra do Rari e desceu também gente, a qual toda se desceu sem ajuda dos portugueses, nem para isso darem nenhum favor para sua despesa, mas antes sempre foram contra isto”. (210)

A entrada do Pe. Gaspar Lourenço pelo sertão do Oeste da Bahia até o Orobó deu-se “por volta de 1576”. (211)

Os colonos se opunham à ida dos Padres a buscar gente naqueles sertões, porque desta forma viam limitadas as possibilidades de terem escravos, porquanto entrando 250 a 300 léguas enganavam os índios convidando-os para virem residir com eles junto do mar, tão livres quanto o eram em suas terras, mas, na verdade, ao chegar nas fazendas os repartiam entre si, levando uns e vendendo os demais: “outros portugueses no sertão abalam os índios, dizendo que os trazem para as igrejas dos Padres e com isto se abalam de suas terras, porque já sabem por todo o sertão, que somente gente que está nas igrejas, onde os Padres residem, tem liberdade, que toda a mais é cativa e chegou a coisa a tanto que um português, indo ao sertão buscar gente, fez a coroa como clérigo, e com isto dizia que era Padre que os ia buscar para as igrejas.

Acertou isto de ser em tempo que o Padre Gaspar Lourenço ia ao sertão e encontrou esta gente no caminho e quando ouviram dizer que ia o Padre, disseram: “Como pode ser que este que nos traz diz que é Padre e por isso nós viemos com ele?”. E o português que trazia a coroa se escondeu por não querer que o Padre o visse”. (212)

tende a ser construída como a de um chefe indígena inicialmente resistente, posteriormente disciplinado e integrado à nova ordem colonial, assumindo papel paradigmático no processo de conversão.

Tal era a força moral com que o virtuoso sacerdote se impunha a todos, que o farsante não ousou apresentar-se às suas vistas.

Cumpre-nos, agora, relatar do nosso prestantíssimo, heroico e fervoroso missionário, a narrativa que o cronista Pe. Simão de Vasconcelos recolheu como um dos milagres atribuídos ao Venerável Pe. José Anchieta, antigo mestre do Pe. Gaspar Lourenço no Colégio de Piratininga, e agora seu Provincial na Bahia. O caso ter-se-ia verificado entre os anos de 1578 a 1581.

“Por este tempo partiram desta cidade da Bahia, para o distrito de uma nossa aldeia, chamada do Espírito Santo, a certas diligências d’El-Rei, o governador Lourenço da Veiga, ouvidor, provedor da fazenda e mais oficiais: houveram de partir junto com eles o padre José, provincial, os padres Vicente Rodrigues e Gaspar Lourenço; eis que chegados ao rio que chamam de Joanes, acharam que ia temeroso com águas do sertão; e, enquanto passavam devagar por ponte de varas, mal segura, iam os índios levando os cavalos a nado pelas rédeas; porém o cavalo do Governador, que era brioso e de preço, no meio do rio fez tais bravezas que foi forçado o índio largar-lhe a rédea e foi com esta embarçar-se na rama de uma árvore, que estava caída sobre as águas, de maneira que o cavalo se ia afogando à vista de todos, não ousando alguém acudir-lhe. Ia o Padre José neste comenos no meio da ponte, com o Governador, e daí disse ao Pe. Gaspar Lourenço, que vinha atrás: Padre Gaspar, bote-se ao rio e vá livrar aquele cavalo. O mesmo foi dizer que lançar-se o verdadeiro obediente da ponte abaixo, vestido como estava, com cujo peso se foi ao fundo, porém em breve foi surgir onde estava o cavalo lidando com a morte, desembarçou-lhe o freio e levou-o livre ao Governador”.

É de notar-se que gestos de abnegação como este em que o Pe. Gaspar Lourenço apresenta-se como instrumento providen-

cial, em horas difíceis e perigosas são frequentes em sua vida constantemente prevenida para socorrer os aflitos, até mesmo os brutos, como nessa ocasião.

O Pe. Grã fora salvo do arrastão das ondas certa vez, por ele, quando regressavam das missões em Ilhéus. Nada haverá de extraordinário, portanto, nessa prosa do Rio Joanes, já que era ele exímio nadador.

Porém, continua Simão de Vasconcelos, “admirou o caso a todos, mas viram logo juntamente outro portentoso; porque, mandando o Governador aos criados que preparassem vestido ao Padre para se mudar, respondeu José: não é necessário, que o Padre não vem molhado; este foi o maior espanto da gente, porque viram diante de seus olhos andar o Padre por baixo das águas e não criam que pudesse ser sem se molhar, mas fizeram experiência, acharam ser verdade, com pasmo de todos”. (213)

Milagre ou não, lenda ou fato verídico, pouco importa; o certo é que da narrativa bem se depreende o espírito de perfeita obediência do Pe. Gaspar Lourenço às ordens de seus superiores hierárquicos, como convém a um exemplar religioso, cumpridas pronta e fielmente, de modo a não se saber, se milagre houvesse nesse caso, a quem atribuí-lo com certeza, se ao mestre ou ao discípulo, se ao diretor ou ao dirigido, se a José ou a Gaspar.

Os dois beneméritos sacerdotes jesuítas da catequese do Brasil quinhentista confundem-se nos mesmos caminhos das virtudes evangélicas, em busca de sua perfeição espiritual, da salvação das próprias almas e das do próximo. Ao nosso “bom Pe. Lourenço”, seu necrológio, constante dos Arquivos da Companhia de Jesus, enaltece “como homem de exemplar virtude, indefesso trabalhador, “apóstolo dos índios”, “príncipe da língua brasileira”. (214)

Em 1581, com 45 anos de idade, 28 de Companhia, 21 de sacerdócio e 31 de residência no Brasil, sob o provincialato do Pe. José de Anchieta, em uma Aldeia da Bahia, provavelmente a de Sto. Antônio, minado pela tuberculose, passara-se desta para melhor vida, adormecendo tranquilo como um bom, um justo, um santo, no seio de Deus, entre as lágrimas e saudades de seus filhos muito amados, os índios, de quem foi Apóstolo, Amigo e Pai carinhoso, “consumido de certo, diz Felte Bezerra, não sem fundamento, por sua “dedicação à causa da catequese em nosso território. É, por tanto mérito, um nome especialmente grato a Sergipe”. (215)

Na então recém-nascida terra brasileira, “que, feliz e risosinha, acolhera criança ainda, deixou os mais vivos lampejos de sua passagem, com o grande bem que fez à nova pátria de adoção e à sua gente, colaborando eficazmente com seus gloriosos confrades na edificação dos sólidos fundamentos da civilização cristã em que se ergue a grandeza do Brasil contemporâneo.

Viveu fazendo bem *Pertransiit benefaciendo* (216) o Padre Gaspar Lourenço, “Pai dos índios, rio de eloquência brasileira, cujos ecos soaram ainda por muitos anos depois de sua morte, nos sertões e brenhas mais remontadas” (217) da pátria brasileira e da terra sergipana que, por seus filhos gratíssimos, cultivam-lhe a memória inolvidável, bendizendo-lhe o nome venerando. “A boa vida tem um certo número de dias, mas o bom nome permanecerá para sempre” (218).

Nova Odessa, dia do IV.º Centenário da Festa do Catecumenado no Campo de Piratininga, 29 de Agosto de 1953.

Pe. Aurélio Vasconcelos de Almeida

NOTAS

CAPÍTULO I

1. Frei L. de Souza, *Vida de F. Bertolameu dos Mártires...* 1º Vol. p. 94.
2. Acioli-Amaral, *Memórias...* I, p. 261
3. Idem, p. 262
4. Idem, p. 263
5. Idem, p. 268
6. Idem, p. 263
7. Nóbrega, C. B. p. 75
8. Idem, p. 71
9. Idem, p. 72
10. Idem, p. 72
11. Idem, p. 74
12. Idem. p. 78
13. Idem, p. 75
14. Idem, p. 81
15. Idem, p. 77
16. Idem, p. 83
17. Idem p. 82
18. Acioli-Amaral, *Memórias...* I, p. 269
19. Idem, p. 219
20. Nóbrega, C. B., p. 81
21. A odisseia desses franciscanos, acaba ele ser minuciosamente estudada por Frei Odulfo Van der Vat, O.F.M., no capítulo III de *Princípios*

da Igreja no Brasil, de sua autoria. *Mbiazá, Biazá* ou *Ibiçá*, hoje Massiambu, fica a 14 léguas da Ilha de Sta. Catarina, primitivamente, Porto dos Patos. Por volta de 1515, de um naufrágio, salvaram-se 11 espanhóis nas proximidades de Florianópolis. “A maior parte desses cristãos radicou-se à ilha de Meimbiipe (S. Catarina) ou nas suas redondezas, casando com índias guaranis e dando origem a uma nova sub-raça, conhecida pelos silvícolas pelo apelido de Carijó (*Carai-foc*), que significa arrancado do branco, mestiço”. (Boîteux, *Hist. de Sta. Catarina*).

22. Nóbrega, C. B. p. 82
23. Idem, p. 82
24. Idem, p. 98
25. Frei Gaspar, Memórias. . . p. 190
26. Av. p. 52
27. Idem, p. 81
28. Nóbrega, C. B., p. 139
29. O. Lima, *Aspectos da história...* p. 48. Quanto ao método educativo empregado pelos Jesuítas na catequese do Brasil, vale recordar o que disse Theodoro Sampaio: “Por muito tempo viveram os Padres e os seus índios separados dos Portugueses. E assim era preciso para que a sementeira do Evangelho se não perdesse com o degradante proceder e triste exemplo dos maus cristãos. Critiquem, embora os sábios e liberais de gabinete a prudentíssima deliberação dos religiosos condenem o seu sistema, à luz da moderna ciência, o caso é que se quiserem, ainda hoje catequizar os índios, hão de fazê-lo como eles os religiosos, outrora o fizeram; senão, não. O abandono dos indígenas, e a sua volta à vida selvagem, depois do desaparecimento dos jesuítas, é a melhor prova de quanto valiam aqueles padres como civilizadores”. Apud. A. E. Tauny, *S. Paulo no Século XVI* - p. 34.

CAPÍTULO II

30. Nóbrega, C. B. - p. 106
31. Leite, N. Cartas ... p. 103
32. Nóbrega, C. B., p. 106
33. Idem, p. 106
34. Idem, p. 106
35. Idem, p. 107
36. Idem, p. 106 - Vale Cabral e Serafim Leite (*Hist.* I, p. 252) dão os, “dez ou doze” como meninos, mas, creio tratar-se de Carijós, postos em liberdade, conforme palavras de Nóbrega, aqui citadas sob o número 22. Ademais, indo para uma região desconhecida, cujas dificuldades locais eram imprevisíveis, não é crível que Leonardo Nunes já levasse crianças consigo para S. Vicente, quando Nóbrega e o Governador se empenhavam na urgente libertação daqueles Carijós.
37. L. Nunes, Av. p. 57. Esta carta é datada de 24 de Agosto de 1550, conforme se lê nas *Avulsas*. Entretanto, S. Leite (*Hist.* I, p. 280, nota 3) diz que é de 51. Cotejando-se, porém, esta com a de 20-6-51 (Av. p. 65), que parece não ter sofrido contestação por S. Leite, veremos que a data de 50 está certa. Sendo a de 1551, de junho, quando acabamos a igreja, a de Agosto será naturalmente de 50, quando queremos emadeirar uma igreja... depois de acabada, o que será presto... (Conf. o citado pelas notas 44, 45 e 46).
38. · Av. p. 65
39. Idem, p. 68
40. Idem, p. 98
41. Anch., p. 315
42. L. Nunes, Av. 61
43. Idem, p. 62

44. Idem, p. 62
45. Idem, p. 65
46. D. Jácome, Av. 106 - Esta carta de D. Jácome deve ser de 51 e não de 52, antes de 1º de Novembro, porque havia irmãos “esperando dia de Todos os Santos para também se oferecerem em sacrifício a N. Sr.”, com profissão de votos. A narração da inauguração da igreja concorda com a carta de junho de 51, em que L. Nunes a dá por concluída e em construção a nova casa. Agora, D. Jácome dá as duas casas e a igreja, acabadas, seguindo-se daí que a carta é do 2º semestre de 51 e a inauguração da Igreja a 1º de Janeiro do mesmo ano.
47. Leite, N. Cartas ... p. 34
48. Nóbrega, C. B., p. 115
49. Idem, p. 152
50. Leite, N. Cartas ... p. 34
51. Anch. p. 315 - 316
52. Leite, Hist. I, p.. 253
53. Nóbrega, N. Cartas, p. 45
54. Idem, p. 103 e 104
55. Idem, p. 105
56. Vasconcelos, *Crônica* ... I, p. 43
57. G. Cabral, *Discurso Inaugural* ... p. 14
58. Leite, *Hist.* I, p. 446. - A essa informação acrescenta S. Leite no mesmo local: “Entre as ordens de pagamento da Bahia, do ano de 1549, existe uma de 8 de Junho, a favor de Gaspar Lourenço, pedreiro, na importância de 1\$800 réis, por servir nas obras da cidade (*Doc. Hist.* - XIII, 275). Seria seu pai? É certo que o Pe. Gaspar Lourenço veio menino para a América Portuguesa”. Conf. Leite, *Art. e Ofícios* ... p. 447. Mem de Sá em seu testamento lavrado aos 28-7-1569, fala duas vezes em Gaspar Lourenço, dizendo em uma delas que “aos herdeiros de Gaspar Lourenço darão cinquenta mil réis pelo serviço

que me fez. (P. Seguro, Hist. I, p. 450). Entende-se que, então, Gaspar Lourenço, homônimo do Padre, talvez aquele mesmo pedreiro, já havia falecido.

59. Blasquez Av. p. 299
60. Leite, Hist. I, p. 446
61. Idem, p. 446
62. Pereira, Av. p. 269
63. *Concilii Tridentini - Canones et Decreta - Parisiis - 1875 - p. 263*
64. Pires, Av. p. 279
65. Nóbrega, N. *Cartas ...* p. 104
66. Leite, *Pag. de História ...* p. 72
67. Nóbrega, N. *Cartas...* p. 66
68. Nóbrega, C. B., p. 115
69. Anch. p. 316

CAPÍTULO III

70. Nóbrega, N. *Cartas ...* p. 40
71. Nóbrega, C. B., p. 195
72. Idem, p. 195
73. Nóbrega, N. *Cartas. . .* p. 40
74. Idem, p. 35
75. Idem, p. 44
76. Idem, p. 52
77. Idem, p. 51
78. Anch. p. 316
79. Leite, N. *Cartas...* p. 182
80. Nóbrega, N. *Cartas...* p. 47 e 48
81. Nóbrega, C. B., p. 152
82. Anch. p. 38
83. Nóbrega, C. B.:., p. 145
84. Idem, p. 144
85. Anch. p. 38
86. Idem, p. 38
87. Idem, p. 39
88. Idem, p. 316
89. Idem, p. 43
90. Leite, Hist, I, p. 277
91. Leite, Fundador e “Fundadores” de São Paulo - *Jornal do Comercio*, Rio, 2 e 3 de Maio de 1953.

92. Vasconcelos, *Vida de Anchieta*, I - p. 33. C. de Abreu anota alhures que Vasconcelos em sua *Cronica...* “refere-se muitas vezes a uns Apontamentos de Anchieta que serviram-lhe na confecção de seu livro... Na *Vida do Padre João de Almeida* diz-nos o mesmo autor que Anchieta ocupava-se de Nóbrega, Leonardo Nunes, Pero Corrêa, João de Sousa, Manuel de Chaves, GASPAR LOURENÇO” ... e outros. (Anchieta, p. 493, nota 674). O último grifo é nosso.
93. Idem, p. 33
94. Idem, p. 48 a 54,
95. Leite, *Hist.* I, p. 446 - Só há certeza de três fundadores do Colégio de S. Paulo. Quanto aos demais que alguns escritores nomeiam, há, apenas, probabilidades. Gaspar Lourenço é um dos muito prováveis, presentes à Missa inaugural do Colégio.
96. Nóbrega, C. B. p. 145
97. Anch. p. 49 - Em vez de suas, o original diz nossas mãos.
98. Blasquez, Av. p. 299
99. Anch. p. 148
100. Idem, p. 159 - Vasconcelos, *Crônica ... I*, p. 153
101. Azevedo, *A Cultura Brasileira*, p. 128 e 129
102. Pires, Av. p. 274
103. Anch. p. 64
104. Pereira, Av. 269 - Vasconcelos, *Crônica ... I*, p. 160

CAPÍTULO IV

105. Nóbrega, C. B. - p. 14·5
106. Idem. p. 179
107. Leite, *Hist.* I, p. 447
108. Vasconcelos, *Vida de Anchieta*, I, p. 52
109. Blasquez, Av. p. 411
110. Peixoto, nota 157, Av. p. 273
111. Anch. p. 433
112. Pires, Av. p. 279
113. Pereira, Av. 282
114. Leite, *Hist.* I, p. 576
115. Leite, *Hist.* II, p. 178
116. Nóbrega, C. B. p. 185
117. Pereira, Av. p. 265
118. Idem, p. 269 e 270
119. Idem, p. 266
120. Idem, p. 265
121. Blásquez, Av. p. 299 a 305
122. Valle, Av. p. 388
123. Idem. p. 386
124. Anch. p. 356
125. Blázquez, AY. p. 405 e 406
126. Anch. p. 356
127. Idem, p. 358

128. Valle, Av. p. 388
129. Blasquez, Av. p. 406
130. Idem, p. 406 e 407
131. Idem, p. 409
132. Valle, Av. p. 348
133. Idem, p. 348
134. Idem, p. 349
135. Idem, p. 351
136. Idem, p. 366
137. Idem, p. 367
138. Idem, p. 368
139. Idem, p. 368 e 369
140. Blasquez, Av. p. 409
141. Idem, p. 410 e 411
142. Anch. p. 362
143. Idem, p. 363. O que vem aqui entre aspas, sem indicação, é do referido *Treslado de um Auto* etc.
144. Idem, p. 365
145. H. Leal, *Apontamentos...* p. 145
146. Leite, *Hist.* II, p. 366 - Acioli-Amaral, I, p. 410
147. Pereira, Av. p. 270
148. Pires, Av. p. 275
149. Leite, *Hist.* II, p. 562 e *Hist.* I, p. 446, nota 4
150. Blasquez, Av. p. 407
151. Leite, *Hist.* II, p. 551

152. Anch. p. 355
153. Idem, p. 355. Leite, N. *Cartas ...* p. 125
154. Valle, Av. p. 358
155. Anch. p. 355
156. Idem, p. 355. Gabriel Soares, *Tratado ...* p. 362
157. Idem, p. 356
158. Idem, p. 355
159. *Confissões da Bahia*, p. 114. - Baltasar Barbosa em Janeiro de 1552 diz que há mais ou menos 20 anos antes, portanto, já em 1570 aproximadamente, “perdendo-se com o tempo na costa de Sergipe, o novo, onde ora é a cidade ele S. Cristovão desta capitania e ele com outros seus companheiros foram tomados pelos franceses que naquele tempo estavam no dito lugar”. Dizia-se Sergipe, o novo, para distinguir do antigo Sergipe do Conde.
160. Anch. p. 365
161. Idem, p. 373 - O Santo que imaginaram falar prendia-se a uma superstição surgida entre os índios, chamada Santidade, deturpação grosseira do catolicismo, como se encontra narrada na confissão de Domingos Fernandes, em Fevereiro de 1592: “no sertão desta cidade se levantou entre os gentios uma erronia e abusão a que eles chamavam Santidade e tinham um gentio a que chamavam Papa o qual diziam ser Deus e a outros chamavam Santos e a uma gentia chamavam mãe de Deus e a outras chamavam Santas e faziam entre si batismos com candeias acesas, lançando água pelas cabeças dos batizados, e punham-lhes nomes a seu modo, os quais batismos fazia o dito chamado Papa autor e inventor da dita erronia e abusão, o qual se chamava Antônio e era do gentio deste Brasil e se criou em casa dos Padres da Companhia de Jesus, no tempo que eles tinham aldeia no Tinharé, capitania dos Ilhéus, donde ele fugiu para o sertão e ordenou a dita erronia arremedando e contrafazendo os usos da igreja cristã, fazendo os ditos batismos e fazendo igrejas com altares e pias de água benta e mesas de confra-

rias e tocheiros e contas de rezar e sacristia e tinham no altar um ídolo, de uma figura animal que nem demonstrava ser homem nem pássaro, nem peixe nem bicho, mas era como quimera no qual adoravam e a dita negra chamada mãe de Deus era mulher do chamado Papa ao seu uso gentílico”. (*Confissões da Bahia*, p. 169). Desta superstição valeram-se muitos brancos para, seguindo seus ritos, angariar a simpatia dos índios, e com essa astúcia mais facilmente escravizá-los. Cristóvão Bulhões confessa em Janeiro de 52 que “também viu a Fernão Cabral de Taíde reverenciar e abaixar a cabeça ao dito ídolo e assim também viu a Francisco de Abreu, casado e morador em Tassupina e a Simão da Silva, sobrinho de Manuel Teles que foi Governador deste Estado, que se foi para o Reino, fazer as ditas reverências ao dito ídolo e assim fizeram na dita fazenda (Jaguaripe) de Fernão Cabral as ditas reverências e idolatrias os mesmos da companhia acima nomeados”. (*Confissões da Bahia*, p. 105) - Vêr a Confissão de Fernão Cabral, Idem, p. 28.

162. Valle, Av. p. 357
163. Pe. Inácio Tolosa, Carta do Colégio da Bahia, de 7 de Setembro de 1575, publicada por Felisbello Freire em sua *História de Sergipe* (1891) p. 6 a 13. O que aqui vem entre aspas, sem citação, é dessa carta; o que vem grafado entre as aspas significa ligeira correção gramatical, sem alterar o sentido do texto publicado.
164. Anch. p. 371
165. Sachino, apud. H. Leal, *Apontamentos ...* p. 150
166. Anch. p. 372
167. Felisbello Freire supõe que foi no local onde fica a antiga vila de Santa Luzia, hoje cidade de Inajaroba, que “ficaram acampados os soldados que acompanharam Gaspar Lourenço”. *Hist. Serg.* p. 14, nota 14, id. p. 5, nota 7. Id. *Hist. Territorial*, p. 275., nota 1. Ivo do Prado, porém, diz que “Freire que toma sempre o Real da Praia pelo antigo Real, acha que a igreja de S. Tomé, fundada por Gaspar Lourenço, é o começo de Santa Luzia. Mas como pode ser? Pois Santa Luzia

fica 6 léguas do rio Real de hoje?” (I. do Prado, *A Capitania ...* p. 50, nota 2). Mas, na verdade, F. Freire localiza na vila de Santa Luzia o acampamento dos soldados que acompanharam o Pe. Gaspar Lourenço e não a Aldeia de S. Tomé. Esta, ele presume que “ficasse nas imediações do rio Piauí, afluente do Rio Real”, baseando-se na Sesmaria de Gaspar de Almeida. (*H. Territorial* - p. 275, nota 2). De fato, nesse documento que vem na sua *Hist. Serg.* p. 350, Gaspar de Almeida pede que “lhe faça mercê de uma légua de terra no rio Piauí, a qual légua de terra começará a medição de onde vossa mercê acabar, da banda do sul do dito rio Piauí, a qual légua de terra correrá para Aldeia de S. Tomé norte sul, leste oeste em quadro” ... Por ai se vê que tem razão F. Freire em localizar a Aldeia de S. Tomé nas imediações do rio Piauí, mas, não, quanto ao acampamento de que só se sabe que foi na barra do rio (Real) ... A seis léguas de S. Tomé. (Anch. p. 372; Sachino, apud. H. Leal, *Apontamentos ...* p. 50; Carta de Tolosa). (*H. Territorial*, p. 275), quando foi a 28 como afirma Tolosa. Parece que equivocou-se com o 5 Kal. Februarii, como Sachino dá.

168. H. Leal, *Apontamentos ...* p. 150
169. Anch. p. 371
170. Na carta de Tolosa, de setembro de 1575, está quando se viu sem igreja, o que deve ser erro de cópia ou de imprensa.
171. Anch. p. 372
172. id. p. 371
173. Segundo F. Freire, “a aldeia de Surubi ficava nas margens do rio Vaza-Barris, junto, ou talvez no lugar em que se acha edificada a vila de Itaporanga, o que se vê pela carta de sesmaria de Sebastião da Silva, Francisco Rodrigues e Gaspar de Fontes (*Hist. Serg.* p. 5, nota 9 e *H. Territorial*, p. 275, nota 3). Todavia, não seria a Tapera de Surubi a mesma *Taperaqua* ou *Taperahagua*, a tapera, a velha tapera, de que falam diversas sesmarias, evoluída até a forma atual de *Taperoá*, onde se situa o engenho, hoje fazenda Taperoá? Parece-me que ainda é possível localizar-se a Tapera de Surubi com outros dados daquelas sesmarias, com mais precisão.

174. Ivo do Prado, *A Capitania* ... p. 50
175. Anch. 372
176. Leite, *Hist.* I, p. 442, nota e p. 445
177. Na carta está pela conservação dos gentios, quando deve ser pela conversão; certamente é erro de cópia ou lapso tipográfico.

CAPÍTULO VI

178. Leite, *Hist.* I, p. 450. O que vem neste capítulo entre aspas sem indicação da fonte, é da carta de Tolosa; os grifos significam retificação gramatical, sem contudo alterar a substância do assunto.
179. Anch. p. 374
180. Na Carta de Tolosa está *Pepita*, mas Serafim Leite, lendo o original faz a seguinte observação: “A publicação de Felisbelo Freire é muito defeituosa. Tepitã aparece com o nome de Pepita. A de Alcântara Machado cuidou que Pepita fosse erro em vez de Aperipê (Anch. *Cartas*, nota 508, p. 392). São diferentes: Tipitã era amigo, Aperipê inimigo”. (*Hist.* I, p. 442, nota 1).
181. Leite, *Hist.* I, p. 441
182. Anch. p. 373
183. Idem, p. 372
184. Leite, *Hist.* I, p. 442
185. Acioli-Amaral, *Memórias ... I* (Carta de Sesmaria), p. 411. Essa Carta Régia é de 23-1-1553. Entretanto, não obstante circular em 1575 e 76 que Luís de Brito era dono de umas dez léguas de terra no rio Real, entre o povo daquele tempo, na verdade não o era, porque somente aos 4-4-1577 foi lavrado, “na povoação do Pereira, na Villa Velha” (Bahia, o “Instrumento de Carta de Sesmaria”, pelo competente escrivão, à vista da carta régia, em outro local do território baiano, assim delimitado: “ele tomara as, ditas doze léguas de terra... Nas cabeceiras de Dom Álvaro da Costa e começará donde acabar o dito D. Álvaro as suas doze léguas de terra que tem do mar para o sertão e o cabo delas tomará por marco o rio Jaguaripe e assim irá correndo pelas cabeceiras do dito D. Álvaro até o rio *Peroassu* (Paraguassu?) e do dito rio *Peroassu* correrá para cima da terra que tem dada a João de Brito de Almeida, seu filho até o rio Sergipe” (do Conde).
186. Anch. p. 373

187. Acioli-Amaral, *Memórias ...* I, p. 433
188. Euclides da Cunha - *Os Sertões* - 17ª. Ed. - 1944 - p. 305
189. Leite, *Hist.* I, p. 444, (Doc. do Arquivo da Companhia de Jesus) O governador queria examinar juntamente com o de suas terras, também o local da povoação que se devia fundar (conf. o citado pela nota 166, acima), pois, na região do Rio Real, “enquanto os jesuítas se internavam, Garcia D’Ávila tratava de fundar uma povoação, cujo local Luís de Brito não aprovou” (Capistrano de Abreu, nota 4, p. 460, *Hist.* I, P. Seguro), como também não aprovou o local em que pretendia demarcar uma sesmaria de 12 léguas de terra aí. Conf. nota 185. Essa marcha guerreira de Luís de Brito, Porto Seguro aponta como a empresa mais importante desse Governo, que “foi a do ataque e redução do gentio das terras do Rio Real, ao norte da Bahia, e o estabelecimento nessas terras da primeira vila, com a invocação de Santa Luzia, com que deixou revenida a formação da Capitania depois chamada Sergipe. Esta conquista fora primeiro intentada pelo poderoso proprietário Garcia D’ Ávila sem forças suficientes, e por outro muitas vantagens que o Estado poderia tirar da ocupação desse território, tão abundante de pau-brasil, decidiu-se a essa ocupação, que realizou com felicidade”. (Porto Seguro, *Hist.* I, p. 459; e *Hist.* II, p. 33).
190. Todavia, os fatos indicam que a violência de Luís de Brito sobre os índios do Rio Real e Vaza-Barris, não fez nenhuma redução, mas dispersão e destruição do que estava muitíssimo bem começado pelo Pe. Gaspar Lourenço com a força da paz evangélica. A vila de Santa Luzia não foi estabelecida por Luís de Brito, porém, mais de um século depois, no tempo do Governador D. João de Lacastro, em 1699 OU.. 1698. (*Lim. do Est. da Bahia ...*, I vol. - p. 269).
191. Não há provas de que Garcia D’Ávila tivesse intentado nenhuma conquista no Real anterior a essa ocasião em que ele e seus companheiros em número de vinte só trouxeram perturbações à ordem alcançada pelo Pe. G. Lourenço. Antes disso os colonos que foram ao Real apenas trataram de escravizar índios e nada mais. Mesmo como Capitão dessa expedição, segundo o nomeia Gabriel Soares

(*Tratado...* p. 43), nada mais se pode acrescentar do que essa informação. “É obscura a parte de Garcia D’Ávila na primeira expedição que foi a Sergipe”, diz Pedro Calmon (*História da Casa da Torre*, p. 24). Realmente, muitas vantagens o Estado tiraria com a conquista pacífica daquela gente, mas a imprudência de Luís de Brito que preferiu ouvir as intrigas dos reinos do que os instantes conselhos do Pe. Gaspar Lourenço, pôs tudo a perder. A inglória vitória que seu exército obteve sobre os íncolas daqueles sertões, não foi uma ocupação realizada com felicidade, pois, “quando o governador recolheu se despovoou este princípio de povoação, sem se tornar a bulir nisto”. (Gabriel Soares, *Tratado ...* p. 44) - Conf. a citação da nota 207.

192. Anch. p. 374

193. Leite, *Hist.* I, p. 444

194. Anch. D. 375

195. Leite, *Hist.* I, p. 443

196. Anch. p. 376

197. Idem, p. 376. A partilha que fizeram dos vencidos, foi a do leão da fábula, tal a ambição que cegava aqueles valentes guerreiros. Passados 27 anos, ainda havia queixas sobre isso, como se lê na carta de sesmaria de Baltazar Luis, Domingos Fernandes e Cristovão Leal, de 11 de Maio de 1603: “... e o dito Baltazar Luís foi a guerra de Sergipe e com Luís de Brito governador da guerra de Surubí no que gastou muito de sua fazenda sem a nenhum deles é ser dado satisfação alguma nem terra de sesmaria”. (Freire, *Hist. Serg.* p. 406)

198. Gabriel Soares, *Tratado ...* p. 44

199. F. Vicente, *História ...* p. 216

200. Porto Seguro, *Hist.* II, p. 33

201. Anch. p. 376

202. Leite, (Doc. do Arquivo da Companhia) - *Hist.* I, p. 444

203. Freire, *Hist. Serg.* p. 15
204. Leite, *Hist.* I, p. 444 20 - Anch. p. 376
205. Leite, (*Ânuua do Brasil* por Inácio Tolosa, de Pernambuco, a 31 de Agosto de 1576) *Hist.* I, p. 446
206. Leite, *Hist.* I, p. 446
207. Anch. p. 376
208. Porto Seguro, *Hist.* I, p. 460, nota 4
209. Anch. p. 372
210. Leite, *Hist.* I, p. 448. Em Janeiro de 1576, teria sido o regresso de Luís de Brito do Rio Real.
211. Anch. p. 377
212. Leite, *Hist.* II, p. 184, nota 6
213. Anch. p. 378. Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, p. 174
214. Vasconcelos, *Vida de Anchieta*, II, p. 84 e 85
215. Leite, *Hist.* I, p. 447
216. F. Bezerra, *Investigações ...* p. 28 - Leite, *Hist.* I, p. 446, nota 4.
217. Em artigo sobre o Pe. Gaspar Lourenço, intitulado “Efemérides Sergipanas”, publicado no *Correio de Aracaju* de 11-6-42, o ilustre jornalista e historiador sergipano, meu distinto amigo, Sr. Epifânio da Fonsêca Dória, dá que esse jesuíta falecera a 11-6-1580, na Residência de Santo Antônio, onde teve sepultura. Entretanto, Serafim Leite, no lugar acima citado, regista o ano de 1581 como o do falecimento do Pe. Gaspar Lourenço, mencionando o Arquivo da Companhia de onde obteve o informe. E. Dória que gentilmente me transmitiu a informação de 11-6-1580 como sendo a data do óbito do Pe. Lourenço, esclareceu-me que apoiou-se em dados fornecidos pelo saudoso Dr. José Geraldo Bezerra de Menezes, seu íntimo amigo, que também acrescentara ser o nome completo do nosso biografado, Gaspar Lourenço Túlio Brasiliense. Quando ao

nome, *data venia*, parece-me equívoco, porque nas cartas jesuíticas quinhentistas, nas referências de Anchieta, em Simão de Vasconcelos, e, agora, nas revelações de S. Leite, encontra-se apenas Gaspar Lourenço.

218. Creio tratar-se de um aposto o Túlio Brasiliense, daqueles que, documentadamente, S. Leite comenta lembrando que “quando ao conhecimento da língua se juntava facilidade em a falar, os Irmãos condecoravam-se com reminiscências clássicas. O P. Gaspar Lourenço era “um Cícero na língua brasílica”; o P. Leonardo, um “Túlio”. (*Hist.* II, p. 548).
219. Destarte, o Túlio Brasiliense competiria a Leonardo do Vale e não a Gaspar Lourenço que era um “Cícero”. Também, parece estranho, naqueles tempos, um *Brasiliense* ao nome de quem nascera em Portugal como o Primeiro Apóstolo de Sergipe.
220. Atos dos Apóstolos, C. 10, v. 38
221. Vasconcelos, *Vida de Anchieta*, I, p. 52
222. Eclesiástico, C. 41, v. 16.

BIBLIOGRAFIA

ACIOLI, Inácio - Braz do Amaral - *Memórias Históricas e Políticas da Bahia* - Vol. I e II, Bahia, 1919 (Acioli - Amaral, *Memórias* ...).

ANCHIETA, Pe. José de - *Cartas, Fragmentos Históricos e Sermões-- Cartas Jesuíticas*, III - Publicações da Academia Brasileira, Rio de Janeiro, 1939 (*Anch.*).

AZEVEDO, Fernando de - *A Cultura Brasileira*, Segunda Edição, Comp. Edit. Nacional, 1944 - (Azevedo, *A Cultura Brasileira*).

BEZERRA, Felte - *Investigações Histórico-Geográficas de Sergipe*, Rio, 1952 - (F Bezerra, *Investigações...*).

BOITEUX, Lucas A. - *História de Santa Catarina* - Companhia de S. Paulo - (Boiteux, *Hist. de Sta. Catarina*)

CABRAL, S. J., Pe. Luiz Gonzaga - *Discurso Inaugural da Estátua de Christo Redemptor, em S. Christovam (Sergipe)* - 1926 - (G. Cabral, *Discurso Inaugural ...*)

CALMON, Pedro - *História da Casa da Torre* - José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1939.

CARTAS AVULSAS - Publicações da Academia Brasileira - *Cartas Jesuíticas II* - Rio de Janeiro, 1931 (Indico o autor da carta e cito Av.)

CONCILII TRIDENTINI - *Canones et Decreta - Parisiis*, 1875.

CONFISSÕES DA BAHIA - ver Visitação - do S. Ofício.

CUNHA, Euclides da - *Os Sertões* - 17.1 Ed., 1944

FERNÃO Cardim, Padre - *Tratados da Terra e Gente do Brasil* - Comp. Edit. Nacional, 1939

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira - *História de Sergipe*, Rio, 1895. (Freire, *Hist. Serg.*) - *História Territorial do Brasil*, 1º Vol., Rio 1926. (Freire, *História Territorial*)

GASPAR, A. Henriques - *Apontamentos para a História dos Jesuítas no Brasil*. Resumo de *Historiae Societatis Jesu*, Auctore R. P. Francisco Sachino, M.:DCIL - (H. Leal, *Apontamentos...*)

LEITE, S. J., Pe. Serafim - *História da Companhia de Jesus no Brasil* - Tomos I e II, Lisboa, 1938 - (Leite, *Hist.* I e II).

LEITE - *Novas Cartas Jesuíticas* (De Nóbrega a Vieira) - C. Edt. Nacional, 1940 (Leite, N. Cartas ...).

LEITE, - *Páginas de História do Brasil* - C. Ed. Nacional - 1937 (Leite, *Pag. de História* ...).

LEITE, - *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil*, Lisboa - Rio de Janeiro, 1953 (Leite, *Art. e Ofícios* ...).

LEITE, - Fundador e “Fundadores” de São Paulo - *Jornal do Comercio*, Rio, 2 e 3 de Maio de 1953.

LIMITES do Estado da Bahia - I Vol. - (Bahia - Sergipe) - Imprensa Oficial do Estado - Bahia, 1916 - (*Lim. do Est. da Bahia* ...).

LUIZ DE SOUSA, Freire - *Vida de Frei Bertolameu dos Mártires*; 1º Volume, S. Paulo, 1943 - (Frei L. de Sousa, *Vida de F. Bertolameu* ...).

NÓBREGA, Pe. Manuel - *Cartas do Brasil - Cartas Jesuíticas I*. Publicações da Academia Brasileira, Rio de Janeiro, 1931. (Nóbrega, C. B.).

OLIVEIRA LIMA, M. de - *Aspectos da história e da cultura do Brasil* - Conferências inaugurais - Lisboa, 1923 - (O Lima, *Aspectos da história...*)

PORTO SEGURO, Visconde de - (Francisco Adolfo de Varnhagen). — *História Geral do Brasil*, 3.ª Edição Integral, Tomo primeiro, 4.ª Edição, S. Paulo - Tomos I e II (Porto Seguro, *Hist.* I e II).

PRADO, Ivo do - *A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias - Memória sobre questões de limites*. Rio de Janeiro, 1919 (I. do Prado, *A Capitania* ...).

SACHINO, Francisco - Vêr Leal.

SOARES DE SOUSA, Gabriel - *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* - Comentários de F. A. Varnhagen, 3.^a Ed. - C. Ed. Nac. 1938 (Gabriel Soares, *Tratado ...*).

TAUNAY, Afonso d'Escragnole - *S. Paulo no Século XVI*, Tours, 1921.

VAN DER VAT, O. F. M., Frei Odulio - *Princípios da Igreja no Brasil*, Ed. Vozes Ltda., Petrópolis, 1952 (Van der Vat, *Princípios...*).

VASCONCELOS, Pe. Simão de - *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* - Vo1 I, Lisboa, MDCCCLXV - (Vasconcelos, *Cronica...*)

VASCONCELOS, - *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*, Volumes I e II - Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1943 (Vasconcelos, *Vida de Anchieta*, I e II).

VICENTE do Salvador, Frei - *História do Brasil*. 3.^a Edição revista por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia - Comp. Melhor. de S. Paulo. (F. Vicente, *História ...*).

VISITAÇÃO do Santo Ofício, *Primeira - Confissões da Bahia* - 1591 - 92 - Com Prefácio de J. Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, 1935 (*Confissões da Bahia*).



Conselho Editorial do selo E-Pomb@

Amon Santos Pinho (UFU)
Ana Lúcia Simões Borges Fonseca (UFS)
Antônio Carlos dos Santos (UFS)
Antonio Ponciano Bezerra (UFS)
Christine Vogel (Universidade de Vechta, Alemanha)
Cristiana Lucas Silva (Universidade de Lisboa)
Edmilson Menezes Santos (UFS)
Edna Maria Matos Antonio (UFS)
Elaine Maria Santos (UFS)
Jean Pierre Chauvin (USP)
Joana Balsa de Pinho (Universidade de Lisboa)
Joaquim Tavares da Conceição (UFS)
Jorge Carvalho do Nascimento (UFS)
José Carlos de Araújo Silva (Universidade do Estado da Bahia)
José Eduardo Franco (Cátedra de Estudos Globais / Universidade Aberta)
Luiz Carlos Villalta (UFMG)
Luiz Eduardo Menezes de Oliveira (UFS)
Mar Garcia (Universidade de Alicante, Espanha)
Marcos Fonseca Ribeiro Balieiro (UFS)
Maria de Nazaré Sarges Nazaré (UFPA)
Pablo Antonio Iglesias Magalhães (Universidade Federal do Oeste da Bahia)
Paula Carreira (Universidade de Lisboa)
Raquel Beatriz Junqueira Guimarães (PUC-RIO)
Ricardo Ventura (Universidade de Lisboa)
Rita Aparecida Coelho Santos (UNEB)
Rodrigo Belfort Gomes (UFS)
Sandro Marcio Drumond Alves Marengo (UFS)
Susana Alves-Jesus (Universidade de Lisboa)
Thadeu Vinícius Souza Teles (UFS)
Vera Lúcia Amaral Ferlini (USP)



Criação Editora

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

Publicado originalmente em 1951 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, o texto *Vida do Primeiro Apóstolo de Sergipe: Padre Gaspar Lourenço*, de Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida, ganha nesta edição sua primeira publicação em formato de livro.

Obra pioneira na historiografia sergipana, o estudo reconstrói a trajetória do padre Gaspar Lourenço, missionário jesuíta do século XVI, cuja atuação se associa às primeiras tentativas de ocupação e evangelização do território do antigo Sergipe d'El Rei, então referido como o sertão do Rio Real. A partir de um trabalho rigoroso com fontes dispersas — cartas jesuíticas, crônicas coloniais e historiografia clássica —, o autor compõe uma narrativa que articula biografia, missão e colonização.

Mais do que um relato histórico, o livro revela também os modos de escrita e interpretação do passado

no século XX, evidenciando a forte presença das fontes jesuíticas, especialmente de José de Anchieta, na construção da narrativa. O resultado é um texto denso, marcado pela proximidade entre a voz do historiador e a tradição que ele mobiliza.

Ao mesmo tempo, a obra permite revisitar criticamente um momento decisivo da formação colonial, marcado pela expansão missionária e pelos processos de violência que atingiram as populações indígenas da região.

Esta edição, preparada pelo selo E-Pomb@l, da Cátedra Marquês de Pombal (Camões, I.P./UFS), atualiza a ortografia do texto e acrescenta notas explicativas, preservando, contudo, o estilo e o método do autor. Ao fazê-lo, restitui ao leitor contemporâneo um documento fundamental da memória histórica de Sergipe e um testemunho singular das formas de narrar o passado colonial no Brasil.

Publicado originalmente em 1951, *Vida do Primeiro Apóstolo de Sergipe: Padre Gaspar Lourenço*, de Aurélio Vasconcelos de Almeida, é uma obra pioneira que lança luz sobre as primeiras tentativas de ocupação do território do antigo Sergipe d'El Rei. Com base em cartas jesuíticas e crônicas coloniais, o livro reconstrói a trajetória de um missionário central nesse processo, revelando não apenas a ação evangelizadora, mas também a violência constitutiva da colonização, marcada pela desestruturação e pelo etnocídio das populações indígenas. Entre fé, poder e linguagem, esta edição convida o leitor a re-visitatar criticamente um dos momentos mais decisivos — e mais silenciados — da formação histórica de Sergipe.

ISBN 978-858413781-7

